

VIDAS *que*
constroem
TERESINA



VIDAS QUE CONSTROEM TERESINA

8. IDOSOS(AS)

Quem é ser humano, se a morte não lhe bater a porta muito cedo, um dia, haverá de envelhecer. O envelhecimento faz parte do curso da vida de todo homem e de toda mulher.

Na contemporaneidade, vem-se acentuando o número de idosos no país como um todo. Este fenômeno é decorrente do processo de conquistas históricas no campo da saúde, bem como, à ampliação da qualidade e da expectativa de vida da população em geral. Entretanto, este aumento no número da população idosa, não significa, que, esta parcela, não sofra com o preconceito e com o abandono por parte do Estado e da Sociedade. O atual modelo socioeconômico, o capitalista, vem ao longo das décadas, desvalorizando e isolando nossos anciões, visto que, ao passar dos anos, os idosos vão perdendo a capacidade de produzir valor, valor este que para a atual sociedade se refere ao capital.

Na racionalidade capitalista e mercadológica, o homem ou a mulher, só tem valor mediante e enquanto está inserido no mercado de trabalho, produzindo ou consumindo. Nessa conjuntura, quando o trabalhador ou a trabalhadora chega à fase da terceira idade, este é rotulado como: “descartável”, “imprestável”, “improdutivo”.

Com a saída do idoso nas relações de trabalho, o mesmo, passa a sobreviver da sua aposentadoria, que muitas das vezes, equivale a um salário mínimo, que não contempla todas as demandas – como, por exemplo, saúde, habitação, lazer – para a reprodução da vida do idoso.

Diante deste quadro, os movimentos sociais, os partidos políticos e as entidades envolvidos com a questão do envelhecimento, ao longo dos anos, vem pressionando o poder público para a garantia de políticas sociais e implementação de programas voltados para a terceira idade, tanto no âmbito municipal, estadual e federal.

No Brasil, alguns avanços aconteceram a passos lentos. No final da década de 70 e ao longo da década de 80, aconteceram alguns eventos que foram um marco para a conquista de direitos da população idosa. Podemos lembrar a criação da Associação Nacional de Gerontologia, em 1987, responsável por estudos e pesquisas na área do envelhecimento, a própria Constituição Federal de 1988, foi um marco legal, pois nela consta no seu artigo 230, a responsabilidade que o Estado e a Sociedade Civil têm para com nossos idosos. Outro documento de significativo valor é a Lei Orgânica da Assistência (1993), que insere o idoso dentro da política de assistência, também podemos rememorar que, em 1994 foi instituída a Política Nacional do Idoso, lei nº 8.842, tendo como destaque a criação do Conselho Nacional do Idoso, em 2003 cria-se o Estatuto do Idoso e em 2006 tem-se a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – PNSPI.

Todavia, é importante salientar que esses avanços na legislação sozinhos não dão conta de efetivar, de pôr em ação, os direitos da pessoa idosa. Mais que palavras há a urgente demanda da realização de

atitudes concretas que possibilitem o bem estar e a construção da cidadania de nossos irmãos mais velhos. A Política Nacional do Idoso deve ser imediatamente efetivada, por meio de políticas sociais que trabalhem em rede. Os municípios brasileiros devem intervir tendo uma visão da totalidade das necessidades inerentes aos idosos da comunidade, deve-se oferecer assistência social, saúde, previdência, cultura, lazer na perspectiva da intersetorialidade.

Trazendo para a realidade do nosso município, Teresina, capital do Piauí, nas últimas gestões municipais, estamos percorrendo caminhos lentos na construção de políticas municipais voltadas para o público idoso, somente depois de oito anos da PNSPI, foi que estabeleceram-se localmente, as diretrizes para a Política Municipal de Promoção da Saúde do Idoso e Envelhecimento Saudável lei nº 4597, de 03 de julho de 2014 (Teresina – PI). O Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos não representa a maioria da população teresinense, alguns membros são lideranças políticas de bairros que são cabos eleitorais do atual prefeito. A cidade não tem acessibilidade, impedindo o livre trânsito das pessoas idosas, há a falta de investimentos nas ILPI's – Instituições de Longa Permanência para Idosos, não temos Repúblicas para Idosos, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos Centros de Referência de Assistência Social, precisam ser revitalizados.

O Partido Socialismo e Liberdade – Psol aponta para a emergência da consolidação dos direitos da pessoa idosa tanto em âmbito macro como local. Precisamos inadiavelmente construir um país, um estado, e um município que viabilize políticas públicas para a materialização dos direitos deste extrato social. Pensando neste problema social, apresentamos as seguintes propostas para o tema:

ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O IDOSO

- 1) Consolidar e ampliar o número de vagas para idosos atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Centro de Referência de Assistência Social no município;
- 2) Reformar as unidades de Serviço de Convivência, para que sejam acessíveis aos idosos(as);
- 3) Oferecer oficinas de arte, dança e música para desenvolver as habilidades artísticas de idosos(as) atendidos nos Centros de Referência de Assistência Social;
- 4) Capacitar a equipe técnica dos Centros de Referência de Assistência Social e do Centro especializado de Assistência Social para haver a humanização no atendimento ao idoso(a);
- 5) Ampliar e Construir a Instituições de Longa Permanência (IUPIs), garantindo assim, proteção integral ao idoso(a) que não pode viver com a família, em decorrência de negligência e maus tratos;
- 6) Construção da primeira República para Idosos(as) na capital, com o intuito de acolher, proteger e proporcionar moradia à idosos(as) que estejam em situação de vulnerabilidade social;
- 7) Manter e fortalecer tecnologicamente os canais de denúncia de violência contra a pessoa idosa do Centro de Referencia em Direitos Humanos – CRDH.

SAÚDE PARA O IDOSO

8. Garantir que a Secretaria Municipal de Saúde contrate Geriatrias para melhorar o atendimento ao idoso(a);
9. Capacitar as equipes de saúde sobre as doenças geriátricas mais comuns que podem atingir os usuários do serviço municipal de saúde teresinense;
10. Fornecer órteses, próteses e materiais de auxílio (cadeiras de banho, muletas, ect) ao idoso(a), com finalidade de garantir maior qualidade de vida;

11. Realizar campanhas de combate aos acidentes domésticos e quedas com idosos(as);
12. Oferecer Atenção Domiciliar aos idosos(as) acamados(as);
13. Construir e equipar um hospital municipal do idoso(a);
14. Manter a população idosa vacinada contra as principais doenças que acometem esse grupo;

EDUCAÇÃO PARA O IDOSO

15. Promover a alfabetização da população idosa teresinense por meio de uma rede pública de ensino municipal em parceria com as outras esferas de poder;
16. Realizar campanhas para a divulgação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em parceria com as escolas;
17. Adequar os currículos das escolas municipais, favorecendo o conhecimento sobre envelhecimento;
18. Criar um projeto que ofereça cursos de informática para a terceira idade se utilizando dos espaços ociosos das escolas municipais;

HABITAÇÃO, URBANIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE PARA O IDOSO

19. Construir espaços de lazer para os idosos(as) que moram nas periferias;
20. Reformar prédios públicos, ruas, calçadas, praças, espaços de convivência comunitária, para que sejam acessíveis à população idosa;
21. Desenvolver projetos de rebaixamento de calçadas para facilitar o trânsito de pessoas com deficiência e idosos(as) que já estejam com a mobilidade reduzida;
22. Facilitar o acesso aos idosos(as) aos programas habitacionais que a prefeitura de Teresina venha a oferecer;
23. Criar um programa municipal de habitação que construa casas adaptadas e reforme lares de idosos(as) que não tenham condições financeiras para realizar tal feito.
24. Assegurar as vagas destinadas aos idosos no transporte público, bem como melhorar o serviço.

ESPORTE, LAZER E CULTURA PARA O IDOSO

25. Criar um programa na Fundação Cultural Monsenhor Chaves, que resgate a cultura teresinense, o registro de memórias e os conhecimentos dos nossos antepassados com a participação dos(as) idosos(as);
26. Promover eventos na área de cultura, esporte e lazer que integrem todas as gerações;
27. Realizar campeonatos esportivos para a terceira idade;
28. Garantir o acesso gratuito à locais e eventos culturais e artísticos.

TRABALHO PARA O IDOSO

29. Criar uma lei de incentivo às empresas privadas que contratarem pessoas idosas ou que já estejam aposentadas;
30. Ofertar cursos profissionalizantes para o idoso(a) e estimular a reinserção no mercado de trabalho para aqueles que desejarem;
31. Oferecer cursos e oficinas de artesanato gratuitos, para os idosos(as) em situação de vulnerabilidade possam complementar sua renda, realizando assim, a inclusão produtiva;
32. Garantir acesso ao Benefício de Proteção Continuada (BPC), aos idosos(as) que não podem se manter;
33. Criar um curso de preparação para a aposentadoria, destinado aos servidores públicos municipais, para que os mesmos, possam se planejar para a vida na terceira idade;

PARTICIPAÇÃO DO IDOSO

34. Fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos do(a) Idoso(a), para que a casa seja um espaço que atenda as necessidades do(a) idoso(a) teresinense;
35. Assegurar a ampla participação nas Conferências Municipais de Direito da Pessoa idosa;
36. Fomentar a atuação do Conselho Municipal na fiscalização e avaliação de políticas públicas destinadas à população idosa;

Como foi exposto, essas são algumas propostas que o PSOL apresenta s à população idosa de Teresina, em consonância com as demandas que emanam no seio de nossa sociedade. Nosso partido tem um compromisso especial com essa parcela da população, pois sabemos da importância do compartilhamento de experiências e conhecimentos dos mais velhos. Se conseguirmos ocupar o poder municipal iremos priorizar a convivência harmoniosa e amorosa entre todas as gerações.

9. CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A infância e a adolescência se caracterizam como as primeiras fases de desenvolvimento e aprendizagem sobre as vivências em sociedade, a fase conhecida como primeira infância, de 0 aos 6 anos, é onde há o maior desenvolvimento cerebral da criança, por isso necessita de uma atenção especial, como vêm mostrando os estudos.

Um bom e saudável desenvolvimento da criança é construído a partir das diversas relações, não só as familiares primeiras, mas com a família extensa e demais meios sociais que permeiam a vida social.

Historicamente e culturalmente há uma dificuldade social em entender a criança e o adolescente como sujeito de direitos, isso porque a lógica cis-hetero-patriarcal branca diminui e invalida as vivências de tudo que, segundo esta, deveria estar “sob comando dos homens”, isso provoca os mais diversificados casos de violência contra crianças e adolescentes, física, psicológica e sexual.

Essa mesma lógica estruturante pesa sobre os corpos de meninas quando o assunto é a violência sexual, a cada 01 hora, 03 crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil, sendo a maioria delas meninas.

Tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quanto no art. 227 da Constituição Federal, se diz que é dever da família, do Estado e da sociedade o cuidado com as crianças e adolescentes, mas na prática há um excesso de responsabilização da família e desresponsabilização do Estado quando falamos de crianças e adolescentes em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

As famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social sofrem mais com as medidas de afastamento dos filhos, a exemplo o acolhimento institucional, do que famílias de classe média/alta, não necessariamente pela prática de violência, pois ela não é exclusividade de famílias pobres, mas a punição e o rompimento se dá com muita facilidade para essas famílias.

É preciso citar que há muitos casos de violência contra crianças e adolescentes aos quais o Conselho Tutelar não consegue acessar, seja pela condição financeira das famílias que não dispõe de um suporte jurídico

em benefício próprio, seja pela superlotação de denúncias sobre famílias em situação de vulnerabilidade social com crianças e adolescentes em risco.

E sobre o acolhimento institucional como uma medida e proteção à criança e ao adolescente é necessário citar que tanto o ECA como a Constituição colocam que é direito da criança e do adolescente a convivência familiar e comunitária, direito esse que a criança e o adolescente ficam privados(as) quando são submetidos a essa medida específica de proteção. Porém há 03 tipos de acolhimento para crianças e adolescentes que precisam ser afastados do convívio com a família de origem: Acolhimento Institucional, Família Acolhedora e Casa Abrigo, sendo os dois últimos mais saudáveis para o desenvolvimento da criança e do adolescente, visto que permitem a convivência familiar e comunitária. Importante destacar que dentre os três, o Acolhimento Institucional é o mais oneroso para o Estado, em termos de gastos individuais por criança e adolescente, enquanto a Família Acolhedora, possui menos gastos, mesmo quando paga uma bolsa de um salário mínimo por criança; temos o exemplo disso em Cascável-Paraná, onde não há acolhimento institucional, apenas familiar.

A convivência familiar e comunitária traz melhorias no desenvolvimento da criança e do adolescente, que vão desde a autoestima; crianças e adolescentes que passam muitos anos em Abrigos tem sentimento constante de abandono, até às questões escolares.

Em Teresina, atualmente, a medida protetiva de afastamento do convívio familiar mais utilizada é o Acolhimento Institucional, tendo 07 Abrigos em funcionamento (mesclados em Estaduais, Municipais e ONGs), um programa de acolhimento familiar oferecido pela prefeitura e outra pela ONG CRIA e não possuindo a modalidade de acolhimento Casa Lar. Também não possui a República, prevista no ECA, para jovens que saem do acolhimento com 18 anos e não têm onde morar.

Outro ponto importante é que segundo o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é recomendado que exista em pleno funcionamento um Conselho Tutelar para cada 100 mil habitantes, atualmente Teresina tem 04, funcionando com a metade do que seria previsto pelo número populacional.

Além disso, a rede que deveria funcionar como preventiva de acompanhamento dos vínculos familiares também não tem conseguido acompanhar a demanda, como consequência disso temos Abrigos superlotados na capital. São necessárias também medidas de acompanhamento de nível municipal à saúde psicológica das crianças e adolescentes que são afastadas do convívio com a família de origem, com especificidades para o acompanhamento das diversas violências, dando atenção especial para as violências sexuais.

O PSOL, enquanto partido que acredita na vida e liberdade, no pleno desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes propõe:

- Melhoria e expansão de CREAS para as zonas rurais e periféricas, para que possam oferecer o serviço qualificado de acompanhamento das famílias com vínculos familiares fragilizados e reintegrados;
- Serviço de acompanhamento psicológico às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual;
- Implantação do Programa Família Acolhedora como preferencial ao Acolhimento Institucional;

- Criação de Casas Lares;
- Implantação de mais 04 Conselhos Tutelares, seguindo as Orientações do CONANDA e melhoria dos Conselhos já existentes, com a infra-estrutura necessária ao bom funcionamento;
- Qualificação permanente dos Conselheiros Tutelares para o melhor atendimento das demandas e famílias;
- Implantação de uma Rede Preventiva de acompanhamento de famílias através do CRAS, proporcionando proximidade com as famílias para tratar sobre os cuidados e educação dos filhos.

10. LGBTQIAP+ E POLÍTICAS PÚBLICAS: NOSSO BRILHO NÃO SE APAGARÁ! TERESINA TERÁ TODAS AS CORES DO AMOR!

Atualmente o termo LGBT é o mais utilizado, representando: lésbicas, gay, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. O termo foi aprovado no Brasil em 2008 em uma conferência nacional para debater os direitos humanos e políticas públicas de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A população LGBTQIAP+ (sendo as últimas letrinhas da sigla correspondentes a Queer, Intersexo, Assexual e Pansexual) é composta por uma diversidade de pessoas que desafiam a heteronormatividade, imposta pelo sistema capitalista mundializado, estruturado de forma machista, racista e LGBTfóbica (ou heterossexista). A opressão contra a população LGBTQIAP+ é perfeitamente apropriada pelo capitalismo, colonialismo e pela modernidade, considerando a família eurocentrada, mononuclear, heterossexual e monogâmica como uma unidade de produção e reprodução do capital. A “normalidade” heterossexual e cisgênera enquanto norma social e institucional permite a subalternização e constante marginalização e abandono de pessoas LGBTQIAP+. O Estado e outras instituições como as igrejas e a própria família reproduzem a opressão cisheterossexista, associando a população não-heterossexual e não-cisgênera à “opção sexual” pela promiscuidade, doenças, ao pecado, pelo que é intrinsecamente errado sem questionar.

Nesse sentido, quando se fala em cidadão/cidadã, noções de sujeito(a) nacional, as pessoas LGBTQIAP+ não estão incluídas, pois para além da precarização da vida ocasionada pela discriminação e pela falta de políticas públicas – o que não é, de nenhuma forma, interesse do capitalismo heterossexista –, essa população é alvo de exclusão, assédio moral, ódio, castigos físicos que podem ser potencializados ao assassinato, principalmente se tratando de pessoas transgênero, transexuais e travestis. Segundo Ochy Curiel (2013), para além de ser só uma prática sexual, a heterossexualidade é vista como um regime político que afeta as interações sociais, sobretudo aquelas que constituem a nação. O conjunto de vulnerabilidades que afeta as pessoas não-heterossexuais e/ou não-cisgêneras impõe cruéis cenários: exclusão, morte (por violência física, assassinato ou suicídio) ou superexploração em trabalhos precários. Um cenário não é impeditivo do outro, pois a exclusão pode gerar um agravamento de adoecimento mental e suicídio, por exemplo. Da mesma forma, a exclusão nega o acesso à qualificação e empurra para o desemprego ou a precariedade do trabalho.

Em 2019, foram registrados no país 329 mortes violentas, sendo 297 homicídios e 32 suicídios de LGBTs [1]. Em 2018 foram registrados 420 casos e em 2017, 445 mortes. Por mais que haja uma queda no número, o Brasil continua sendo um dos países menos seguros para a população LGBT, em especial para a comunidade Trans. É importante destacar que no relatório divulgado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) referente ao assassinato de homossexuais no Brasil em 2012 [2], Teresina obteve média de 15,6% de assassinatos LGBTfóbicos para uma população de mais de 800 mil habitantes. Sendo considerada, naquela ano, proporcionalmente ao número de habitantes, a cidade mais homofóbica do país.

Não há dados consistentes sobre quantas pessoas LGBTQIA+ existem em Teresina e quais são suas demandas. Uma pesquisa divulgada pelo NESP – Núcleo de Estudos em Saúde Pública da UnB (Universidade de Brasília)[3] informou que em Teresina foram registrados 22 casamentos civis, sendo que 17 foram entre cônjuges femininos e 5 entre cônjuges masculinos, representando 6,5% das uniões homoafetivas entre as capitais do Nordeste. Esses dados estão mais acessíveis, mas para além de saber quantas pessoas LGBTQIAP+ estão conquistando o direito ao reconhecimento de suas uniões e casamentos, isto é, o direito ao reconhecimento de suas famílias, é preciso dados para saber em que condições vivem essas famílias. Suas condições de moradia, trabalho, seguridade social, acesso à saúde, participação política, lazer.

Ademais, a não existência de dados concretos também sobre pessoas Trans (mulheres, homens, travestis, transmasculines e não-binarias) em Teresina é alarmante, já que o Brasil é primeiro lugar no ranking de violência (física, psicológica, institucional...) e assassinato contra essa população. Outro fator a ser considerado é a saúde mental de pessoas Trans, sabe-se que 42% da população Trans já tentou suicídio. No relatório “Transexualidades e Saúde Pública no Brasil” do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH-UFMG) [4] revelou que esse percentual é ainda maior na população transmasculina (85,7%). Esses dados refletem em como a negação de direitos fundamentais (respeito ao nome, identidade de gênero, acesso a moradia, educação, saúde e trabalho formal) às pessoas Trans impactam diretamente na saúde mental.

Desde 2009, há no Piauí, a lei do Nome Social Nº 5.196 que garante a transexuais, travestis e pessoas não-cisgêneras o reconhecimento à identidade de gênero e ao nome social. Contudo, só em 2017, foi instituída a lei Nº 5.077 que garante a população Trans o uso do nome social no âmbito da administração pública municipal de Teresina. Conforme a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), no Piauí, até julho de 2019, estima-se que cerca de 50 transexuais e travestis retificaram nome e gênero na documentação oficial e cerca de outras 100 pessoas conseguiram retirar a carteirinha de nome social [5]. No entanto, ainda observa-se o desrespeito ao gênero e uso do nome social na nossa capital.

É preciso, portanto, que haja uma obtenção de dados concretos sobre a população LGBTQIA+ para que não se perpetue uma política de adoecimento, marginalização e extermínio dessas corpos/corporalidades. Essas informações precisam ser buscadas e acompanhadas de um compromisso político para sanar as ausências de políticas públicas focais.

No plano municipal de assistência social (2018-2021)[6], aprovado na gestão municipal do PSDB, em termos orçamentários, os recursos para “manutenção e qualificação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e dos Conselhos de Direito (CMDCAT, CONADE-TE, CMDI, LGBT) e demais espaços e ações

de defesa dos direitos da população do município” foram orçados no montante de R\$ 2.869.075,69. No entanto, apesar da existência do Conselho Municipal LGBT, não há qualquer previsão específica na Lei Orçamentária Anual de 2020 para políticas públicas LGBTQIA+ ou para o Conselho Municipal LGBT. A dotação orçamentária para Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas como um todo foi de R\$ 98.190,00, bem abaixo do previsto no Plano de Assistência Social, e sem qualquer focalização para a população não-cis e não-heterossexual.

Tem-se que mesmo com alguns avanços, a população LGBTQIAP+, ainda enfrenta inúmeras dificuldades no acesso à cidade. Impossibilidades de transitar nas ruas sem sofrer agressão verbal ou física ou constrangimento, isso afasta essa comunidade do acesso à educação, saúde, transportes públicos, segurança, moradia, dentre outros direitos fundamentais. Assim, pautar o combate às opressões, em especial a ruptura dessa estrutura cisheteronormativa é importante e necessária, em especial pela consolidação da democracia e o enfrentamento as violências (físicas, psicológicas, institucionais, afetivas, patrimoniais...) frente a população LGBTQIAP+.

Nesse sentido, está comprometida a campanha das professoras Lucineide Barros e Cyntia Falcão da à prefeitura de Teresina: mapear dados reais sobre a quantidade das pessoas LGBTQIA+ no município de Teresina, as condições sociais das pessoas LGBTQIA+ para formulação de políticas públicas de inclusão e cidadania. Nesse sentido, apresentamos algumas propostas acumuladas:

- Fortalecimento do Conselho Municipal LGBT (instrumento de participação e controle social sobre as políticas públicas LGBT);
- Construção participativa do II Plano Municipal LGBT (plano de pactuação de políticas públicas LGBT entre órgãos e secretarias do poder público);
- Criação de estrutura administrativa da Política Municipal LGBT na Secretaria de Direitos Humanos (órgão articulador e executor de políticas públicas LGBTs);
- Assegurar orçamento efetivo para a promoção da Cidadania LGBT (dotação orçamentária no PPA, LDO e LOA para políticas públicas LGBT);
- Assegurar a criação de equipamentos públicos de prevenção à violência contra LGBT e promoção de direitos de cidadania;
- Promover o respeito ao princípio da laicidade do Estado Democrático de Direitos e da gestão pública;
- Assegurar programas de treinamento e capacitação a todo o funcionalismo municipal - Segurança Pública, Saúde, Educação e Social, dentre outros - voltado ao atendimento de LGBTs;
- Criar a Escola Municipal para Formação em Direitos Humanos e do Bem Viver;
- Criar e manter um programa para prevenção, tratamento e testagem de jovens LGBT;
- Favorecer a articulação junto ao Poder Judiciário e Legislativo para aprovação de legislações afirmativas à população LGBT como o marco legal que criminaliza crimes de ódio com base na orientação sexual ou identidade de gênero;
- Assegurar condições para o cumprimento do que que dispõe na ADI 4275 sobre o direito de Retificação do nome de pessoas Trans;
- Assegurar condições para implementação da Lei tal que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973;
- Promover ações de enfrentamento da homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia no ambiente escolar;

- Ampliar os critérios do programa de habitação e moradia considerando também os critérios de vulnerabilidade social da população LGBT;
- Garantir a integralidade do uso do nome social, para funcionários e usuários de todo o funcionalismo público ou privado;
- Ampliar condições do Ambulatório de Saúde Integral para População Trans “Makelly Castro” e criação de Rede de Saúde Integral para Gays, Lésbicas e Bissexuais.
- Criar unidade móvel que garanta assistência jurídica, social e psicológica à população LGBTQI+ e aos direitos humanos nas regiões de maior vulnerabilidade (inclusive na zona rural), visando o enfrentamento à violência;
- Promover condições de acolhimento para adolescentes e jovens LGBT expulso/a/es de casa;
- Criar Instituição de Longa Permanência do Idoso (ILPI) para LGBTs;
- Assegurar cotas nos concursos públicos para pessoas Trans (mulheres, travestis, homens, transmasculines e pessoas não-binárias);
- Apoiar a criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para população LGBT, com prioridade na população Trans;
- Ofertar cursos de qualificação, com apoio financeiro para a população LGBT, em especial a população Trans e aqueles que estão em situação de rua;
- Fortalecer, divulgar e publicizar, nas instituições municipais e nos meios de comunicação, do Disk Cidadania Homossexual (instituído pela Lei Municipal Nº 3274, de 02 de março de 2004), telefone que atende denúncias sobre violação de direitos, presta orientações a cerca de direitos e encaminha as situações para a rede de proteção e defesa de direitos;
- Promover apoio à Parada da Diversidade de Teresina;

[1] “RELATÓRIOS ANUAIS DE MORTE DE LGBTI”. <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

[2] “RELATÓRIO 2012. ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS (LGBT) NO BRASIL”.
<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2013/06/relatorio-20126.pdf>

[3] “Perfil do município de Teresina/PI. Análise do acesso e da qualidade da Atenção Integral à Saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde”. https://www.nesp.unb.br/saudelgbt/images/arquivos/Perfil_Teresina.pdf.

[4] “Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans”.
<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>

[5] “Cerca de 50 transexuais já utilizam nome social em documentação”. <https://www.portalodia.com/noticias/piaui/cerca-de-50-transexuais-ja-utilizam-nome-social-em-documentacao-366746.html>

[6] “PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018-2021”. <https://semcaspi.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/26/2018/11/PLANO-MUNICIPAL-DE-ASSISTENCIA-SOCIAL-2018-2021.pdf>

11. MULHERES

A base de criação e de desenvolvimento da sociedade está estruturada de modo que as mulheres são colocadas em relação de inferioridade diante dos homens. Mulheres e homens são vítimas desse modo de desenvolvimento social, que é uma criação humana e carece da ação humana, através da política, da educação e da cultura, para ser transformada.

Qual é a base de criação dessa sociedade que inferioriza as mulheres? Em uma tradução sintética, podemos falar de elementos religiosos, econômicos, políticos e culturais. A tradição judaico cristã, amplamente difundida no mundo, através de processos de colonização, ensina que Deus criou o homem e a mulher, esta feita da “costela do homem”, lhe devendo obediência para ocupar-se, junto com ele, da obra da reprodução do “paraíso”, contudo, por causa do pecado foi amaldiçoada com o sofrimento. Nessa construção, parir e cuidar das crianças colocou as mulheres mais tempo em casa ocupada com os trabalhos domésticos, identificando mulheres com seres para a maternidade e o cuidado. Enquanto os homens foram se tornando administradores das atividades fora da casa, do espaço doméstico.

A atribuição de determinadas atividades, vem demarcando, ao longo do tempo, os lugares de mulheres e homens na sociedade, como tradição, onde atuam os processos educativos e ideológicos, legitimados política e juridicamente em uma estrutura sócio-política e econômica patriarcal.

As relações escravocratas ampliaram o poder administrativo dos homens de posses; estes além de comandar as mulheres da família, passaram a comandar e administrar as vidas e corpos de outras mulheres, homens e crianças escravizadas e dependentes dos núcleos familiares economicamente privilegiados.

Com o liberalismo e, principalmente, a consolidação da modernidade capitalista, as relações familiares como núcleos de poder perderam força, para dar lugar às liberdades individuais, sendo esta liberdade compreendida pelo viés da propriedade, ou seja, ser livre para ter. Neste contexto os homens, ricos e brancos se tornaram titulares do direito e o Estado o guardião de seus direitos de propriedade, em um processo que mulheres, negros(as), crianças e trabalhadores (as) empobrecidos(as) ficaram à margem do direito e do Estado, portanto, das relações políticas que se realizam nos espaços administrativos de tomada de decisões.

Esse processo vem sendo, o tempo todo, marcado por muitas resistências, lutas dos(as) excluídos(as) e oprimidos(as), como as experiências matriarcais, de comunidades marginalizadas, das benzedadeiras, raizeiras e tantas outras fortemente perseguidas e violentadas, porém sempre persistindo.

Chegamos ao século XXI, com uma sociedade adoecida, violenta, apartada de sua vocação de ser feliz. Toda a sociedade é vitimada nessa estrutura social orientada majoritariamente pela opressão e dominação patriarcal, machista e de classe. Por isso afirmamos que a violência contra mulheres é estrutural, está na base do edifício social e, desse modo, requer para a sua superação ações também estruturais, que considerem como ponto de partida os lugares sociais de violências em que se encontram a maior parte das mulheres na atualidades. Isto pressupõe a ocupação equitativa dos diversos espaços sociais, em condições de exercer poder, visando a superações das violências.

De acordo com dados da ONU de 2020 as mulheres ainda realizam três vezes mais que os homens em trabalho de cuidado doméstico não remunerado; têm mais escolaridade, mas ocupam pouco as áreas das ciências e engenharias; nem todas têm direito à licença maternidade; conseguem aposentar-se em número menor que os homens; seus empregos são mais precários que os dos homens. Com o advento da pandemia essa situação se agravou, inclusive com ampliação no número de feminicídio.

Em Teresina: De acordo com o Censo de 2010, as mulheres representam mais da metade da população da capital, são também mais alfabetizadas que os homens e 47% dos domicílios estavam sob a administração das mesmas.

Segundo o documento “Síntese do Diagnóstico Sobre Situação de Violência Contra Mulheres em Teresina”^[1], publicado em 2018, 39% das mulheres estão fora do mercado do trabalho, enquanto 21% dos homens se encontram nessa situação; as mulheres de Teresina recebem 11,3% a menos de salário, que nas demais capitais do Nordeste e 32,5% a menos que nas demais capitais do Brasil. A diferença de rendimento médio entre homens e mulheres é de 15,5% a menos para as mulheres.

47% das mulheres encontram-se na faixa dos 15 aos 29 anos ; 77,8% das mulheres são negras ou pardas; as mulheres de 18 anos ou mais com Ensino Médio completo representam 74,2%. 11% de mulheres são analfabetas funcionais.

Para a Câmara Municipal foram eleitas somente 3 vereadoras no universo de de 29 vagas.

Diante desse quadro, o PSOL assume compromisso irrestrito com a luta pelos direitos das mulheres e combate à violência de gênero; garantia da perspectiva de gênero como atravessamento a todas as políticas públicas do município, visando a equidade de gênero; garantia de proteção e avanço nos direitos das mulheres servidoras públicas; prioridade no acesso às políticas de acesso à renda atenção à saúde reprodutiva e sexual das mulheres, com foco na prevenção e na atenção básica e diante disso propõe:

1. Assegurar prioridade pro atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e de violência doméstica no acesso a programa de capacitação profissional, geração de renda e acesso a moradia, assim como em outras políticas de acesso a direito;
- Incentivar, com linha de crédito justo e acessível, com acessória técnica a mulheres da zona rural e indígenas, das vilas, com deficiência, e egressas do sistema prisional;
 - Promover política de formação e qualificação profissional das mulheres, reeducandas e egressas do sistema prisional e das ações de superação da dependência química.
 - Assegurar equidade de gênero e de cor/raça e diversidades, nos cargos de direção do Executivo, na Administração pública direta ou indireta.
 - Promover programas de educomunicação visando a defesa e autodefesa da mulher e combate à violência

contra a mulher em geral;

- Incluir nas políticas de formação continuada de servidores(as), com equipes multidisciplinares do sistema de segurança e de saúde o atendimento de mulheres em situação de violência.
- Assegurar efetividade no sistema de notificação dos casos de violência contra mulheres e tratamento da situação no planejamento e realização das políticas;
- Promover programa de formação permanente de educação não sexista, visando o combate à cultura da violência;
- Assegurar nos currículos escolares estudos sobre Mulher e sociedade;
- Fortalecer equipes multiprofissionais de acolhimento e orientação nos serviços de atendimento de urgência à mulheres vítimas de violência doméstica.

^[1] Disponível em: [semplan.teresina.pi.gov.br › uploads › sites › 2018/09](http://semplan.teresina.pi.gov.br/uploads/sites/2018/09)

12. JUVENTUDE QUE SENTE E LUTA POR TERESINA

A luta por direitos em Teresina encontra na juventude um setor importante de mobilização e protagonismo, principalmente após as jornadas de junho de 2013, quando um movimento essencialmente de vanguarda e super jovem, tomou as ruas de todo o país reclamando o direito ao passe livre e denunciando os abusos cometidos pelas concessionárias de transporte público, com destaque para o aumento da tarifa.

A juventude no Brasil, historicamente, protagonizou momentos cruciais de luta e rompimento com as forças reacionárias. Teresina não escapa dessa realidade, posto que, de acordo com o censo de 2010, mais de 30% de sua população de Teresina é jovem (15 a 30 anos), e é nesse setor que as lutas contra opressões e suas interseções encontram maior concentração e, portanto, maiores ataques também.

Pensar uma política pública que reconheça a juventude como motor de mudanças que é, é necessariamente pensar uma política diferente da que está posta, que é velha, branca e supostamente heterossexual.

Ao contrário da ordem vigente, uma política que possibilita futuros (no plural, pois os sonhos são muitos e diferentes) para a nossa juventude passa precisamente pelo caminho oposto, onde o lugar de fala e de escuta são circulares, onde a negritude é não só representada, mas vocal de suas vivências e demandas, onde a política feminista não seja um peso carregado solitariamente pelas mulheres, mas que se estabeleça uma solidariedade real e concreta.

Aqui, estamos nos colocando em coro com a juventude negra, que nas periferias recebe dessa cidade as fórmulas mais violentas de “segurança” como o projeto vila bairro segurança, cujo objetivo passa por

impedir a periferia de celebrar sua resistência através da cultura até engrossar as fileiras do encarceramento em massa justificado por uma política de drogas racista, que mais comprova a incompetência desta política de drogas do que o contrário.

Precisamos urgentemente pensar políticas de segurança pública que saiam da lógica de policiamento ostensivo nas ruas para uma que permita nossa juventude respirar, que consolide o acesso a cultura independente da zona de suas moradias, que incentive mais jovens a ocupar as ruas como um espaço público e político para o exercício de direitos.

A juventude é um amplo setor e tem sido vanguarda nas lutas por educação, transporte público, moradia, direitos dos trabalhadores, ou seja, na luta pelas garantias e liberdades democráticas de uma forma geral e contra toda forma de avanço do fascismo no país.

Essa vanguarda é marcada principalmente pelas múltiplas pautas que atravessam suas vidas. A luta por saúde, educação, transporte, moradia e emprego não podem estar separadas da luta pelos direitos das mulheres, das LGBTQIP+, dos negros e negras, dos povos originários e comunidades tradicionais, sob o risco de se fazerem apartadas da realidade das pessoas e perderem o sentido de transformação social.

Então não restam dúvidas de que a juventude é um importante motor de lutas na cidade, no entanto, não há por parte do poder municipal políticas públicas que demonstrem o reconhecimento desse fato. Apesar de existir uma Secretaria Municipal da Juventude, pouco ou quase nada se fez.

É necessário que não só que essa secretaria abra as portas aos coletivos de juventude, mas que ela ultrapasse o mínimo espaço do gabinete para realmente fortalecer esse importante setor nas ruas, onde a batalha de fato acontece. Se comprometer de fato com a juventude é estar junto dela, e é isso que esse programa se propõe a construir.

Dessa forma, o PSOL se compromete a implementar políticas públicas que de fato dialoguem com as demandas da juventude. São nossas propostas:

1. Programa “Juventude para a vida” que institucionalize políticas públicas que: implemente cotas para os egressos de presídios e casas correcionais tanto em empregos formais, quanto de jovem aprendiz; realize mapeamentos sobre o encarceramento da população jovem da cidade, destacando quais são os crimes, quais as penas aplicadas e como são aplicadas, bem como sobre os casos de homicídio da população jovem; capacite dos agentes da segurança pública e privada com formação em direitos humanos.
1. Vitalizar a Secretaria Municipal de juventude com abertura de novas vagas para coletivos de juventude não contemplados no momento de criação da secretaria, devendo as reuniões ocorrerem no mínimo uma vez a cada 30 dias e total transparência com a disponibilização das atas das reuniões em site de domínio público.
2. Implementar políticas de prevenção ao suicídio jovem, devendo ser criados centros de acolhimento para jovens com sofrimento psíquico e psicológico, disponibilizando atendimento psicológico e psiquiátrico, bem como o financiamento gratuito de remédios para aqueles cuja renda familiar não ultrapasse meio salário mínimo por pessoa.
3. Investir na criação de espaços de cultura e lazer aos jovens, com bibliotecas, praças, pistas de skate, teatro e

ginásios esportivos, construídos preferencialmente nas periferias da cidade. Esses espaços devem oferecer uma estrutura mínima de bebedouros, banheiros, iluminação, wi-fi e acesso ao transporte público.

4. Promover a fiscalização do trabalho realizado em call centers por uma equipe técnica que produza relatórios sobre as condições sanitárias e de saúde a que estão submetidos estes trabalhadores, em maioria jovem.
5. Articular oportunidades de emprego formal a partir de políticas de desenvolvimento local, de gênero e raça.

13. INDÍGENAS

A Região Norte/Nordeste concentra a maioria dos indígenas brasileiros (37,4%). Destes, 1,9% vivem no estado do Piauí e correspondem a 2,2% da população, mesmo considerando a mentira histórica contada em livros didáticos de que não há indígenas no estado do Piauí.

A indígena Aliã Wamiri, do povo Guajajara, contou em entrevista concedida no ano de 2019 sobre a existência de uma aldeia urbana em Teresina, denominada Ukair, à época com 20 integrantes. No mesmo ano chegou à Capital cerca de 200 indígenas, a maior parte do povo Warao, vindos da Venezuela, cerca de 40% de crianças, os quais se encontram atualmente em abrigos administrados pela Secretaria de Assistência social do Município.

Os indígenas Warao tem uma cultura específica que deve ser levada em consideração pelos agentes do poder público, o que não tem sido observado pelo poder público federal, estadual e municipal. São muitas denúncias feitas ao tratamento dados aos povos indígenas em Teresina pelo reconhecimento por serem indígenas e por não reconhecerem a sua identidade.

Além disso, é visível nos territórios tradicionais de Teresina como Poti Velho, Manfrense, São Joaquim e outros os traços de povos indígenas naquela população tradicional.

Nesse mesmo contexto avança um processo de autorreconhecimento de moradores(as), especialmente da zona norte da Cidade, como descendentes de indígenas originários da antiga Vila do Poti, fortemente atacada durante a colonização e invisibilizada na historiografia hegemônica.

Essa situação impõe à população indígena que vive em Teresina uma situação de intensa vulnerabilidade, que exige medidas urgentes do poder público, sob pena de termos vidas dizimadas pela falta de assistência, por causa das condições insalubres, alimentação precária e estranha aos hábitos alimentares, além da superlotação, favorecendo contaminação em massa e outras situações degradantes.

Por razões humanitárias e considerando os marcos da legislação do município a população indígena deve ser acolhida e assistida em suas necessárias básicas, observando os cuidados determinados nos tratados nacionais e internacionais.

O evento realizado em setembro de 2019, por uma rede de parcerias constituída pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Fundação Nacional do Índio (Funai); Alto Comissariado das Nações Unidas para os(as) Refugiados(as) (ACNUR/ONU); Defensoria Pública da União (DPU); Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME); Instituto Federal do Piauí/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC); Superintendência das Relações Sociais do Governo do Estado do Piauí (SUPRES); Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas da Prefeitura de Teresina (SEMCASPI); Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Piauí e Cáritas Arquidiocesana de Teresina fez reconhecimento dos direitos das populações indígenas, tais como: os indígenas no ordenamento jurídico brasileiro internacional, tais como:

- Convenções Internacionais como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que exige consulta prévia em qualquer intervenção no território e na cultura indígena;

- A Constituição Federal de 1988 que nos seus fundamentos do pacto de nação reconhece, no Art. 1º, “a dignidade da pessoa humana” e Cidadania”, arquétipos que estruturam toda a proteção dos direitos fundamentais dentro do território brasileiro. Tanto para os brasileiros natos ou naturalizados, quanto aos estrangeiros em razão da tutela dos direitos humanos que se opera em escala global, sendo de responsabilidade de todos os Estados pautados sob essa égide garantir a sua efetividade;

- Os objetivos da CF/88, que no Art. 3º, inciso IV prescreve: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, bem como os princípios do Art. 4º, incisos II, III e VIII: “prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; repúdio ao terrorismo e ao racismo”;

- O reconhecimento das convenções internacionais no § 3º, do Art. 5º da CRFB/88, ao garantir que fazem parte do Ordenamento Jurídico Brasileiro os “tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”;

- A igualdade garantida no Art.5º caput – CF-88, que prescreve que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança [...]”;

- A atuação do Brasil na tutela dos direitos dos refugiados em se tratando de América Latina, através da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e do Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, ambos recepcionados pela ordem constitucional vigente e positivados na Lei nº 9.474/97, o que reforça que as ameaças sofridas pelos indígenas Waraos vão na contramão não só dos postulados normativos que visam garantir uma vida digna aos refugiados no Brasil, mas do compromisso histórico do Estado brasileiro na luta pela dignidade humana dos povos refugiados.

- Proteção por meio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, em pelo menos 35 dos seus

44 artigos, com destaque para o Art. 6º, o direito de consulta: “Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: 1. a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim. 2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas”.

Lamentavelmente, o Estado brasileiro e o município de Teresina cometem ilegalidades quanto a todas as garantias quanto aos indígenas Waraos e os povos indígenas nacionais que passam por território do município de Teresina ou aqui vivem, incluindo desterritorialização sem consulta prévia, como ataque ao Ordenamento Jurídico Pátrio, especialmente, na garantia de direitos humanos e direitos fundamentais às comunidades indígenas que aqui se encontram na condição de refugiadas.

O evento já referido levantou dentre outras, as seguintes necessidades quanto aos indígenas Waraos:

1. Efetivar o acesso ao protocolo de refúgio e à sua renovação, observando prazos de validade e providencias para renovação;
2. Efetivar o acesso às certidões de nascimento, verificando a documentação das crianças nascidas no Brasil visando assegurar o direito à residência;
3. Efetivar o acesso à documentação civil básica (CPF e carteira de trabalho);
4. inserção das famílias no Cadastro Único visando, dentre outras providências
5. assegurar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Com Deficiência.
6. Garantir condições dignas de habitabilidade e acolhimento nos abrigos (com infraestrutura condizente com as necessidades dos(as) indígenas;
7. Viabilizar alternativas de reação de emprego e renda por meio do artesanato, cultivo de hortas comunitárias e outras compatíveis com os modos de vida dos(as) indígenas;
8. Promover a alfabetização de crianças e adultos(as), resguardando a língua materna;
9. Realizar um processo de formação continuada dos(as) profissionais que atuam com os(as) indígenas;
10. Realizar formação com os(as) profissionais de saúde que atuam com os(as) indígenas, a partir de estratégias e conditas adequadas à assistência à saúde indígena;
11. Promoção da educação intercultural trilingue (língua materna, espanhol e português).

Diante do exposto, o Programa do PSOL indica como suas propostas quanto aos indígenas Waraos o que foi indicado pelo seminário sobre os indígenas aqui refugiados e para os indígenas nacionais:

1. Reconhecimento de quem se autodeclara indígena no município de Teresina;
2. Realização de consulta prévia antes de qualquer intervenção em território tradicional conforme determina a Convenção 169;

3. Realizar repactuação com as populações atingidas pelo programa lagoas do Norte de modo a atender a Convenção 169;
4. Garantir moradia digna, água potável e respeitar as tradições de povos que se autodeclaram indígenas;
5. Garantir territórios de povos que se autodeclaram indígena ou tradicional de modo que consigam garantir os seus modos de vida: formas de fazer, criar, viver e de se expressar.

14. Negros e Negras

A história do Brasil até aqui é marcada por processos sócio, políticos e econômicos responsáveis pela globalização e colonização do mundo com ocupação dos territórios, apropriação das riquezas e extermínios dos povos. África, berço da humanidade, passa a ser conhecida pelo sequestro de seus povos em tráfico transatlântico e genocídio promovido contra seu povo e (o tráfico negreiro) por levar estas pessoas a várias partes do mundo, bem como (o genocídio) atravessado pela tentativa de genocídio de seu povo que já habitava esse (o) território (de África) (assim) como os povos originários e as diversas comunidades indígenas presentes.

O processo da colonização foi parte significativa e responsável para consolidar a sociedade moderna e conseqüentemente o mundo capitalista. O escravismo consolidou esse projeto a partir da lógica racista da divisão do mundo por raças, que de maneira hierárquica aponta os povos brancos como aqueles detentores do conhecimento e da verdade ao mesmo tempo em que subjuga todos os outros, os transformando em produtos e não reconhecendo todas as possibilidades de criação, pensamentos e filosofias produzidas por um conjunto de povos não brancos e eurocêntricos.

Diante dessa realidade histórica, o Estado brasileiro aponta suas armas para essas populações que passaram e passam por esse processo de subjugo e genocídio, os negros, indígenas e pobres. Essa forma racista cria leis que induzem a procura e destruição completa dos quilombos e qualquer comunidade que colocavam em perigo as estruturas do estado colonial. Esses processos nada mais são do que a maneira do Estado brasileiro de criminalizar determinados grupos sociais e ou tudo aquilo que esse mesmos grupos produziam, pensavam e até cultuavam (racismo religioso).

O Piauí de acordo com o IBGE, aponta que cerca de 80% da população se auto declara negros e/ou pardos, ao mesmo tempo em que apresenta que essa maioria é pobre e tem condições abaixo da média. Esses dados apontam a extrema desigualdade que afeta a realidade fruto de condições históricas que foram impostas ao povo negro.

Nas zonas urbanas de Teresina, a política apresentada pela gestão racista do PSDB é a criminalização da pobreza, do corpo de toda e qualquer possibilidade de comunitarismo entre esses povos, bem como a expulsão destas pessoas de suas moradias para a espoliação de mercado. A juventude da periferia é protagonista na

produção dos conhecimentos populares e ditos marginais, são através das rodas de rima, poesia e hip hop que existe um fortalecimento dessas comunidades e de grupos que são marcados pelo racismo. Entretanto, a realidade do capitalismo aponta que partes desses mesmos jovens que são produtores de cultura e resistências os colocam nos locais precários de trabalho, como centros de atendimentos, entregadores por aplicativos, com pouca escolaridade e nenhuma assistência social que possibilite a formação desses jovens.

Além disso, as periferias da cidade apresentam uma realidade onde existem os piores postos de saúde, escolas que são fechadas, ruas sem calçamento e nenhuma rede sanitária o que aprofunda a difícil condição de vida saudável do povo negro e pobre. Não obstante, as condições precárias se aprofundam com a desigualdade geográfica de Teresina, onde muitas mães negras têm que atravessar grandes percursos para chegarem às zonas e locais mais nobres onde trabalham como domésticas de casas dos homens e mulheres brancas ricas.

Diante dessa realidade, o Partido Socialismo e Liberdade comprometido com o processo de Reparação Histórica do povo negro propõe:

- Combater o racismo estrutural e institucional dos órgãos públicos como escolas, hospitais e policiais.
- Promover políticas públicas que possibilitem a formação continuada e de qualidade para jovens negros e negras das periferias.
- Criar uma rede coletiva de cultura que incentive a produção de cultura marginal nas periferias e quebradas de Teresina, com a ocupação de praças, atividades em escolas e outros locais historicamente negados aos negros e negras;
- Acabar com a criminalização dos espaços públicos;
- Combater a violência policial, bem como afirmar uma política de desmilitarização em Teresina.
- Ampliar as cotas raciais para a admissão de pessoas negras em cargos públicos por meio de concurso.
- Lutar pela regularização e direitos dos trabalhadores por aplicativo.
- Dar subsídios para trabalhadores e comerciantes negros que vivem de maneira autônoma.
- Criar projetos que combatam o racismo religioso;
- Combater projetos de construtoras e grileiros de terra que expulsam populações de seus territórios;

SAÚDE
para a
VIDA,
não para o
mercado



SAÚDE PARA A VIDA, NÃO PARA O MERCADO

14. SAÚDE

CONJUNTURA POLÍTICA, DETERMINAÇÃO SOCIAL E SAÚDE COLETIVA

A análise da atual conjuntura brasileira aponta uma tendência à configuração de um Governo Federal com contornos neofascistas, que tem implementado uma agenda neoliberal com apoio de forças políticas conservadoras e tem demonstrado uma clara incapacidade de enfrentar a crise sanitária que o país atravessa, potencializando sua crise econômica, política e social.

De fato, nos últimos anos, o fortalecimento do pensamento conservador, de base religiosa, na sociedade brasileira e o negacionismo diante da contribuição de cientistas das mais diversas áreas e de epidemiologistas, sanitaristas, infectologistas e outros profissionais da saúde que têm estudado a pandemia de *Coronavirus Disease 2019* (COVID-19), além do descaso diante das recomendações das autoridades sanitárias nacionais e internacionais relativo ao enfrentamento dessa pandemia têm contribuído sobremaneira para o agravamento de nossa histórica desigualdade social, que confere distintas vulnerabilidades a grupos populacionais específicos, marcados pela interseção das determinações de classe, raça e gênero.

A agenda conservadora é transversal ao atual Governo Federal, que trabalha com a concepção de família heteronormativa, cisgênera, desconsiderando a multiplicidade de arranjos familiares contemporâneos e o contexto da desigualdade de gênero no país. Contrapondo-se a tal agenda, observa-se a mobilização e o posicionamento de diversos movimentos sociais que denunciam o caráter neofascista e negacionista do atual Governo Federal, apontando os problemas enfrentados.

Compreendemos que a conjuntura política, o conjunto de determinações sociais em saúde e os marcadores sociais da diferença, como a pobreza, as diversas formas de violência, a desigualdade de gênero, a vulnerabilidade social, econômica e política, a heteronormatividade compulsória e as questões de gênero, raça e classe aprofundam as desigualdades sociais em saúde.

É nesse contexto histórico que identificamos as necessidade sociais de saúde, problemas de saúde e nos sistemas de saúde de forma interseccionada considerando os desafios das questões de gênero, raça e classe no contexto da sociedade capitalista. Para pensar o sistema de saúde e os dispositivos de atenção à saúde, a atuação que o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) deseja construir considera a necessidade de superação do neofascismo, da agenda ultraneoliberal, do pensamento conservador, das desigualdade sociais

em saúde e dos marcadores sociais da diferença.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PROGRAMA DE SAÚDE DO PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

Compreendemos como princípios orientadores de construção do programa de saúde do PSOL Teresina a proposta de reforma sanitária brasileira, a reforma psiquiátrica brasileira e a psiquiatria democrática italiana, com atuação no campo das determinações sociais da saúde e na superação das desigualdades sociais em saúde, com construção de estratégias de gestão participativa e democrática, com fortalecimento da participação popular em saúde, com defesa da democracia, da liberdade de imprensa e das instituições democráticas, com atuação em defesa da vida e contra o negacionismo científico, tendo o setor saúde um diálogo constante com a sociedade por meio de espaços de formulação, implementação e avaliação da política de saúde junto a universidades, trabalhadores de saúde, usuários dos serviços, movimentos sociais e entidades de representação bipartite e tripartite, como o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde (CONASSEMS). Compreendemos que o Sistema Único de Saúde (SUS) vive um processo de (des)financiamento crônico, produzido a partir da Ementa Constitucional (EC) n. 95/2016, que estabeleceu o congelamento do financiamento das políticas sociais por 20 anos. Assumimos o compromisso de executar integralmente os recursos estabelecidos constitucionalmente para a gestão municipal de saúde e de atuar em busca de recursos financeiros que fortaleçam o SUS. E compreendemos que, no campo das políticas de saúde precisamos superar a atual agenda neofascista, ultraneoliberal e conservadora. Outro princípio orientador transversal da organização dos sistema municipal de saúde é a construção de processos de identificação das desigualdades sociais, construção das necessidades sociais em saúde, organização do sistema de saúde, organização das tecnologias de cuidado, das abordagem terapêuticas, da atuação intersetorial junto com outras políticas sociais, dos processos de participação popular em saúde considerando a superação da sociedade capitalista, do sistema patriarcal e do racismo estrutural. O PSOL compreende que está é tarefa coletiva que deve ser desenvolvida por dispositivos de gestão participativa e compartilhada com a sociedade.

GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA: DIREITO À SAÚDE CONSIDERANDO A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

Considerando os pressupostos de construção da política de saúde, compreendemos que a gestão de sistemas e serviços de saúde deve ser orientada pelos princípios de gestão participativa e democrática, segundo os quais todos os atores devem ser protagonistas dos processos de decisão do sistema municipal de saúde. Serão implantados dispositivos de gestão e planejamento estratégico situacional que possibilitem a construção do plano municipal de saúde e de estratégias de ação que dialoguem com universidades, trabalhadores de saúde, usuários dos serviços, movimentos sociais e entidades de representação bipartite e tripartite, como o CONASS e o CONASSEMS. Serão desenvolvidos dispositivos como o método da roda, que proporciona um espaço de construção horizontal entre todos os atores envolvidos no processo. A Secretaria Municipal de Saúde atuará junto aos movimentos sociais em saúde de Teresina, com o objetivo de fortalecer a democracia e a cidadania.

Outra agenda importante é a organização da atenção a saúde considerando as redes de atenção a

saúde desenvolvendo um processo de modelagem de redes de atenção a saúde de forma integrada com os diversos níveis assistenciais reorganizando em uma perspectiva de círculo onde as necessidades de saúde emergem do diálogo com universidade, serviços de saúde, comunidade, movimentos sociais partindo dos principais marcadores sociais da diferença da cidade que compreende as questões de gênero, raça e classe social de forma interseccional.

Compreendemos que devemos fortalecer os dispositivos de cogestão e transparência da administração pública com espaços para apresentação dos relatórios de gestão. E serão criadas estratégias voltadas à superação do autoritarismo, do clientelismo e do patrimonialismo, por meio de dispositivos de participação direta da população na gestão de sistemas e serviços de saúde, bem como de dispositivos de controle social de órgãos de regulação e da Ouvidoria do SUS.

ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE ORIENTADA PELA ÊNFASE NO TERRITÓRIO E NA DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

A Atenção Básica em Saúde (ABS) consiste em uma política de base territorial, com enfoque na família, cujo objetivo é garantir a atenção à saúde diante dos problemas gerais da população. Dessa forma, atua a partir da Estratégia Saúde da Família (ESF) e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), com o propósito de desenvolver ações integradas de clínica e saúde coletiva. Compreendemos a ABS como uma política de saúde estratégica do município, na medida em que proporciona promoção à saúde e prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de agravos de saúde. Com isso em vista, apontamos a importância da ampliação das equipes da ESF e das equipes dos NASF, buscando fortalecer o diálogo da ABS com as outras redes de atenção à saúde e as políticas sociais, fomentar o desenvolvimento da clínica ampliada e atuar por meio de abordagens comunitárias com vistas a uma atuação que promova a equidade em saúde e proporcione uma abordagem no âmbito da determinação social da saúde. Assim, as ações da ABS devem produzir uma íntima sintonia entre clínica e saúde coletiva. Outro eixo transversal a atenção básica em saúde é o enfoque dos marcadores sociais da diferença buscando olhar para os principais problemas de saúde da comunidade considerando as questões de gênero, raça e classe social.

Somos integralmente contra todas as estratégias e dispositivos de gestão e organização da política de saúde de caráter privado. A organização de uma gestão participativa onde todos são sujeitos da organização do sistema inicia nossa atuação. O segundo momento é o processo de territorialização em saúde que busque superar a lógica do geoprocessamento físico, construindo uma leitura social, cultural, política e psicossocial do território e dialogando de forma participativa com a comunidade. Integrados com o processo de territorialização, serão desenvolvidos espaços participativos de planejamento e avaliação entre as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e as comunidades como estratégia de fortalecimento da gestão democrática e participativa. Tal processo ocorrerá de forma transversal ao longo dos 4 anos de gestão municipal. A ABS será organizada por meio da clínica ampliada, buscando superar a lógica dos programas de saúde, com atuação a partir da integralidade da atenção à saúde articulada a outros níveis de atenção à saúde. Outra dimensão importante dessa abordagem consistirá nas ações intersetoriais e na participação popular em saúde, mediante diálogo com as demais políticas de saúde no território, no diálogo com os movimentos comunitários e no apoio à organização de conselhos de saúde locais nas UBS.

SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ORIENTADA PELOS PRESSUPOSTOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Compreendemos que o princípio que orienta a política municipal de saúde mental é a proposta de psiquiatria democrática italiana e a construção de uma sociedade sem manicômios.

Apontamos a organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) de forma ampla, contando com diversos dispositivos de cuidado, como: atenção à saúde mental na ABS, organização da atenção à saúde de crianças e adolescentes na ABS, organização de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) voltado ao acolhimento à crise em saúde mental com hospitalidade noturna em casos mais severos, criação de Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), criação de Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência (CAPSi), organização de serviços de urgência psicossocial para acolhimento de crises psicóticas, desenvolvimento de espaços de acolhimento, manejo e atenção às demandas de suicídio, aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais, organização de centros de convivência que apoiem o processo de retorno dos usuários à vida social, desenvolvimento de processos de educação permanente em saúde voltados aos trabalhadores da RAPS, organização de concurso público para os profissionais da RAPS (para aumentar a cobertura e o acolhimento ao sofrimento psíquico em Teresina).

Também buscamos acabar processualmente com o cadastramento, o credenciamento e o encaminhamento envolvendo hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, à medida que os espaços de manejo dos casos de transtornos mentais severos sejam construídos e o manejo da crise em saúde mental possa ocorrer de forma efetiva na RAPS.

GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Inicialmente, compreendemos que devemos organizar uma área técnica denominada gestão do trabalho e educação permanente em saúde. No campo da gestão do trabalho, objetivamos atuar no processo de desprecarização do trabalho em saúde, organizando de forma coletiva junto a todas as categorias profissionais um *plano de cargos, carreiras e salários* dos trabalhadores de saúde e organizando um concurso público que viabilize a ampliação da atenção à saúde no município. Junto à área gestão do trabalho e educação permanente em saúde, objetivamos desenvolver uma coordenação de educação permanente em saúde cujo objetivo será proporcionar a atuação integrada entre universidade, serviços de saúde, trabalhadores de saúde e comunidade com vistas à identificação das demandas de formação pelo trabalho e de construção coletiva com todos os atores no processo de organização das atividades formativas. Dessa forma, como estratégia de gestão participativa e democrática, será criando o Fórum de Educação Permanente em Saúde, com participação paritária entre todos os segmentos sociais descritos acima. Será desenvolvida uma avaliação integrada da capacidade instalada e das necessidades de ensino, pesquisa e extensão universitária de Teresina para adotar atividades de forma pactuada por meio do Fórum de Educação Permanente em Saúde, garantindo a inserção das instituições de ensino no sistema municipal de saúde. Compreendemos como campos iniciais de educação permanente em saúde a gestão de sistemas e serviços de saúde, a ABS, a saúde mental, a atenção psicossocial, a saúde da população negra e a saúde da população LGBTQ+, Interseccionalidade de gênero, raça e classe social nos Sistemas de Saúde .

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL

Considerando o processo de crise da democracia no Brasil, a tradição de estruturas autoritárias na administração pública no Estado do Piauí e a importância de fortalecer a participação popular em saúde em Teresina-PI, compreendemos como estratégico o fortalecimento da participação popular e da cidadania. Dessa forma, a área de participação popular deverá ser transversal a todas as políticas de saúde no município, buscando a construção de espaços de formulação, implementação, avaliação e monitoramento da política de saúde junto à sociedade e fortalecendo o diálogo com os movimentos sociais em saúde. E também será publicado um edital de apoio a entidades da sociedade civil com projetos que atuem no fortalecimento da gestão democrática, da participação popular em saúde e da cidadania.

POLÍTICAS TRANSVERSAIS E ORGANIZADAS POR REDES DE ATENÇÃO E LINHAS DE CUIDADO

Política de Humanização

Política de Saúde do Trabalhador

Política de Saúde da População LGBTQ+

Política de Saúde da População Negra

Política de Saúde dos Povos de Terreiros

Política de Saúde da População Ribeirinha

Política de Saúde da População de Rua

Política de Saúde das Mulheres: Contribuições do Movimento Feminista

PROPOSTAS

1. Modelo de gestão da Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS) orientada pelos pressupostos da gestão estratégica e participativa vinculado a dispositivo de administração pública direta.
2. Planejamento participativo junto a universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais.
3. Estratégias de avaliação da gestão municipal de saúde com enfoque participativo de forma periódica, integrando universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais.
4. Organização de um novo organograma na FMS incluindo áreas como planejamento em saúde, gestão do trabalho e educação permanente em saúde, educação popular em saúde, política de promoção da equidade e saúde do trabalhador, entre outras.
5. Fortalecimento dos distritos sanitários de saúde, garantindo a existência de técnicos de todas as áreas da FMS com vistas a uma atuação regionalizada.
6. Atuação da FMS na Comissão Intergestora Regional de Saúde e na Comissão Intergestora Bipartite, buscando fortalecer os processos de regionalização do sistema de saúde.
7. Ampliação da ABS considerando o aumento da cobertura e o aumento do número de equipes da ESF, de agentes comunitários de saúde (ACS) e de equipes dos NASF, garantindo de forma processual a cobertura de 100% do território de Teresina.
8. Fortalecimento da ABS por meio da organização de concurso público para as equipes da ESF, as equipes de Saúde Mental na ABS dos NASF e os ACS.

9. Criação de equipes de saúde mental na ABS como dispositivo da RAPS, atuando de forma integrada com as equipes da ESF e as equipes dos NASF.
10. Ampliação da RAPS, com financiamento municipal para o aumento do número de CAPS, criação de CAPSi, criação de CAPS voltado ao acolhimento à crise em saúde mental com hospitalidade noturna, criação de Serviço de Urgência Psiquiátrica (SUP), criação de centros de convivência, criação de residência terapêutica, aumento do número de leitos psiquiátricos em hospitais gerais.
11. Organização de concurso público para a RAPS.
12. Organização de concurso público para a ABS.
13. Organização de concurso público para a gestão de políticas de saúde.
14. Fortalecimento das estratégias de integração da RAPS aos diversos níveis assistenciais e às demais políticas sociais.
15. Criação da área de educação permanente em saúde, com organização de um diagnóstico situacional das instituições de ensino e da capacidade instalada para acolhimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária.
16. Organização do Fórum de Educação Permanente em Saúde incluindo instituições de ensino e gestão, trabalhadores, comunidade e movimentos sociais, com vistas a contratualizar de forma democrática e participativa todas as demandas de educação permanente em saúde.
17. Organização e implementação de dispositivos de educação permanente em saúde nas áreas de gestão de sistemas e serviços de saúde, ABS, saúde mental, vigilância em saúde e planejamento e avaliação em saúde, entre a FMS e instituições ensino, para qualificar os servidores municipais de saúde.
18. Fortalecimento dos movimentos sociais em saúde, com a elaboração de editais públicos para financiar projetos que atuem no fortalecimento da cidadania e na defesa do SUS.
19. Fortalecimento de recursos públicos voltados ao Conselho Municipal de Saúde e organização de conferências temáticas de saúde, por exemplo, sobre saúde dos povos de terreiros, saúde da população LGBTQ+, saúde dos povos do mar, saúde da população de rua, saúde mental e saúde do trabalhador, entre outras.
20. Organização do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde, considerando vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e saúde do trabalhador na atuação integrada com as diversas redes de atenção à saúde e elaborando boletins epidemiológicos sobre os principais problemas de saúde do município.
21. Organização da vigilância em saúde considerando o monitoramento das diversas formas de violência, especialmente violência de gênero, violência doméstica, violência sexual, violência contra a comunidade LGBTQ+ e violação dos direitos da criança e do adolescente, entre outras.
22. Criação de serviços de atenção especializada, como laboratórios de análises clínicas e laboratórios de análises diagnósticas por imagem, entre outros.
23. Acompanhamento, avaliação, regulação e fiscalização dos equipamentos de atenção especializada, como laboratórios de análises clínicas e laboratórios de análises diagnósticas por imagem por parte da área de vigilância em saúde, com vistas à construção e avaliação do sistema de saúde considerando a integração entre o setor público e o setor privado.

15. ESPORTE E LAZER PARA O BEM VIVER EM TERESINA

Não se constitui novidade afirmar que o PSDB nunca soube o que fazer com o Esporte e o Lazer em Teresina. Igualmente, não soube como fazer o Esporte e o Lazer para a comunidade teresinense, pois embora haja no plano formal a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, seus titulares não gozam de autonomia para geri-la nem articulam uma política voltada para esses setores porque Esporte e Lazer nunca foram compreendidos como direitos importantes dos(das) teresinenses. É necessário, destarte, um novo modo de pensar e praticar a gestão do Esporte e do Lazer em Teresina, vislumbrando o Bem Viver em Teresina.

2021 inicia a construção de novos caminhos para Teresina. A partir de uma administração transformadora, que ouve e valoriza as bases da sociedade local, atendendo com políticas públicas os anseios da população pela prestação de bons serviços na área social, com destaque para o esporte e o lazer e forte reestruturação dos espaços já existentes e construção de novos espaços necessários a atender à coletividade teresinense.

O Plano de Governo nesse campo reside na elaboração de propostas que estimulem a cultura, o esporte e o lazer para o Bem Viver das pessoas, por meio de atividades coletivas que gerem a sensação de que as áreas públicas do município pertencem aos teresinenses.

Necessitamos de uma Teresina nova e inovadora, sustentável e solidária, saudável e amistosa. Uma cidade construída sobre os sólidos alicerces da QUALIDADE DE VIDA e DO BEM VIVER. Temos a certeza de que o conjunto de propostas aqui apresentadas representam uma as demandas comunitárias por uma Teresina melhor para as gerações presentes e futuras.

Para implementar esses propósitos, é necessário a definição de uma Política de Esporte e Lazer, observando suas possibilidades de financiamento público e democratização.

A Política Desportiva ou Política de Esportes compreende metas, prioridades e diretrizes aplicadas ao Esporte através de decisões políticas. Assim, os programas ou projetos esportivos serão executados através de dotações orçamentárias aprovadas em (LOA), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Planos Plurianuais (PPAs).

Assim como a Política Cultural, a Política Desportiva promove o entretenimento a população. Sem acesso ou com pouco acesso à prática desportiva, a população ficará com poucas opções de lazer, como tem acontecido em Teresina, pois a atual gestão municipal confere lugar de desprezo ao esporte e ao lazer para os habitantes dos territórios urbano e rural

Faz-se necessário estabelecer propostas, metas, prioridades e diretrizes que consolidem uma política que se destine ao compromisso do Poder Municipal com o Esporte e o Lazer.

DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA POLÍTICA DESPORTIVA

No prazo de cinco anos a Política de Esporte teve grandes perdas de receitas desde 2016. Por exemplo, o orçamento de 2020 está 28,14% menor se comparado a dotação prevista em 2020 como consta no Quadro 01. Se compararmos a evolução das dotações orçamentárias da Política de Esporte com a Política de Cultura, verifica-se que o Esporte teve menor prioridade nestes cinco anos.

Quadro 01- LOA's nos períodos de 2016-2020

LOA	Dotações orçamentárias
2016 ^[1]	18.154.914
2017 ^[2]	16.737.805
2018 ^[3]	13.967.000
2019 ^[4]	12.671.000
2020 ^[5]	13.047.000

Observe no Quadro 01 a grande perda de receitas no período de 2016 a 2019, podendo-se constatar pequeno aumento de receita em 2020 em comparação com 2019. Contudo, se aplicarmos a atualização monetária a partir de 2017, obteremos recuperação de receitas. Será utilizado o IGP-M devido a este índice englobar a pesquisa de preços de vestuários, transportes, bens e serviços, por ser um indicador de macroeconomia, já que o Esporte é uma indústria. Para fomentá-la, faz-se necessário investimento público que abra este mercado em Teresina. Será usada a calculadora do cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil [6]

Quadro 2- Dotações orçamentárias no período de 2016-2020.

LOA	Dotações orçamentárias	Dotações orçamentárias com correção monetária
2016	18.154.914	18.154.914
2017	16.737.805	16.737.805
2018	13.967.000	16.775.190,56
2019	12.671.000	18.043.879,77
2020	13.047.000	19.457.262,29

Se fosse estabelecida a correção monetária a partir de 2017, teríamos a impressão na recuperação da dotação orçamentária em 2020 e inclusive se pensaria que a dotação de 2020 ganhou recursos se comparado com 2016. Não obstante, ao atualizar os valores da dotação orçamentária a partir de 2016, percebe-se que ao corrigir a dotação orçamentária a partir de 2016, os valores serão bem maiores. Isto serve para percebermos o quão importante é a atualização orçamentária nos orçamentos públicos.

Quadro 3- Dotações orçamentárias no período de 2016-2020 comparada com as dotações orçamentárias atualizadas segundo o IGP-M na calculadora do cidadão.

LOA	Dotações orçamentárias	Dotações orçamentárias com correção monetária
2016	18.154.914	18.688.097
2017	16.737.805	19.584.972,56
2018	13.967.000	19.628.672,45
2019	12.671.000	21.133.167,36
2020	13.047.000	22.766.968,09

Ao compararmos os valores corrigidos da tabela 01 com a tabela 02, percebe-se quanto se perdeu em receitas para a Política de Esportes. Demonstrando que esta pauta teve pouca prioridade nestes últimos cinco anos e nos ajuda compreender o cenário do mercado desportivo teresinense.

PARQUE ESPORTIVO TERESINENSE

Teresina conta com o maior estádio de Futebol Governador Alberto Tavares da Silva, o Albertão. Outros centros esportivos importantes são o Ginásio Dirceu Andrade Verdão, Estádio Lindolfo Monteiro, Campo de Futebol CAIC, Ginásios Poliesportivos dispersados nos principais bairros da cidade e o Setor de Esportes da UFPI. Há estrutura, contudo, os centros com relevância esportiva são mal aproveitados por falta de calendário esportivo, porque o mercado esportivo teresinense é subdesenvolvido e porque a Prefeitura Municipal de Teresina não possui uma política para o esporte e para o lazer para seus municípios.

DESCRIÇÃO DO MERCADO ESPORTIVO DE TERESINA

O Mercado esportivo teresinense compreende clubes de futebol profissional como River, Flamengo, Piauí, Tiradentes, Escolhinhas de Futebol, Grupos de Capoeira, de kung fu, Escolas de karatê, de judô, de Badminton, Escolas de Natação, Academias e pequenos grupos de atletismo. Há considerável número de atletas profissionais, contudo com dificuldades financeiras; Sem contar o enorme quantidade de praticantes desportistas sem nenhum apoio público ou privado.

Com mercado desportivo pouco desenvolvido e sem incentivos e políticas específicas para o Setor reduz as chances do aumento do número de praticantes e de entusiastas ou torcedores daquele esporte. A população geral é prejudicada, pois ficará refém a falsas oportunidades de esporte e entretenimento.

Em uma perspectiva empresarial, o mercado desportivo desenvolvido se converteria em indústria do Esporte, que geraria empregos e fomentaria o interesse mercantil pelo esporte. No entanto, essa não é a perspectiva. É necessário desfazer essa lógica capitalista do esporte como mercadoria e empreender o esporte como expressão de saúde, articulando-se ao lazer como entretenimento, expressando uma das dimensões do Bem Viver em Teresina.

Para reverter este cenário, o PSOL-Teresina apresenta as seguintes propostas:

PROPOSTAS

- Assegurar a atualização monetária de dotações orçamentárias para Política Desportiva nas LOAS;
- Consolidar o Calendário Esportivo Teresinense na PPA;
- Assegurar créditos suplementares aos programas e projetos culturais com dotações orçamentárias insuficientes;
- Integrar o Calendário Esportivo Teresinense ao Calendário Estadual e Nacional;
- Criar novos programas e projetos esportivos;
- Apresentar plano de Esporte em 2021 com as futuras diretrizes, metas e prioridades as LDOS e a PPA de 2022;
- Separar o tema esportes do Conselho Municipal de Combate as Drogas – COMAD;
- Criar o Conselho Municipal de Esportes;
- Assegurar Autonomia ao Conselho Municipal de Esportes;
- Converter o projeto “Vencemos juntos” em bolsa-atleta para jovens desportistas;
- Desenvolver o Plano Municipal de Esportes com a comunidade desportiva teresinense; Estabelecer um Censo de Atletas amadores e profissionais na capital.

DIRETRIZES, FUNDAMENTOS E METAS PARA O ESPORTE E O LAZER NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER EM TERESINA

No âmbito do Esporte e do Lazer, a valorização da qualidade de vida, expressando uma dimensão do Bem Viver no Município deverá acontecer através da participação dos munícipes em diferentes atividades esportivas, de entretenimento e que traduzam os valores da cultura local e os valores com os quais esta cultura local dialoga. Tais atividades deverão ser realizadas realizadas nas zonas urbana e rural, com investimento na construção, melhorias e manutenção das infraestrutura de unidades esportivas e do incentivo às atividades físicas, como prática à promoção da saúde e do bem-estar físico e social, em espaços públicos como praças e parques ao tempo em que deverá manter e valorizar as academias públicas não como um modismo, como tem feito as últimas gestões, mas alimentando-as com a vinculação e o pertencimento dos teresinenses, através de uma política definida para o Esporte e o Lazer.

Nesta direção, serão articuladas, dentro de uma visão inovadora, as várias formas de atuar com o Esporte e com o Lazer. Serão integrados o esporte educacional, o esporte participação, o esporte de alto rendimento, o esporte como pratica cultural de aventuras,, o esporte de inclusão, o esporte turismo e o esporte lazer em atuação conjunta com entidades esportivas e a sociedade organizada. Assim, apresentamos algumas propostas representativas do ESPORTE ELAZER PARA O BEM VIVER EM TERESINA (PSOL- a Gestão 2021–2024):

METAS

A - CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE TERESINA POR MEIO DE LEI E OU DECRETO.

O Conselho Municipal de Esporte e Lazer de Teresina deverá ser um órgão colegiado de caráter consultivo, que tem como finalidade auxiliar na organização e consolidação das políticas públicas de esporte e lazer, na melhoria do padrão de gestão, qualidade e transparência do esporte e lazer no município, e compete:

- I – Propor de Diretrizes para a política pública municipal de esporte e lazer;
- II – Coordenar as atividades (conferência, seminários jornadas etc), juntamente com Secretaria Municipal de esporte e lazer – SEMEL.
- III – Propor e encaminhar o Plano Municipal do Esporte e Lazer, bem como suas posteriores alterações AP poder executivo; através da Semel;
- IV – Acompanhar e avaliar a execução das ações do Plano Municipal de Esporte e Lazer;
- V – Avaliar orçamentos, planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- VI – Avaliar as contas do Fundo Municipal de Esporte e Lazer
- VII – Fiscalizar a aplicação dos recursos e execução dos projetos contemplados com recursos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer;
- VIII – Elaborar e aprovar o Regimento Interno do Conselho.

B - PROGRAMAS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO ESPORTIVAS

Promover a formação esportiva como uma atividade física que oferece ao indivíduo inúmeras possibilidades motoras e vivências no processo de aprendizagem de um grande número de jogos e modalidades esportivas, buscando desenvolver as capacidades e habilidades humanas nas dimensões motoras, cultural, social, cognitiva e afetiva.

A especialização esportiva deve, como nível inicial do processo de excelência esportiva, sistematizar as capacidades e habilidades em modalidades esportivas específicas, buscando uma melhor adaptação e consolidação do potencial esportivo dos alunos e ou atletas em formação.

C- PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

Incentivar e promover ações de capacitação profissional, buscando o desenvolvimento dos agentes sociais de esporte e lazer, elevando seu trabalho e proporcionando experiências de re(criação) da sua prática profissional diária nos projetos desenvolvidos em parcerias com as Universidades Estadual e Federal.

D - PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA COMUNIDADE

Democratizar o acesso às práticas do lazer, do esporte e da atividade física a todos os cidadãos do município, por meio de ações educativas na perspectiva da inclusão social e da cidadania.

PROJETOS

1. LAZER E CIDADANIA

Busca democratizar o acesso às práticas do lazer e seus diferentes conteúdos culturais a todos os cidadãos do município, através de ações educativas na perspectiva da inclusão social e da cidadania, qualidade de vida e promoção a saúde da comunidade teresinense em todos os espaços pertencentes à comunidade teresinenses bem como os espaços institucionais apropriados a práticas de esporte e lazer.

2. PROJETO BRINCADEIRAS NA PRAÇA ATIVIDADES RECREATIVAS E DE ENTRETENIMENTO

A recreação é entendida como uma das possibilidades do Lazer, que proporciona diversão, entretenimento e prazer, além da possibilidade de criar e recriar jogos, brinquedos e brincadeiras pertencentes à cultura humana. Destina-se a todas as gerações, com atenção especial para crianças, adolescentes, jovens e idosos(as).

PROJETO ESPORTE NA COMUNIDADE

Campeonatos e ou Torneios de futebol, futsal, Handebol, Basquetebol e voleibol, na perspectiva de resgatar e valorizar os diversos tipos de esporte na comunidade.

Vale ressaltar que Esporte e Lazer formam um complexo importante no campo das representações culturais, que articulam sonhos, propósitos, enfrentamentos e desafios. Desse modo, faz-se presente importante dimensão lúdica, que se coloca como elemento importante na formação do imaginário social e na construção dos valores éticos e coletivos. Assim, se de um lado o Esporte ressalta os cuidados com o corpo e com a mente, por outro lado o Lazer traz consigo os elementos da tradição cultural, as explicações sobre o mundo, através das brincadeiras, da contação de histórias, das danças, dos cantos, de distintas religiosidades, dos grupos culturais que deverão ocupar o campo e a cidade e, em consequência, resultarão em sociabilidades que ali serão construídas.

Referências

[1]Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2016. Disponível em: <<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2016/02/5.-Lei-4.858-LOA-2016.pdf>>. Acessado em: 29 ago. 2020

[2] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2017. Disponível em: <<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2017/01/5.Lei-4.976-LOA-2017.pdf>>. Acessado em: 29 ago. 2020

[3] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2018. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/>

uploads/sites/39/2018/06/LOA-2018.pdf>. Acessado em: 30 ago. 2020

[4] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2019. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/07/LOA-2019.pdf>>. Acessado em: 02 set. 2020

[5] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2020. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/05/LOA-2020-compactado.pdf>>. Acessado em: 03 ago. 2020

[6] BCB. Calculadora do cidadão. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>>. Acessado em: 02 set. 2020

POLÍTICAS *de*
ATRAVES-
SAMENTOS



POLÍTICAS DE ATRAVESSAMENTO

14. ESPAÇOS PÚBLICOS/COMUNITÁRIOS

Teresina tem uma paisagem muito propícia à promoção de espaços e áreas de convivência para prática de esporte, lazer e interações interpessoais e com a natureza. Contudo, essa vivência não é possível sem que seja garantido o Direito à Cidade e ao Município à todos(as), direito que para realizar-se exige determinadas condições, entre-as quais destacamos três: a superação das desigualdades sociais, a democratização dos espaços e a convivência harmônica entre os seres vivos e destes com o meio ambiente, visando sair dessa situação em que Teresina atualmente se move, mantendo ricos e pobres, segregados em determinados territórios, de um lado, um tipo social ideia e do outro, um tipo indesejável, dito violento, que pode ser exterminado, sob a aparência que assim, está sendo prestado um serviço “à coletividade, dando vazão a repressão e a contenção dos (as) empobrecidos(as)”.

Assim, o estado se move de modo policialesco, sendo cada vez mais autorizado a atacar, violentar, prender e matar, em uma situação que os alvos são cada vez mais fáceis, pois podem ser identificados pelo endereço, pela cor, pelas vestes, pelos cabelos, pelas músicas que escutam e pelos espaços que frequentam. São, geralmente, jovens e adultos(as) desempregados(as) que, aparentemente têm tempo livre, ou porque estão em busca de uma ocupação, mesmo que seja para alta exploração, ou porque já desistiram de procurar, tendo em vista que a dor da reprovação é equivalente ou maior que a de ser considerado vagabundo(a).

Desse modo é um dever ético e político assegurar justiça na aplicação dos recursos públicos, condenar o modo de administrar em que uma parte considerada indesejável pela política opressora fica excluída dos benefícios do estado, lhes restando os guetos, insalubres e o mais distantes e escondidos que for possível, onde são identificadas como grupos perigosos, delinquentes, nocivos à vida social, naturalizando constantes batidas, bacolejos, agressões e prisões.

Devemos negar e denunciar a falácia do política ambiental praticada em que as áreas ditas nobres são mantidas a título de embelezamento; são esguarnecidas, por isso devem ser pequenas e “protegidas”, pela compreensão que seus(suas) frequentadores(as) merecem a máxima segurança e a liberdade de ir e vir. Assim, esvai-se a ideia de espaços públicos, espaços comunitários e de uso comum, considerando o que um espaço comum nunca será comum a todos(as), pois espaço também é mercadoria.

Têm-se em Teresina praças e parques desertos, abandonados, sem vida, vejamos o exemplo do Parque da Cidade e dos centros sociais urbanos, que foram criados para a finalidade de promoção da cultura e do lazer. De acordo com a pesquisa de Santos e Ortigoza (2017)¹², sobre espaços de lazer nos bairros de

12 SANTOS, Laudenides Ponte dos. ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarnieri. A realidade sócio-espacial dos espaços públicos de lazer de Teresina: utilização e conservação. Sociedade e Território – Natal. Vol. 29, N. 2, p. 154-174, Jul./Dez. de 2017.

Teresina, 47% da população pesquisada em 10 bairros, sendo 2 de cada zona da cidade. A pesquisa mostrou que as pessoas entrevistadas raramente frequentam espaços públicos de lazer em seus bairros, ou porque não dispõem desses espaços nos seus bairros, ou porque não se sentem seguros para isto; além disso, apenas 42 disseram que se deslocaram para espaços de outros bairros. Vale ainda destacar que nas Vilas e áreas de ocupação essa situação é ainda mais agravada.

Teresina conta com um conjunto de espaços ditos públicos e voltados ao lazer, alguns abertos outros fechados, com programações específicas: Parque da Cidade, Parque Ambiental do Mocambinho, Parque Lagoas do Norte, Balneário Curva São Paulo, Teatro do Boi, Teatro Municipal João Paulo II, Anfiteatro do Monte Castelo, Ginásio Verdão, Estádios Lindolfo Monteiro e Albertão, Museu de Arte Sacra Dom Paulo Libório, Museu do Piauí, Conjunto Estação Ferroviária de Teresina, Palácio da Música, Clube dos Diários, Casa da Cultura, Centro Artesanal mestre Dezinho, Teatro da Assembleia, Teatro de Arena, Teatro 4 de Setembro, Parque Potycabana, Zoobotânico, Parque Encontro dos rios, Complexo Ponte Estaiada.

Contudo, em praticamente todos há baixa frequência e condições de uso, seja pelas dificuldades de deslocamentos, falta de tempo livre ou de recursos financeiros para arcar com os custos implicados e também por causa da insegurança, conforme indicou a pesquisa citada. Na zona rural a situação é ainda mais complexa, pois além de os habitantes reunirem todas essas dificuldades, não contam com espaços e oportunidades de promoção de esporte e lazer, os campos de futebol não são tratados, estruturados e não há atividades itinerantes que possam alcançar esses territórios, criando relações de pertencimento e de cuidado. As academias nas praças representam uma iniciativa importante, porém precisariam ser combinados com sombreamento, segurança, acompanhamento, para que as pessoas se sintam motivadas a utilizar e cuidar.

Assim, com baixas frequências e sem uso, não se cria relação de pertencimento e cuidado com os espaços públicos, especialmente nas periferias, fazendo com que não haja cuidado com a conservação, embelezamento, valorização. É comum ver praças como espaço de descarte de lixo, situada ao lado de casas com os muros cada vez mais altos.

Essa realidade nos diz sobre a necessidade de construir o Socialismo, tomando os exemplos dos povos originários com seus ensinamentos do Bem Viver.

O que fazer?

1. Elaboração do Plano Municipal de Conservação e Preservação dos Espaços Públicos de uso comum, envolvendo a comunidade, com incentivos culturais e financeiros;
2. Recuperar espaços públicos de uso comum em um processo de construção de um Plano Municipal de Bem Viver, com ampla participação das comunidades;
3. Integrar a agenda cultural da Cidade à agenda de gestão dos espaços públicos de uso comum da cidade;
4. Promover condições de segurança nos espaços públicos de uso comum, com a participação da guarda municipal, em parceria com uma política de segurança comunitária, baseada em relações humanizadas e respeitadas;
5. Incentivar a promoção de valores artísticos e culturais dos bairros, para que façam uso dos espaços

públicos, como forma de expressão e divulgação de suas artes.

15. ORÇAMENTO PÚBLICO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O grupo que governa Teresina a mais de 30 anos apropriando-se do orçamento público e negando os recursos a determinados grupos sociais e territórios do município. Na Lei do Orçamento Anual (LOA) 2020-2021 há a previsão de receita de R\$ 3,7 bilhões para a realização das políticas, sendo R\$ 1,7 bilhões do tesouro e R\$ 2 bilhões de recursos externos. Desse valor R\$ 694 milhões, ou seja, 18%, está previsto para investimento.

R\$ 21 milhões é o valor destinado ao Orçamento Popular de Teresina (OPT) no exercício 2020-2021, ou seja, 3% do valor de investimento (que representa R\$ 25,3 milhões), enquanto que 3,6% dos recursos, ou seja R\$ 874 mil estão destinados aos vereadores e vereadoras, com forma de emendas parlamentares (R\$ 25.346,00). Há mais recursos destinados aos vereadores do que ao OPT, recursos estes que tem servido para a realização da política de reprodução dos mandatos e manutenção de grupos políticos no poder.

Considerando a mesma Lei do Orçamento Anual do exercício 2020-2021 verifica-se que houve incremento na previsão da receita e da despesa, porém isto não representa avanço concreto, pois há diminuição do valor de investimento, o que compromete a ampliação das políticas públicas, especialmente considerando as novas demandas decorrentes do contexto da pandemia;

Há previsão de incremento na arrecadação de recursos próprios e de transferências correntes, porém no contexto da pandemia é importante saber sobre a situação de frustração da arrecadação, considerando a agudização da crise. Há previsão de 21% de perda nos recursos de transferências de capital, confirmando a situação de baixa nos investimentos e a necessidade de uma discussão ampla sobre o pacto federativo e a repatriação dos recursos públicos entre as esferas da união, estados e municípios; assim como o rigor no processo de arrecadação, inclusive com providências para a execução da dívida ativa, nesse exercício chega a 15 milhões.

Somadas as transferências correntes e de capital representam R\$ mais de 2,38 bilhões, ou seja, 64,32% dos recursos. Isto quer dizer que somente aproximadamente 35,68% dos recursos orçamentários são próprios, ou seja, podem ser empregados de modo autônomo pelo governo. Esse quadro compromete decisivamente a sua margem de ação, ampliando a situação de dependência do poder central, e assegurando uma vulnerabilidade administrativa, especialmente em momentos de crises políticas e econômicas;

Diante disso, é necessário inverter prioridades, jovens, mulheres, desempregados(as) e outros setores vulnerabilizados que dependem de políticas públicas de assistência, proteção e promoção social. Para esses setores e para as políticas sociais, de modo geral, há baixíssimos orçamentos. Sabendo que os recursos são sempre em volume inferior às demandas, é necessário adotar outro modo de distribuição, colocando mais recursos onde as necessidades da vida são mais gritantes. Por exemplo, na Secretaria de Governo, que não é atividade fim, não é possível manter quase o dobro de recursos, se comparado à pasta de desenvolvimento

econômico. Não é possível que na Secretaria de Comunicação no ano de 2018 seja quase 30% mais recursos do que na Secretaria de Meio Ambiente e recursos hídricos em um municípios com apenas cerca de 30% de cobertura de esgotamento sanitário e a maior parte sendo despejada nos rios.

É necessário ampliar conhecimento sobre o processo de endividamento de Teresina, evitando o comprometimento do futuro, quando os empréstimos devem ser pagos, além da necessidade de dar visibilidade e discutir amplamente os contratos e os planos de aplicação. Os contratos geralmente vinculam juros astronômicos, com possibilidades de renegociações em situações favoráveis aos agentes financeiros, comprometendo os investimentos orçamentários. As despesas com juros e amortizações crescem, no período de um ano está muito acima dos índices de incremento no orçamento.

O Orçamento Popular de Teresina (OPT), praticado pela atual gestão municipal, desfigura a luta e proposta da sociedade civil organizada e dos movimentos populares e comunitários visando na democratização do orçamento. Os recursos são mínimos, como já destacado anteriormente, as demandas incluídas no OPT geralmente não são realizadas dentro do exercício orçamentário para o qual foram aprovadas, ficando grandes déficits das ações do OPT. Enquanto a participação popular perde força as emendas parlamentares crescem, aplicadas geralmente bom base em critérios político-eleitorais! Há uma posta da administração municipal na manipulação de lideranças comunitárias, centrando o poder de decisões em pessoas e não nas comunidades, tornando-as quase vitalícias nos fóruns.

Quanto às subvenções sociais, precisam ser imediatamente revistas, pois retiram força do papel do estado, sem que isto seja pactuado social e juridicamente: asseguram transferências de recursos públicos a entes privados, sem licitação e controle social, impedindo que se possa avaliar se a PMT cumpre os princípios da administração pública; pelo que se observa, há um processo rápido e intenso de entrega de responsabilidades à entidades filantrópicas que funcionam nas lógicas do mercado; a título de exemplo, o orçamento para subvenção no exercício 2020-2021 é praticamente a metade do orçamento da Assistência Social.

Desafios:

- Descentralizar e potencializar o gasto público de Teresina, realizando transferência redistributiva, que invista recursos nas superação das maiores dificuldades e na geração de riqueza própria, com inversão das prioridades e radicalização da democracia;
- Implementar um processo efetivo de participação popular-comunitário no orçamento, que envolva todo o ciclo orçamentário, desde o planejamento, à implementação e o controle; com permanente formação política e técnica, sobre educação e justiça orçamentária;
- Combate permanente à sonegação e à corrupção, melhorando a gestão e parcelamento da e valorizando o seu quadro funcional, visando a fiscalização e controle tributário;
- Adoção de um programa de transparência das contas públicas com acompanhamento público da execução orçamentária e das licitações.
- Propor a criação do "Imposto Voluntário" para que o cidadão ou empresas articulado ao pagamento do IPTU, destinado a finalidades específicas, de obras ou serviços, dentre as previstas no processo de participação popular no orçamento.

- Promover um Fórum da Justiça Tributária sobre incremento de recursos próprios, com participação social e de profissionais do campos correlatos ao tema;
- Implementação de programa de recuperação da dívida ativa de no mínimo 5% do total devido pelos grandes devedores, por ano;
- Buscar a ampliação dos investimentos federais em Teresina como contrapartida aos mais recursos pagos, pela Prefeitura, de juros e encargos nos últimos 15 anos, à União.
- Realização de auditoria integral, íntegra e transparente, da dívida municipal, com a participação da população e dos movimentos sociais, no sentido de verificar as irregularidades ;
- Indicar uma CPI da dívida publica de Teresina à Camara Municipal de Teresina.
- Revisão da política de gestão das parcerias com as Organizações Sociais e Organizações Não Governamentais, sem conferir delegação exclusiva de atuação a essas instituições.
- Apresentar mensalmente o balaço das despesas do Município no Portal da Transparência e material auxiliar, para facilitação da leitura e da compreensão pelas pessoas que não dispões dos instrumentais técnicos.

ORÇAMENTO DE TERESINA

EXERCÍCIO	LOA 2018-2019	LOA 2019-2020	observação
TOTAL	3,47 bilhões	3,7 bilhões	8.10% de incremento
INVESTIMENTO	705 milhões	681.933 milhões	
INVESTIM RECURSOS PRÓPRIOS	440 milhões	462.527 milhões	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.049 bilhoes	2.245 bilhoes	
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	184 milhões	144 milhões	21% de perda
OPT	27 milhões	21 milhões	22% de perda
Camara Municipal	73.127 milhões	77.192 milhões	
Secretaria de governo	8.506 milhões	9. 101 milhões	
Comunicação	13.566 milhões	10.905 milhões	
Educação	570.455 milhões	649.970 milhões	
Saúde	1.131.618 bilhoes	1.232.820 bilhões	
Desenv. economico	3.700 milhões	4.880 milhões	
Assistência social	86.232 milhoes	98.190 milhões	
Juventude	3.775 milhões	5.092 milhões	
Fundação monsenhor chaves	15.331 milhões	18.624 milhões	
Políticas para Mulheres	2.845 milhões	3.449 milhões	
PESSOAL	590.220 milhões	643.040 milhões	
Emendas Parlamentares	22.910 milhões	25.346 milhões	9,6% incremento
Subvenções sociais	36.016 milhões	42.651 milhões	15.5% incremento
Reserva de contingência	22.500 milhões	23.968 milhões	

EXERCÍCIO	LOA 2018-2019	LOA 2019-2020	observação
Juros e encargos da dívida	39.263 milhões (integralmente do tesouro)	50.647 milhões (45.547 milhões de recursos do tesouro)	22.47% aumento
Amortização da dívida	57.074 milhões	69.400 milhões (49 milhões do tesouro)	17,77% aumento

16. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E SO TERRITÓRIO

A legislação urbana é o principal instrumento de controle no processo de uso e ocupação do solo¹³. No entanto, esse instrumento, de competência do governo municipal, nem sempre se mostra eficiente, provocando, muitas vezes, efeitos perversos, como o reconhecimento de áreas mais valorizadas que outras e terras estocadas para especulação imobiliária, empurrando a população empobrecida para as periferias com infraestrutura e serviços precários ou para áreas ambientalmente inadequadas (BRAGA, 2001).

A segregação territorial coincide com a segregação das pessoas empobrecidas, às quais resta a viver nas periferias distantes e desprovidas de infra-estrutura, classificadas como áreas de risco, regiões de encosta, com casas precárias, coabitadas, com fornecimento de água, energia e internet precárias e submetidas a altos índices de violências; nesse caso as violências incluem a falta de segurança na posse da terra e a exclusão territorial. Geralmente se mantém nesses lugares enfrentando cotidianamente os aparatos do estado, como a violência policial, ditos proprietários, a prefeitura e o poder judiciário, além do preconceito estrutural contra pobres.

No território rural não é diferente, são tidos como territórios hierarquicamente inferiores, desprovidos do que a sociedade convencionou classificar como progresso, portanto, equiparadas às periferias em termos de carências e com agravantes, se consideradas das distâncias e dificuldades de acesso. A mudança dessa realidade rerer alteração da lógica de distribuição e valorização da terra e da concepção sobre a sua função social; requer outra gestão territorial, que situe a terra e o território como bens de uso comum, a serviço dos direitos dos coletivos humanos e do equilíbrio ambiental

As lutas dos movimentos sociais pela Reforma Urbana assegurou a aprovação dos Artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988, afirmando a função social da terra e da propriedade, e mandando o Poder Público municipal exigir dos proprietários a correta destinação, e em caso de descumprimento aplicar medidas prevista no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), como o parcelamento ou edificação compulsória, cobrar o IPTU progressivo no tempo (no prazo de 5 anos até atingir a alíquota de 15%) e, ainda assim realizar a desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida com prazo de resgate de até dez anos.

13 LIMA, Silvia Maria Santana. LOPES, Wilza Gomes Reis. FAÇANHA, Antônio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade.urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 2019.

O Plano Diretor é um instrumento de destaque no Estatuto da Cidade; estabelece diretrizes para o que pode e não pode ser feito no território, considerando características físicas, as atividades existentes e as previstas, ou seja, problemas e potencialidades de determinada localidade; sua elaboração não pode ficar somente a cargo de técnicos, quer ampla participação popular.

Deve levar em consideração os territórios urbano e rural, a partir dos objetivos de integração entre ambos, no que tange a delimitação dos perímetros urbano e rural, formas de ocupação, infra-estrutura e alcance das políticas públicas. Neste particular podemos compreender que a gestão pública de um município como Teresina, onde 83% de seu território é rural, deve atuar integrando política urbana e política rural e agrária, incentivando e criando condições para a produção agropecuária e outras, de acordo com os interesses de suas populações.

Apesar de caber à União a atribuição de legislar sobre a terra rural no Brasil, tendo como referencial o Estatuto da Terra, o Art. 30 da CF dá aos municípios a atribuição de legislar na realidade local, inclusive porque nas zonas rurais é comum encontrar atividades reconhecidas como rurais, além de o fluxo e fixos exigirem o compartilhamento de serviços. Apesar disso, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Teresina, em vigor, não contém diretrizes para a sua zona rural, apesar de constar no Estatuto da Cidade que sua abrangência deve ser municipal.

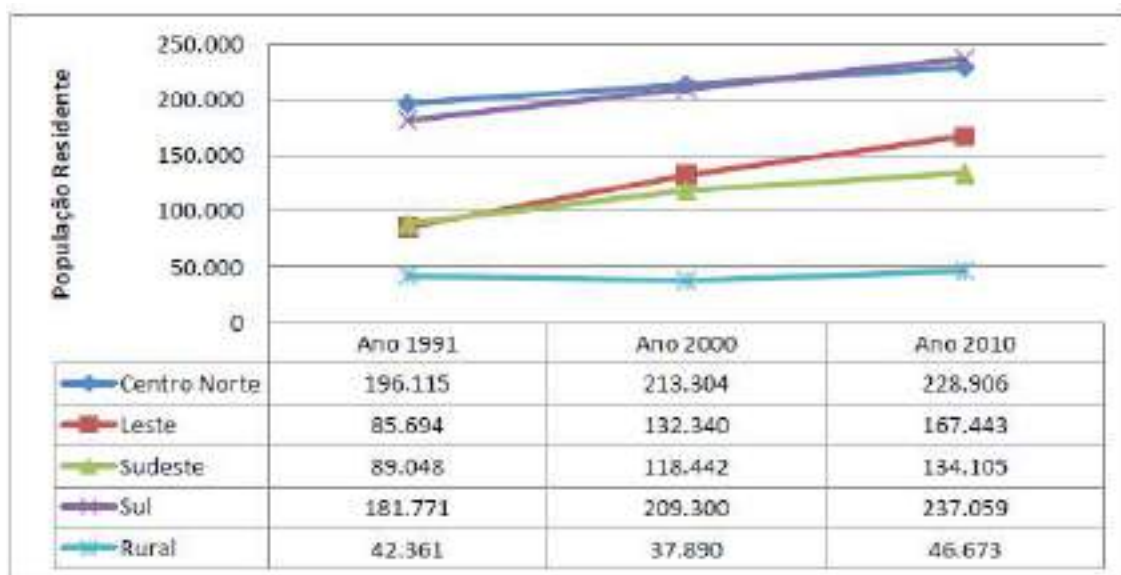
Passados 20 anos de existência do Estudo da Cidade seus instrumentos não se verificam na prática, apesar de em Teresina estarem praticamente todos regulamentados. Pois, por exemplo, não basta constatar que há áreas ociosas, subutilizadas e grandes embaraços à regularização das áreas ocupadas e auto-edificadas, é necessário definir metas e estratégias situadas no tempo, com previsão de recursos financeiros, elaboração de projetos e articulação dessas demandas no conjunto das políticas, assegurando a participação popular-comunitária permanente e efetiva e as demandas apresentadas pelos movimentos sociais.

A Constituição de 1988, trata sobre a desapropriação da grande propriedade de terra improdutiva em razão do interesse público e do respeito à função social como, por exemplo, para fins de reforma agrária ou para a criação de reservas ecológicas. O quesito essencial e que causa muita discussão para fins de reforma agrária é a função social da propriedade, constante no art. 5º, XXIII, da CF. Geralmente, é através da redistribuição das terras que se objetiva concretizar os programas de reforma agrária, sendo, este procedimento expropriatório, privativo da União e realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

De acordo com Silva (2017)¹⁴ com base em dados de 2010, a população de Teresina estava distribuída do seguinte modo: Centro Norte: 228.906 habitantes; Leste: 167.443 habitantes; Sudeste: 134.105 habitantes; Sul: 237.059 habitantes e Rural: 46.673 habitantes. Se comparado à população de 1991, a população da zona rural praticamente ficou estagnada, tendo tido crescimento de apenas 9%; enquanto a Centro-Norte cresceu 14,3%; a zona leste 48,8%; na zona Sudeste 33,5%; na zona sul cresceu 23,3 %.

14 SILVA. Gracielly Portela da. Expansão do Espaço Urbano Recente de Teresina (Pi): uma Análise do Setor Habitacional . Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí. 2017. 115f.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE TERESINA



Fonte: (SILVA, 2017)

No ano de 2013, o governo criou mais nove bairros em Teresina, passando de 112 para 123. Na zona norte foram Chapadinha, Santa Maria, Jacinta Andrade, Monte Verde, Parque Brasil e Alegre; na zona leste: Cidade Jardim e Árvores Verdes; sudeste: Flor do Campo; e na sul: Portal da Alegria, Pedra Miúda e Angélica.

Uma política orientada pelo Bem Viver em Teresina deve integrar os territórios urbanos e rurais, considerando modos de vida, vulnerabilidades, potencialidades e medidas que assegurem a preservação ambiental, no processo de planejamento para uso e ocupação dos espaços. Deve promover a superação das desigualdades na distribuição dos recursos orçamentários e a educação para o Bem Viver contemplando, com prioridade, as regiões mais desprovidas de infraestrutura, além de assegurar canais e estratégias de participação e controle social na definição desse ordenamento territorial.

Objetivos gerais:

1. Inverter as prioridades na distribuição dos recursos orçamentários, visando superar a segregação socioespacial de Teresina;
6. Revisar, de forma participativa, os planos de ordenamento territoriais, considerando localização, atividades e modos de vida dos territórios na definição de perímetros e de espaços de vida e produção, considerando o princípio de interação entre os territórios rural e urbano;
7. Revisar, de forma participativa, a organização administrativa de Teresina, considerando as demandas de descentralização das ações de atendimento e acompanhamento à população;
- 8) Valorização da inteligência local, nos processos de elaboração dos projetos e planos.

17. O SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, ESTADOS E MUNICÍPIOS, TERESINA PRESENTE!

O discurso ultra liberal repete constantemente que o Estado é um gigante. Um elefante, como bem demonstrou Fernando Collor de Melo, quando assumiu a presidência da República, pós Constituição de 1988, após derrubada da ditadura civil-militar, arrastada por inúmeras lutas sociais, suor e sangue de muitas pessoas que dedicaram a vida, para construir no Brasil, alguma garantia ao povo, para além dos privilégios dos ricos e resgatar a democracia.

No seu falso discurso, 1990-1992, esse presidente que a história rejeitou através de impeachment, trouxe a ideia de destruição das garantias constitucionais e implementação do projeto neoliberal, atacando também a soberania nacional.

O projeto dos ricos, prega o Estado mínimo para a Classe Trabalhadora e máximo pros mesmos ricos. Nunca reclamam dos privilégios da elite dominante, destruidora de sonhos das pessoas que trabalham e lutam por justiça.

Desde então, até aqui, nada fizemos, enquanto povo que luta e sonha com o Bem Viver, para além de perseguir as garantias constitucionais e ampliá-las.

Percebemos hoje, que de fato, as conquistas trazidas na Constituição de 1988, não são suficientes, pois muitas ainda carecem de efetivação. Posto que, a classe dominante nega a sua implementação e longe de ser efetivada, já está toda remendada. Os ultra liberais, perseguem no propósito de retirar da Carta Magna, as garantias e anseios sociais, ali retratadas.

De Fernando, infernando, veio o Fernando Henrique Cardoso, promovedor de destruição de direitos, conhecido como o “príncipe da privatização”, destruidor dos Serviços Públicos e Direitos Sociais.

Nos primeiros quatro anos de governo, 1995-2002, aprovou reformas Previdenciária e Administrativa, entre outras maldades.

Seguido do Lula, 2003-2010 e Dilma, 2011-2016, quando deram sua cota de conciliação e concordância com a política neoliberal, ainda que tenham implementado políticas contemplatórias das lutas sociais.

Dilma foi impichada também, no processo que conhecemos como Golpe Político-Instucional-Parlamentar, quando a classe dominante deixou claro que o objetivo da derrubada da primeira mulher eleita presidenta do Brasil, não era outro, se não, piorar a vida das pessoas e aprofundar a destruição de direitos da Classe Trabalhadora, atacar o meio-ambiente e entrega das riquezas do nosso país, ao grande capital nacional e internacional.

Tanto pelo governo impostor, de Temer, 2016-2018, com a Lei das terceirizações irrestritas e a EC 95/2016, conhecida como Emenda do Teto, que congelou os gastos sociais, deixando de fora só e unicamente, as despesas com a dívida pública, quanto a tragédia que se segue com o desgoverno Bolsonaro, 2019, com sua reforma da previdência e tantas outras medidas que aprofundam a crise social, política, econômica e sanitária por que passamos.

Além de acelerar/ampliar privatizações do que resta das empresas nacionais, avançando no propósito

de privatizar os Correios, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, destruiu o meio-ambiente e os direitos sociais, entrega as riquezas do Brasil ao grande capital e fortalece a necropolítica, que nos mata de várias formas.

Inclusive, aproveita-se da pandemia do coronavírus e é o principal responsável pelas mais de 130 mil mortes causadas pela Covid19, até o momento, quando incentiva seus seguidores a negar a ciência e a necessidade de proteção, promovendo aglomerações, disseminando o vírus e inviabilizando uma política central de combate ao coronavírus. Cometendo o crime de prender verbas no Ministério da Saúde, que poderia salvar vidas, enquanto libera cifras de trilhões de reais aos banqueiros. A lógica do desgoverno federal na pandemia, é salvar a economia e menosprezar vidas. Por isso dizemos: Fora Bolsonaro! Vida em Primeiro Lugar!

No Piauí e em Teresina, a lógica de implantação do projeto neoliberal não é diferente. Posto que, o partido que embalou os nossos sonhos nas décadas de 1980/1990, trouxe consigo os pesadelos que continuam a nos atormentar, assumindo também, junto com os partidos que nos massacram historicamente, a destruição de nossas conquistas, implementando várias reformas, a exemplo dos governos federais. No seu conjunto, mantém o favorecimento de grandes grupos empresariais, em detrimento de direitos trabalhistas e sociais.

O PSDB, de Firmino Filho, provedor da lógica neoliberal, se aproveita das contradições trazidas pelo Partido dos Trabalhadores e há mais de 30 anos governa a capital piauiense, apostando na manutenção de poder e desmandos, atacando direitos da Classe Trabalhadora, incluindo os serviços e servidores públicos.

Em nome do desenvolvimentismo, promove a remoção de comunidades tradicionais dos seus locais de história e vida. Ataca o meio-ambiente e a natureza, destrói locais de moradia, derruba as suas casas das pessoas, obrigando-as a se retirar para as periferias, aonde a proteção do poder público passa por longe.

O produtivismo dos grandes grupos empresariais e do agronegócio estão sempre em primeiro lugar, pois a lógica neoliberal aposta na exclusão e desigualdades sociais.

Em Teresina, sequer, tivemos um sonho embalador de esperanças. O mesmo grupo neoliberal que ajudou a manter a ditadura civil-militar, continua no poder municipal, junto com as elites locais.

É nesse contexto, que chegamos às eleições municipais de 2020. Vivendo numa cidade extremamente violenta, desigual e injusta. A pobreza se alastra e as pessoas empobrecidas pelo sistema, estão mais pobres. Enquanto a elite continua muito bem e muito rica.

Vivemos uma realidade permeada por muitas mentiras, produzidas por essa mesma classe dominante que explora, para manter os seus privilégios, às custas de quem vive do seu trabalho. Às custas de quem é excluída, violentada, marginalizada e assassinada. Justamente por que, a classe que domina o poder central da capital e do capital, não está preocupada com as condições de vida das pessoas que vivem e sobrevivem, do seu trabalho.

Essa lógica precisa mudar, nada justifica tanta exploração. Os detentores do chamado poder e progresso, do controle das riquezas e da ordem, alegam que o poder público não suporta as garantias e direitos sociais. Ou seja, criam a miséria para sustentar os privilégios dos ricos.

A bem da verdade, os dominantes e a sua política concentradora de riqueza e renda, fomentam

o desvio de investimentos públicos para o setor privado, alimentando o lucro dos banqueiros milionários, através do que a Auditoria Cidadã da Dívida, denomina de Sistema da Dívida Pública, que se caracteriza pela ganância irregular das riquezas públicas com a manutenção dos privilégios de uma restrita e pequena elite e o conseqüente agravamento das desigualdades sociais, compondo uma política nefasta, que agrava os problemas sociais e traz o ônus de endividamento público, sem contrapartida social, fazendo do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, apesar das suas imensas riquezas.

A dívida pública é a única que cresce, em meio ao caos construído pelos mecanismos financeiros do mercado volátil e especulativo, por meio de várias ações políticas-financeiras, que embala a lógica neoliberal de diminuição do Estado, através de privatizações, contra-reformas, cortes de investimentos públicos e gastos sociais.

É o Sistema da Dívida que impede o desenvolvimento sócio-econômico e aprofunda as desigualdades sociais, ampliando a política de sucateamento, precarização, privatização, destruição dos Serviços Públicos e o discurso de terra arrasada, para que os ricos concentrem todas as riquezas.

Se não vejamos:

Em 1931, Getúlio Vargas confirmou em auditoria da dívida pública, que 40% dessa dívida, era irregular. Desde então, passou a pagar, apenas, a dívida comprovada em contratos válidos. Portanto, antes da ditadura civil-militar, 1964-1984, o endividamento público praticamente, inexistia. No período da ditadura, saltou de 15,7% para 54% do PIB, crescendo, assim, 30 vezes: De 3,4 Bilhões, em 1964 para 102 Bilhões de Dólares, 1985.

Em 1995 o estoque da dívida externa federal era de U\$ 159, passando para 187 Bilhões de Dólares, em 2005. Em 2015, essa cifra subiu para 240 Bilhões de Dólares, chegando em 2019, à cifra de 573 Bilhões de Dólares. (Dados do Banco Central do Brasil, disponível na página www.ipeadata.gov.br) *não foram consideradas as frações.

Esse comportamento não é restrito à União. Podemos observar esse mesmo crescimento da dívida pública, em Estados e Municípios. Com a diferença de que estes entes federativos, não disponibilizam os dados de forma a que possibilite esse comparativo, desconsideram, assim, o direito garantido constitucionalmente, da transparência e publicidade dos atos da administração pública.

No que diz respeito ao Estado do Piauí, somente em 2001, conseguimos acesso a alguns dados da dívida pública. Do que está demonstrado nos balancetes orçamentários, a dívida pública aparece no montante R\$ 131.195.739 Milhões. Em 2011, o demonstrativo apresenta uma cifra de R\$ 2.867.499.852 Bilhões e em 2019, R\$ 5.181.842.289 Bilhões de Reais. Divulgados na página do Portal: sefaz.pi.org.br (Desconsideramos as frações)

Importante observar, que a dívida pública é paga religiosamente e não se trata apenas de juros e amortizações, vários outros montantes saem dos cofres públicos, para os serviços da dívida. De acordo com os dados, os encargos e amortização, em 2001, somaram R\$ 258.978.709. Em 2011, as despesas chegam R\$ 754.999.293 e em 2019, 553.828.829 Milhões de Reais.

Como dissemos, esses valores não significam o total de despesas com a dívida pública, tendo em vista que muitas outras despesas administrativas estão relacionadas com a contratação de empresas que lidam e estão relacionados com a dívida pública.

Se no Estado a transparência é precária, no município de Teresina a situação se agrava. Na página da Secretaria de Finanças Municipal, semf.pi.gov.br pouco se esclarece sobre a dívida pública.

No entanto, constam nos demonstrativos orçamentários, após incansáveis buscas, os dados: 2015, pagamento com juros e amortização da dívida, alcança R\$ 22.647.630 Milhões; 2016, essa cifra avança para R\$ 52.354.306; 2017, alcança R\$ 58.435.269 e 2018, chega a R\$ 59.946.153 Milhões de Reais.

Analisando o Balanço Anual do Gestão municipal de Teresina, relativo ao exercício de 2018, identificou-se que a despesa com juros e encargos da dívida foi de R\$ 21.416.191,11 e R\$ 38.587.962,18 de amortização, totalizando R\$ 60.004.153,29.

TABELA - DESPESA 2018

Receitas de Capital	128.563.305,39	78.552.618,56
Operações de Crédito	107.744.868,39	48.209.724,20
Alienação de Bens	6.175,00	-
Amortização de Empréstimos	2.007.643,62	2.004.910,14
Transferência de Capital	18.804.618,38	28.337.984,22

FONTE: Teresina (2018)¹⁵

A soma dos recursos voltados a pagamento de juros e amortização da dívida é superior aos investimentos em áreas sensíveis como a Assistência Sociais, a despesa da Secretaria Municipal de Cidadania, Políticas Integradas e Assistência Social (SEMOCASP) representou somente R\$ 58.969.706,77, volume de recursos muito menor que o repassado às SDUs: a que operou com maior despesa foi a Leste, com 41.582.236,70. Representou cinco vezes mais que os recursos destinados ao esporte e lazer, quase 30 vezes menos que os recursos direcionados à defesa e proteção das mulheres.

No tocante a empréstimos, identificou-se que houve um aumento de 45% em relação que significaram os recursos dessas operações nas receitas de 2017 (R\$ 48.209.724,20) e de 2018 (R\$ 107.744.868,39).

PARTICIPAÇÃO DE RECURSOS DE EMPRESTIMOS NA COMPOSIÇÃO DA RECEITA

Receitas de Capital	128.563.305,39	78.552.618,56
Operações de Crédito	107.744.868,39	48.209.724,20
Alienação de Bens	6.175,00	-
Amortização de Empréstimos	2.007.643,62	2.004.910,14
Transferência de Capital	18.804.618,38	28.337.984,22

FONTE: TERESINA (2018)¹⁶

15 Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/gestao-2013-a-2018/>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

16 Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/gestao-2013-a-2018/>. Acesso em 30 de agosto de 2020.

Nesse período de Pandemia Mundial provocada pela Covid19, são vários países suspenderam o pagamento da dívida pública e o próprio G20, grupo de países que controlam o mercado, como o FMI e Banco Mundial etc, concordou com a moratória, inclusive, incentivando o combate ao coronavírus.

No entanto, o Brasil, a exemplo do Piauí e de Teresina, não aceitou suspender o pagamento e priorizar o combate a pandemia. Preferem e continuam pagando a dívida sem qualquer reclamação. Falta dinheiro para tudo que diz respeito ao Bem Viver, menos para pagar a dívida e estão aproveitando a pandemia para retirar direitos e ampliar a dívida pública, desconsiderando que o mais importante no momento, é salvar vidas.

Teresina, por exemplo, caiu na farra. E se em 2017, conseguiu empréstimos que totalizaram R\$ 55 milhões de Reais, em 2018, os empréstimos saltaram 202. Em 2019, são noticiados vários empréstimos que ultrapassam trezentos milhões de reais, sem considerar os 36 milhões de Euros também noticiados. Agora, em meio a pandemia, aonde o nosso poder de mobilização é limitado, a Câmara Municipal de Teresina aprovou empréstimos de 50 milhões de Dólares. Isso tudo, o poder público municipal decide sozinho e decide também o que fazer com tanta grana, sem qualquer participação popular.

O próprio relatório da Secretaria Municipal reconhece que o montante do pagamento com a dívida pública está em constante crescimento. Mas não detalha a crítica, por que não assume a contradição. Estamos aqui, justamente para fazê-la. Enquanto Psol, queremos dizer do nosso apoio à luta pela realização da Auditoria Cidadã da Dívida.

Concordamos demais com a crítica trazida por esse coletivo, pois nos sentimos alijadas do processo, quando sequer, o poder municipal nos garante informações dessa dívida. De onde vem a dívida pública, a quem serve? A quem devemos? De que nos serve? Fomos consultadas/os? Qual o benefício que a dívida nos traz? Por que não temos essas informações? É a mesma lógica do Projeto Lagoas do Norte? Para quem? Quantas comunidades estão sendo destruídas e expulsas dos seus territórios, das suas casas em nome de empréstimos com o Banco Mundial? Queremos saber a quem serve essa dívida, se nossa vida piora, enquanto o endividamento público cresce, exponencialmente. E quanto mais paga, mais aumenta. Queremos a nossa cidade de volta, nossa moradia, nosso bem viver.

Prezamos pela transparência. O Psol, na Prefeitura municipal de Teresina, buscará resposta a todas essas perguntas e explicações sobre o histórico dessa dívida, que ao logo da história, tem servido para manutenção de privilégio de poucos, que se deleitam no poder, enquanto a maioria da população é explorada e excluída.

Exigiremos explicações e publicaremos todas as informações sobre as dívidas contraídas, que devem estar camufladas nas paredes palacianas. Consultaremos a população sobre o que devemos priorizar, se o bem-estar das pessoas trabalhadoras ou o privilégio dos ricos, com pagamento da dívida pública.

Afinal, não somos quem pagamos a dívida? Firmamos também, o compromisso de realizar a Auditoria da Dívida da Dívida Pública. Afinal, apenas uma auditoria, com participação social, trará as respostas que buscamos. Não concordamos que estes recursos sirvam ao pagamento de dívidas, sem nenhuma contrapartida social.

Enquanto Partido Político, comprometido com as lutas sociais, o Psol governará com a sociedade em

busca dos seus anseios pelo Bem Viver e não vamos permitir que uma casta privilegiada abocanhe as nossas riquezas, beneficiando uma minoria que controla o mercado financeiro especulativo. Auditoria da Dívida, Divulgação e Transparência nas contas públicas. É o compromisso do Psol com a população de Teresina.

17. MAIS SERVIÇOS E SERVIDORES(AS) PÚBLICOS PARA O BEM VIVER

A Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), segundo dados do Portal da Transparência contava, em janeiro de 2020, com 24.771 servidores(as), contando os da administração direta, indireta e previdenciários. Esse conjunto de trabalhadores(as) é responsável pela prestação do serviço público municipal à coletividade, sob o coordenação de administradores públicos que, juntos, devem assegurar a justa e correta aplicação das verbas públicas, evitando favorecimentos e promovendo o bem comum.

Os(as) servidores(as) públicos compõem a espinha dorsal da prestação dos serviços públicos, por isso devem ser valorizados com salários dignos, carreira estruturada e boas condições de trabalho. A composição do quadro deve realizar-se com base no princípio da igualdade de oportunidades e, neste sentido, o concurso público é uma conquista inegociável, que deve ser aperfeiçoada, no sentido de assegurar, no ingresso, a diversidade que compõem a sociedade, a exemplo das mulheres, juventudes, negros e negras, pessoas com deficiência, LGBTQUIA+ e outros.

Além da diversidade de profissionais, há também as singularidades nas atribuições, responsabilidades e especificações dos cargos; requerendo uma racionalização organizativa que permita a interseccionalidade das políticas, o entrosamento entre os(as) servidores nas rotinas de trabalho e nas prestações dos serviços. Essas dimensões expressar-se nos Planos de Cargos, Carreiras e Salários de profissionais em serviço e de aposentados(as), evitando distorções e assegurando a valorização.

De acordo com o Sindicato dos Servidores(as) Municipais de Teresina (SINDSERM), no ano 2020, a exemplo de outros anos, a administração municipal não assegurou o reajuste anual previstos constitucionalmente, além de ter excluído várias categorias e cargos, fato que, associado a outros como a não implementação sistemática das mudanças de nível e de classe, o não repasse ao piso dos(as) profissionais da educação dos recursos recebidos pelo município a título de compensação do FUNDEB e a falta de diálogo para a negociação de uma pauta de 117 itens, o que levou a categoria à uma greve que já caminha para os 100 dias.

Dados da PMT de 2019, disponibilizados no Portal da Transparência¹⁷, apresentam um valor total de R\$ 470.637.658,13 com pagamentos a contratos de pessoal terceirizado, outros serviços de terceiros a pessoas física e jurídica, à locação de mão-de-obra e à consultorias.

17 Disponível em: <http://transparencia.teresina.pi.gov.br/despesas.jsf>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

Elemento de despesa	Valor acumulado em dezembro 2018 (R\$)	Valor acumulado em dezembro 2019 (R\$)
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização	191.471,36	204.787,32
Outro serviços de terceiros, pessoa física	2.831.058,42	2.416.774,21
Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	257.757.510,27	291.151.332,40
Locação de mão-de-obra	130.715.056,13	153.168.677,56
Consultoria	2.831.963,89	2.532.442,60
Serviço de Tecnologia da Informação e da Comunicação - Pessoa Jurídica	-	21.347.944,04
TOTAL	394.327.060,07	470.637.658,13

No ano anterior, 2018, as despesas realizadas com pessoal e encargos importou em R\$: 1.513.597.745,86, ou seja, 1 trilhão e meio. Se considerarmos que em tempos de Teto dos Gastos de um ano para outro, a despesa com pessoal se mantém ou até reduz, podemos deduzir que o valor pago à pessoal externo aos quadros efetivos da PMT, representou mais de 30% do valor pago aos servidores do quadro efetivo.

Essa situação indica que há um desmonte no serviço público, seja pela falta de concurso público para repor vagas abertas no quadro existente, seja em razão da não reposição de vagas abertas por causa de aposentadoria, morte, pedido de demissão, etc. Esse fenômeno consiste na transferência de recursos públicos à iniciativa privada, assegurando com isso, condições a criação de um barato empresarial que mantém o mesmo grupo no poder.

O Governo Bolsonaro pretende intensificar ainda mais essa situação de desmonte, com a sua proposta de reforma administrativa que, a depender dos gestores locais, pode ser seguida na íntegra, agravando ainda mais a situação existente. Daí a necessidade de uma gestão municipal que seja orientada pelos princípios do interesse público da maioria necessitada da atenção e dos serviços públicos e pelo zelo com o bem público, mesmo que isso implique fazer frente ao governo central, situação que exigirá a composição de uma coalizão de administrações locais.

Diante disso compreendemos que uma gestão do PSOL deve rever os contratos voltados a mão de obra externa à PMT, com um plano de superação dessa situação, pela realização de concursos públicos, a partir da ação de nova racionalidade na aplicação dos recursos, liberando parte desses à contratações de novos servidores e valorização dos existentes.

Outro problema a ser enfrentado diz respeito a hierarquização das direções, geralmente baseadas em favorecimentos políticos, que geralmente se realizam através da definição de cargos de direção, chefias e assessoramentos, ditos superiores que, além acumular os mais altos salários, em orientação de gestão meritocrática são portas de entrada para perseguições assédios e adoecimentos.

As tecnologias no serviço público também devem ser tratadas com atenção, especialmente em tempos de pandemia e pós-pandemia, assegurando que o trabalho remoto, adotado de modo emergencial, sem adequação dos contratos de trabalho, sem a formação necessária e, principalmente sem as devidas

condições, pois os(as) trabalhadores se utilizam de suas residências, de seus equipamentos e recursos próprios, não se torem a modalidade de trabalho predominante, como quero o mercado.

Propostas:

1. Reavaliar os valores de DAS e destinar pelo menos 80% de tais gratificações a servidores(as) de carreira, de preferência dos próprios órgãos, segundo critérios técnicos e de zelo na prestação dos serviços;
2. Aperfeiçoar os processos e estratégias, de escuta e negociação com as entidades representativas de trabalhadores(as) do serviço público municipal, favorecendo o controle social e reconhecendo-as como interlocutoras privilegiados(as) no aperfeiçoamento dos serviços;
3. Adotar políticas de avaliação dos usuários e auto-avaliação permanente dos serviços articulada ao incentivo à formação continuada dos(as) servidores(as), voltada à melhoria da carreira e aperfeiçoamento do serviço de atendimento à população;
4. Assegurar nas contratações a representatividade de gêneros, raça/etnia, respeito às orientações sexuais e limitações por deficiências, assegurando, inclusive, o uso dos nomes sociais;
5. Promover assistência à saúde do servidor(a), visando a prevenção e tratamento a doenças provenientes do trabalho;
6. Criar CIPAs em órgãos com mais de 100 servidores(as);
7. Aperfeiçoar a descentralização administrativa, avançando na autonomia administrativa e financeira, com sistema de compartilhamento do patrimônio;
8. Assegurar as progressões e promoções para aos servidores(as) de acordo com calendário;
9. Realizar contratação por concurso público, mediante processo de redefinição das prioridades de aplicação dos recursos públicos e das organização administrativa;
10. promover políticas de suporte à mães trabalhadoras;
11. Envidar esforços para a unificação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários da Saúde dos profissionais da saúde, com atenção para a adequação das jornadas e dos salários;
12. Criar Conselho de usuários para compor a estrutura organizativa do IPMT;
13. Criar Comissão paritária para elaborar alterações e atualizações no Regulamento do PLAMTE.

COMUNICAÇÃO PARA O BEM VIVER TERESINA E O DIREITO À COMUNICAÇÃO

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA NACIONAL

A comunicação é um direito humano, aliás é o que nos torna humanos e o que nos coloca em relação com nossos pares. No entanto, o que vemos é a grande concentração das possibilidades de se comunicar nas mãos de poucas empresas/famílias. Assim, a expansão da nossa palavra aos mais diversos sujeitos se torna restrita. Pois tudo que consumimos em termos de comunicação como Filmes, Jornais, Novela, Documentário, Redes Sociais, Música, dentre outros, está preso a produção mercantil. São poucas empresas que ditam as formas como a gente se relaciona, se veste, come, consome. São exemplos Google, Facebook, Microsoft, Fox, Disney, Time Warner e, no Brasil, Grupo Globo e alguns poucos outros.

Nós acreditamos que a comunicação diz muito sobre o tipo de pessoa que queremos ser e sobre o tipo de sociedade que queremos ter. Por exemplo, hoje em dia os meios de comunicação ditam as formas de ser e viver, no entanto, muitas comunidades, populações e sujeitos acabam não conseguindo comunicar a suas experiências e vivências, pois o padrão ditado pelas empresas de comunicação não aceita a diversidade. Assim, é excluído o direito de disputa das narrativas dos ribeirinhos, quilombolas, indígenas, povos negros, mulheres, principalmente, as mulheres racializadas, as comunidades de periferias, e muitas outras coletividades que fogem ao padrão imposto.

No contexto nacional podemos destacar como um poderio mais forte na produção simbólica empresas como o Grupo Globo da família Marinho, Grupo Record, o SBT da família Abravanel, Estadão, o Grupo Folha e o Grupo Abril. Estes são considerados conglomerados de comunicação, pois detém de vários setores da produção midiática. Por exemplo, é considerado conglomerado quando um único grupo detém ao mesmo tempo a produção, circulação e distribuição de uma ou de várias mídias. Um grupo de comunicação pode produzir filmes, livros, novelas, músicas, jornal e etc, e ao mesmo tempo, ele cuida, não apenas da produção, mas também das condições de distribuir tais produtos. Segundo Lucas Simões, no Portal O “Beltrano”:

Em terras tupiniquins, cinco corporações familiares controlam os veículos de maior audiência. São elas: Grupo Globo, com nove veículos; Grupo Bandeirantes, com cinco; Rede RBS, com quatro; Rede Record, com três; e Grupo Folha, com três veículos. Além deles, os grupos Estado, Abril e Editora Sempre, essa última de Minas Gerais, controlam cada um dois veículos com as maiores audiências do país, segundo a pesquisa.

Outro fator que corrobora para a falta de democracia e pluralidade na comunicação do Brasil é que muitos dos meios de comunicação estão nas mãos de políticos profissionais. As condições de produção midiática estão nas mãos dos mesmos sujeitos que foram protagonistas políticos no regime militar-empresarial. Segundo Martins (2014), autor de “O que resta da ditadura”, em 2008, 271 políticos eram sócios de grandes grupos midiáticos, concentrando 61,3% dos veículos entre senadores e deputados “58 pertenciam ao DEM, 48 ao PMDB, 43 ao PSDB, 23 ao PP, 16 ao PTB e 14 ao PPS, representando 74,8% das concessões a políticos” (MARTINS, 2014). Contrariando o inciso 5º do artigo 220 da constituição brasileira de 1988 onde determina que os meios de comunicação não podem ser direta ou indiretamente objeto de monopólio. Tal situação também está em desacordo com o Art. 54 (CF) onde diz que Senadores e Deputados não poderão, no exercício de seus cargos, firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público (INTERVOZES, 2007).

O nosso desafio é lutar pela democratização da comunicação e fazer com que o *direito de dizer a palavra* esteja a disposição das classes populares, dos/das trabalhadores/as, das populações empobrecidas e periféricas, das populações tradicionais, mulheres (sobretudo, as mulheres racializadas), populações LGBTQIA+, populações indígenas, populações negras e toda a sorte de gentes que são excluídas de *dizer suas palavras*, seus modos de vidas e seus reclames.

1. A CONCENTRAÇÃO MIDIÁTICA EM TERESINA (GRUPOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS)

Em Teresina o cenário não é diferente. Os grupos comunicacionais existentes, na condição de empresas capitalistas, não permitem que a voz do povo reverbere em suas telas, folhas, ou ondas do rádio. Assim muitas demandas do povo teresinense não entram na pauta dos meios de comunicação regionais e locais, porque não interessam ao poder econômico e/ou político.

Segundo Santos (2015), o Piauí segue o mesmo padrão de concentração midiática internacional e nacional, onde as empresas ditam o que será ou não propagado.

Seguindo a tendência internacional e nacional da comunicação, a concentração dos meios de comunicação no Piauí é acentuada, segundo Donos da Mídia atuam somente 3 grupos de comunicação: o Sistema Clube de Comunicação, o Grupo Tajra e o Sistema Integrado Meio Norte. Ressalte-se que o grupo Tajra destacado pelo Donos da Mídia, na verdade, divide-se em dois, que apesar de controlados por pessoas da mesma família, têm redes diferentes, sendo elas Cidade Verde e TV Antena 10. Ainda segundo o mesmo estudo, o Estado totaliza 10 redes de TV atuando, sendo 3 redes de grupos religiosos. No total, são 139 o número de veículos que produzem comunicação no estado (SANTOS, p. 53, 2015).

Em Teresina carecemos de políticas públicas de comunicação que favoreçam um sistema público de

comunicação, o que poderia permitir o uso da palavra por uma pluralidade de pessoas, pois não estaria vinculado ao poder econômico e político. Não há, em Teresina, por exemplo, o incentivo às rádios comunitárias que, diga-se de passagem, são extremamente perseguidas em todo o Brasil, e nem a qualquer tipo de veículo comunitário ou popular.

Acreditamos que a cidade, para crescer em democracia e pluralidade, precisa investir nos canais de comunicação que possibilitem a comunicação a criar e anunciar seus projetos de vida. Compreendemos que uma cidade justa e igualitária passa, necessariamente, pela condição desta cidade se comunicar, empreendendo, portanto um canal, não apenas de denúncia, mas também de criação de um modelo de cidade onde caibam muitas diversidades. Você já parou para pensar que as populações que reivindicam o direito à moradia, não tem espaço para falar das suas demandas? E as populações rurais que lutam por terra e/ou por condições de produzir nela, podem/conseguem falar de suas demandas por direito?

Compreendemos o direito à comunicação e à informação não apenas como o direito à acesso à informação, mas também como a possibilidade de produzir a comunicação, veicular e distribuir esta produção, gerir os modos de produção e acesso à informação. Ou seja, ligar a televisão ou o rádio, acessar um portal de notícias na internet ou mesmo ler um jornal é apenas a ponta do iceberg. Acessar as informações é apenas um mínimo do direito à informação e, mesmo assim, este direito é negado porque até hoje são muitas as famílias que não têm acesso a este direito.

Vivemos um momento em que o acesso a internet define muito sobre que tipo sujeito de direitos nós temos em nossas cidades. Por exemplo, o período pandêmico foi decisivo para desmascarar a falta de direito à cidade em Teresina, pois muitas famílias, no seu isolamento social, não tinham internet para acessar o básico, educação. Segundo a reportagem, veiculada pelo OcorreDiário “Aulas remotas da Prefeitura de Teresina não atingem 50% dos estudantes”, a falta de internet ou acesso aos dispositivos móveis acabam por impossibilitar as famílias de acessar as aulas remotas, os materiais das atividades ou qualquer tipo de contato. A reportagem ressalta que 61% das população piauiense não têm acesso a internet, segundo levantamento do IBGE.

2. MÍDIA DA MORTE - O PAPEL DO JORNALISMO POLICIAL NA REPRESENTAÇÃO DAS PERIFERIAS DE TERESINA

Se estamos realmente comprometidos e comprometidas com a transformação real da cidade e no consequente combate às opressões que estruturam essa sociedade capitalista, precisamos combater o jornalismo polialesco e as representações distorcidas dos setores populares e das periferias em todas as mídias.

Os programas polialescos adotam elementos da cultura popular e a linguagem destes setores para criar uma caricatura que inferioriza e criminaliza, sobretudo a juventude negra. Diariamente os meios de comunicação local, sobretudo, em programas polialescos (aquele no meio dia onde as famílias estão reunidas em seu almoço) levam para as telas o rosto da juventude negra, indígenas e seus descendentes de forma criminalizadora. Quando estes sujeitos aparecem estão ligados a notícias como tráfico de drogas, assassinato, dentre outros crimes. Não é possível que a gente continue

aceitando que a imagem dos povos originários e afro seja construída de maneira a derrubar o orgulho e as possibilidades de uma vida digna. Nós do PSOL, compreendemos que este tipo de abordagem é crucial para manter viva a estrutura racista do capitalismo. Este sistema social, precisa criminalizar esses sujeitos para propagar a ideia de que negrxs, indígenas e seus descendentes são inferiores e são corpos potencialmente matáveis.

Esta narrativa é quem possibilita que hoje tenhamos as piores marcas no que tange à morte de sujeitos racializados. Segundo o Portal Geledés (2017): “O percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que o de brancos, revela pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, intitulada Vidas Perdidas e Racismo no Brasil”.

Precisamos conversar sobre a violência policial que mata o povo da periferia todos os dias com aclamação geral da mídia hegemônica. Os meios de comunicação têm características expressas segundo art 5º da nossa constituição, onde veta qualquer tipo de violação de direito das pessoas racializadas. No entanto, assistimos todos os dias uma veneração geral dos programas que apresentam estes sujeitos como criminosos.

Além dos programas policiais, onde defendemos a proibição total deles, apontamos também que nos outros produtos midiáticos, tais como novela, jornais, cinema, dentre outros, as juventudes periféricas e racializadas sempre aparecem de modo inferiorizado, ou estão na cozinha ou representando criminosos. Nós dizemos que nossas juventudes negras, indígenas e seus descendentes têm direito à sua história e a sua memória e não podem ser alvo fácil da criminalização. Assim, dizemos que os meios de comunicação agem sob égide da necropolítica. É a política da morte que move os meios de comunicação hegemônicos, quando deveriam servir para efetivar direitos humanos.

Destacamos ainda que a população trans e travesti é igualmente criminalizada nestes programas policiais, onde aparecem como criminosas com o adicional de serem a caricatura que enseja a ridicularização. Esta população, diariamente expulsa do convívio social e do convívio com as suas famílias, segundo as estatísticas tem uma expectativa de vida que não ultrapassa os 35 anos. Além disso, destacamos que a morte das pessoas trans e travestis aparecem nesses programas num viés sensacionalista sem o menor respeito a dignidade da pessoa humana. Deste modo, contribui para a naturalização destas mortes. Nós do PSOL nos colocamos contra a criminalização destas sujeitas sejam em programas policiais, seja em qualquer outra mídia. As mulheres e homens trans, as Travestis querem viver.

2. **TRABALHADORES DA MÍDIA: PRECARIZAÇÃO E ASSÉDIO MORAL**

Devemos lançar um olhar especial para os trabalhadores e trabalhadoras dos meios de comunicação, sobretudo, em tempos de avanço do fascismo e do ódio que perseguem e ferem a democracia. Falamos em democratização da comunicação, quer dizer, fazer com que o povo tenha acesso e controle social dos meios, porque acreditamos na comunicação como um direito humano e não como uma mercadoria, onde os pobres e oprimidos são suprimidos para reforçar a narrativa da

necropolítica. E quando defendemos a democratização dos meios é também para que haja espaço saudável de trabalho para quem faz a comunicação.

Aqui nós delineamos que a política opressora dos meios de comunicação, não é necessariamente produzida por seus trabalhadores e trabalhadoras. Não são repórteres, âncoras de TV, radialistas, homens e mulheres câmeras, documentaristas, jornalistas e etc., que fazem a política e a linha editorial de seus veículos, mas são os empresários deste setor que silencia a criação destes/as trabalhadores e trabalhadoras.

Desta forma, reconhecemos que há a censura por parte do poder econômico e político que limita os/as trabalhadores/as da área a realizar o seu trabalho de modo condizente com a sua real função, que seria servir à sociedade. Mas também destacamos a auto-censura, onde muitas vezes, os/as trabalhadores/as da área estão viciados em um tipo de narrativa que sempre privilegia os mais ricos e poderosos, em detrimento dos mais pobres. Isto também é um sintoma das escolas de comunicação que desde o início não ensinam xs profissionais a problematizar a realidade, mas apenas adentra xs profissionais para garantir uma vaga no mercado de trabalho. Assim, quem tem o viés minimamente problematizador, investigador ou mesmo criativo acaba caindo na vala do desemprego.

Além do desemprego, a categoria enfrenta os mais diversos tipos de assédios, ameaças ou mesmo precisam se silenciar diante de salários extremamente baixos, destoando do volume de trabalho que recebem diariamente. Cada vez mais, o mercado exige profissionais polivalentes, onde os mesmos precisam ser multiprofissionais, mas recebendo como se fosse um só trabalho. Você encontra profissionais que trabalham com texto, imagem, som e vídeo, sem que sejam remunerados/as por cada uma destas atividades. Profissionais polivalentes acabam por exterminar muitas vagas de trabalho, ao mesmo tempo em que precarizam suas condições e, mesmo inconscientemente contribuem para legitimar a diminuição de salários.

Queremos destacar também as relações de gênero e raça nesta área. O padrão do homem branco ainda desponta como o ideal a seguir. Enquanto de outro lado, as pessoas negras e indígenas, sejam elas homens ou mulheres, continuam sendo relegados ao desemprego, ou quando muito, estão nos bastidores, impossibilitados de contribuir para a destruição da estrutura racista que vigora nos meios de comunicação. Além disso, a condição das mulheres, e principalmente as mulheres racializadas, é delicada no que diz respeito ao assédio sexual (e outros tipos de assédio também) e a deslegitimação de suas condições intelectuais e profissionais. É comum que mulheres, sobretudo, aquelas que trabalham na área política sejam constantemente deslegitimadoras. Prova disso, são as constantes investidas de desrespeito que o atual presidente da república tem tratado jornalistas mulheres. Nós do PSOL defendemos a qualidade de formação do dx comunicador e comunicadora, para que possam ser protagonistas das realidades, desde a sua formação. Também defendemos a liberdade para a produção de seu trabalho, que vem se demonstrando cada vez mais importante para a constituição de uma sociedade democrática. Além disso, defendemos a valorização destes/destas profissionais para que gozem de dignidade no trabalho, sem qualquer tipo de assédio, ameaça ou medo de que possam ser demitidos/as.

PARTE 2 - RE-EXISTÊNCIA

1. DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E DIREITO HUMANO A COMUNICAÇÃO
2. COMUNICAÇÃO PÚBLICA, POPULAR E COMUNITÁRIA: POR UM SISTEMA COMPLEMENTAR.

PARTE 3 - PROPOSTAS

1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO E FOMENTO À COMUNICAÇÃO
2. FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA
3. UNIVERSALIZAÇÃO DA INTERNET NA CIDADE
4. ESTRUTURAÇÃO DAS ESCOLAS COM APARATOS TECNOLÓGICOS
5. EDUCAÇÃO PARA A MÍDIA NAS ESCOLAS
6. CURSOS PROFISSIONAIS SOBRE USO DAS TECNOLOGIAS
7. CRIAÇÃO DE CANAIS DE TELEVISÃO LOCAIS INTEGRADO AO SISTEMA PÚBLICO
8. INSERIR A COMUNICAÇÃO POPULAR E COMUNITÁRIA COMO COMPLEMENTAR AO SISTEMA PÚBLICO DE COMUNICAÇÃO
9. CRIAR INVESTIMENTOS PARA O SETOR PÚBLICO, COMUNITÁRIO E POPULAR
10. VALORIZAÇÃO DXS PROFISSIONAIS DA ÁREA COM BONS SALÁRIOS E COMBATE AO ASSÉDIO
11. POLÍTICAS DE INCENTIVO A INSERÇÃO DE OMBUSMAN DENTRO DAS EMPRESAS DE COMUNICAÇÃO
12. CRIAÇÃO DE ESPAÇO DE DENÚNCIA DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS COMETIDOS PELA MÍDIA
13. CRIAÇÃO DE CONSELHOS DE COMUNICAÇÃO ONDE A POPULAÇÃO POSSA AVALIAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SUAS PRODUÇÕES, FAZENDO COM QUE SE GARANTA O ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO, ONDE A COMUNICAÇÃO DEVE SERVIR À SOCIEDADE.
14. FIM DOS PROGRAMAS POLICIALESCOS E RACISTAS EM NÍVEL LOCAL.
15. REIVINDICAR NA GRADE DE PROGRAMAÇÃO DOS MEIOS LOCAIS INSERÇÃO DE CONTEÚDOS QUE DÊ CONTA DE UMA EDUCAÇÃO PARA O COMBATE A TODA FORMA DE OPRESSÃO (SEJA A SETORES INDÍGENAS, NEGRXS, LGBTQIA+, MULHERES E ETC.), POR MEIO DE LEI QUE BASEADA NO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS DE COMUNICAÇÃO.

SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL

A tradição do Brasil de segurança pública é para manter o poder instituído há 520 anos, de forma a manter os mesmos grupos no poder e para isso atua contra as pessoas que poderiam modificar o perfil de poder no país. A última ditadura ocorrida fortaleceu a tradição referida e a democratização não conseguiu atingir o âmago das forças de segurança, mantendo-as com o mesmo perfil desempenhado, com natureza militar.

A natureza militar não combina com o perfil das instituições de segurança pública, considerando que a natureza militar faz parte das forças armadas, que tem o poder de defender a soberania nacional, portanto voltada para ataques externos à soberania nacional, o que não condiz com as instituições de segurança pública que tem o dever constitucional de garantir a segurança interna da sociedade, que numa sociedade democrática atuaria como apoio à população, com atuação no âmbito educacional como orientação sobre o lícito e o ilícito do ordenamento jurídico nacional e de apoio a quem estiver correndo risco.

Mas não é isso que ocorre! As polícias militares não deveriam mais existir numa sociedade democrática. A única instituição que combina com o modelo de democracia é a polícia civil, mas para isso teria que modificar sua forma de atuar.

O mais grave é a guarda municipal de Teresina, que deveria ter uma atuação social, não armada, por isso se encontra na secretaria de assistência social, com o resultado de descaracterização da assistência social que tem tradição de se confundir com assistencialismo e agora passa a ter atuação extremamente punitivista, com ação nos bairros populares, especialmente, com ataque à comunidade negra, com destaque para os bairros da zona norte em que a PMT está fazendo o deslocamento compulsório no contexto do programa lagoas do norte, que endivida a cidade e provoca muito danos sociais.

Há uma atuação da guarda municipal que assusta a população com violência e com racismo, ampliando o número de presos, incluindo os não julgados, que fez o Piauí atingir o segundo lugar Piauí do Brasil com maior número de presos provisórios, chegando a 64,38% do total de presos no estado não foram julgados¹⁸.

A guarda municipal além de ganhar bem menos do que os demais policiais, atua de forma mais militarizada do que as demais instituições de políticas de segurança, sem respeitar direitos humanos e como ataque à população negra e periférica, sem nenhuma atuação nos bairros elitizados.

A segurança pública que o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL busca é de reforço à democracia com sua atuação para garantir o sentimento de segurança à sociedade, especialmente, a população inferiorizada

18 <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/10/piaui-e-o-2-estado-do-brasil-com-maior-numero-de-presos-provisorios.html>.

socialmente, tendo sua atuação como apoio à população com destaque para ação de orientação e educativa.

Para isso, propomos:

1. Redefinir espaços abandonados como terrenos baldios e inabitados, que aumentam a sensação de insegurança e a violência pública para enfrentar o déficit habitacional;
2. Redefinir a função de guarda municipal com valorização da profissão, investindo em treinamentos para que se compreenda a importância da segurança pública e suas consequências, conscientizando para o combate a LGBTfobia, racismo e violência contra a mulher;
3. Efetivar o Estatuto da Cidade para povoar e movimentar lugares esquecidos por parte da administração municipal, e que por isso tem maior grau de criminalidade, como o Centro por exemplo. Investimentos em urbanização, aumentando a mobilidade e conseqüentemente a movimentação de pessoas em todas as áreas da cidade, o que comprovadamente diminui os índices de violência;
4. Ampliação e manutenção do sistema de iluminação pública do município;
5. Ampliação e manutenção do sistema de vigilância por câmeras, visando facilitar e otimizar o trabalho dos guardas municipais e reduzir a criminalidade;
6. Estabelecer o direito de pessoas idosas e mulheres a descerem dos ônibus em qualquer lugar após as 21h;
7. Atuação da guarda municipal como orientação e educação da população quanto ao que pode ser feito ou não com atuação predominantemente desarmada.



Teresina PI 2020



TERESINA *para o* BEM VIVER

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL



PLANO DE GOVERNO

LUCINEIDE BARROS MEDEIROS - Prefeita

CYNTIA FALCÃO - Vice (Coprefeita)



**Teresina PI
setembro 2020**

PSOL 

APRESENTAÇÃO

O partido Socialismo e Liberdade-PSOL, apresenta a população da cidade de Teresina no estado do Piauí seu plano de governo. O documento foi elaborado coletivamente através de contribuições de filiadas (os), simpatizantes, movimentos sociais, estudiosas(os), teóricas (os), técnicas(os), professoras (es), estudantes, pesquisadoras (es), entre outros, a partir de debates em seminários temáticos e construções em grupos de trabalho, onde foram levantados e refletidos diagnósticos da cidade, debatemos e buscamos soluções, resultando em ações, programas e políticas que buscam uma mudança radical nos modelos que tem sido executado historicamente e em especial nas últimas quatro décadas na administração pública municipal e que não reflete os interesses e o bem estar da maioria da população. O documento apresentado, objetiva superar o atual modelo de cidade negado para a maior parte das pessoas.

Está em nosso Plano o “Bem viver” do teresinense e para isso buscamos uma cidade inclusiva e plural. Entendemos que todas as vidas importam e que todas as pessoas tem direito a cidade, que o público deve prevalecer sobre o privado, que as opressões devem ser combatidas e superadas, que é nosso compromisso ter responsabilidade socioambiental e que podemos ter uma gestão democrática, compartilhada e participativa envolvendo as pessoas que constroem essa cidade.



BEM VIVER
em
TERESINA

BEM VIVER EM TERESINA

O eixo bem viver é uma diretriz orientadora do programa do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL para a prefeitura de Teresina por contar com a perspectiva de enfrentamento às duas hierarquias que estruturam a sociedade ocidental: a hierarquia entre a vida humana e as demais vidas chamadas de natureza e a hierarquia entre as vidas humanas, portanto é o programa que vê a cidade e o município de Teresina com e para todas as pessoas e todas as vidas, em que todas as vidas e a natureza tenham o direito de permanecerem vivas e com dignidade.

A cidade e o município de Teresina têm o seu histórico marcado por dedicar-se a manter a estrutura de desigualdades sociais, sem políticas para enfrentar a degradação ambiental e as desigualdades sociais como empobrecimento da população, racismo, machismo, lgbtqia+fobia, preconceitos contra pessoas idosas e pessoas diferentes do que é considerado normal, que desterritorializa sua população tradicional, com endividamento do município, com guarda municipal que violenta e mata a população preta e periférica, com processos de privatização da educação, sem garantia de participação da população dos processos educacionais, com péssimas condições de trabalho para profissionais da educação, com conteúdo que não cria perspectiva de resistência, em que as pessoas idosas, crianças, juventude e pessoas com deficiência se encontram abandonadas e que o poder público nada faz por seu território rural que conta com 83% da área total do município (PMT, AGENDA 2030), sendo que a maior parte da população teresinense vive da economia informal e a gestão municipal nada faz para que essas pessoas contem com segurança alimentar, moradia digna, condições de mobilidade dignas e sem perigo, saúde e vida com gozo dos direitos garantido na CF-88.

Teresina para a vida humana e para a natureza com dignidade é um lugar em que as pessoas constroem a cidade com sua participação, que tenham moradia digna e próxima de seus trabalhos, garantia de segurança alimentar com alimentos não envenenados produzidos agroecologicamente, com mobilidade das pessoas feita sem ataque a suas vidas, com educação que valoriza a cultura o território, a cultura e as vidas da população teresinense, com um poder público que orienta e promove a garantia de trabalho e renda, com cuidados de saúde preventiva e segurança pública orientada para ser educativa e não violenta.

A nossa Teresina que queremos é um município que acolhe e cuida de todas as vidas por adotar políticas que enfrentam o empobrecimento, o racismo, o machismo, a lgbtqia+fobia, que acolhe as crianças, a juventude, as pessoas com deficiência, as pessoas idosas, com organização da produção agroecológica no seu território, especialmente, no rural, mas também nas residências, quintais, aproveitamento dos espaços residências para a produção de hortas orgânicas, construída com diálogo permanente com a população que se reúne para planejar e avaliar o que foi realizado.

Bem viver não coloca a natureza como submissa ao humano e sob sua gestão, busca equilibrar todas as vidas em respeito à mãe terra: cuida das águas, das florestas e educa o ser humano para se perceber como parte da vida e não a vida principal, o que faz da Teresina que queremos um lugar que cuida dos seus rios, das suas margens, não deposita esgoto no leito dos rios, em que os bairros populares são valorizados com

diálogo permanente entre poder público e as pessoas, que orienta a população quanto aos cuidados com o clima, com solo, com as árvores, com a água, que não desterritorializa sua população, mas busca resolver os problemas enfrentados em cada bairro, especialmente, os populares, que promove a mobilidade sustentável das pessoas.

O eixo bem viver está composto pelas políticas de habitação e moradia; assistência social; mobilidade e transporte; meio ambiente; patrimônio cultural; educação e territorialidade rural.

1. EDUCAÇÃO PARA O BEM VIVER

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, EMANCIPADORA E POPULAR

A educação pública a cargo da administração municipal de Teresina é um fenômeno recente. Passou a existir a partir de 1986 pois, até então, as escolas estavam sob a responsabilidade de uma estrutura do governo do Estado do Piauí e, desde então, o município passou a assumir a pasta, com a administração da educação pública municipal, sob a gestão do mesmo grupo político partidário.

A educação é um setor estratégico **para a construção do Bem Viver em Teresina**, contudo, isso exige enfrentamento dos principais entraves conjunturais e estruturais da política educacional conduzida pela atual gestão municipal. Nessa administração, a prioridade tem sido fazer a máquina funcionar com uma perspectiva gerencial e empresarial, visando atingir a eficiência, eficácia e produtividade do sistema educacional, nos termos da administração privada e mercantil, cujos resultados finais são mais importantes do que os processos e do que lidar eticamente com as grandes necessidades educacionais da maior parte da população, que depende de políticas públicas estatais de qualidade com garantia do direito à educação, infraestrutura adequada, valorização do magistério, dos profissionais da educação, melhores condições de trabalho, gestão democrática, formação para a vida e cidadania, **princípios essenciais para a formação de uma sociedade para o bem viver com uma educação emancipadora que vise ao pleno desenvolvimento dos sujeitos reflexivos, críticos e participativos.**

As ações desenvolvidas por essa gestão municipal são insuficientes para assegurar o atendimento educacional digno às crianças, adolescentes, jovens e adultos da rede de educação pública. O poder público municipal precisa construir um projeto educativo, de forma democrática, compatível com as reais necessidades da população, apesar dos esforços realizados pelos(as) profissionais da educação da rede municipal para superar essa situação.

As mudanças efetivas estão travadas estruturalmente. Por isso, a proposta do PSOL para **a educação do Bem Viver em Teresina deve, necessariamente, contribuir para a construção e formação de uma sociedade emancipadora em que a educação pública seja um pilar fundante para essa transformação.** Para haver essa transformação é necessário implementar uma nova política educacional, como parte de um

processo totalizante.

Pode-se constatar que está instalado na política educacional de Teresina a lógica gerencial, orientada para o empresariamento e mercantilização da educação, o que torna esse modelo de ensino como incapaz de reverter ou combater as desigualdades sociais, tornando **a formação realizada nas escolas públicas cada vez mais distante dos processos que contribuem para a efetiva atualização histórico-cultural da humanidade, a real função social da educação**, devido ocorrer uma política de controle do currículo escolar focado somente na transmissão de conteúdos, muitas vezes desconexos da realidade vivida pelos alunos sem **a valorização da cultura local material e imaterial, dos conteúdos regionais, dos saberes e experiências do nosso povo, desconsideração das diversas áreas de conhecimento**. A atual gestão municipal visa a apenas treinar os estudantes para obter altas notas nas avaliações em larga escala, o que não necessariamente reflete a qualidade, pois, fere a finalidade própria educação como instrumento de realização da humanidade (Art. 205/CF de 1988 e LDB Art.2º/1996).

Apesar de parte das crianças, adolescentes, jovens e adultos empobrecidos(as) serem incluídos(as) formalmente no sistema de ensino, através da matrícula, **isto não representa uma oportunidade concreta de melhoria de vida e do Bem Viver para a maioria** destes que, mesmo avançando na escolaridade, continua sem acesso ao conhecimento, ao emprego, ao trabalho seguro, à renda digna, à convivência saudável, de uma cultura de paz, respeitosa e solidária com as demais pessoas e com o meio ambiente.

Teresina é anunciada por seus gestores como a Capital do País que mais se destacou na avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com base em dados estatísticos de 2019. Este índice tem como base as notas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, as taxas de aprovação, reprovação e evasão escolar, sem considerar os demais indicadores e as diversas áreas do conhecimento. Esses conteúdos considerados nas avaliações de larga escala, a exemplo do IDEB e o Sistema de Avaliação Interno da Rede municipal de Teresina, são tomados como referência para as demais políticas educacionais, como a forma de organização curricular, de gestão escolar, de planejamento do ensino, formação dos professores e avaliação, relegando para segundo plano o desenvolvimento das políticas educacionais que tenham por finalidade o sentido social da educação para emancipação dos sujeitos.

A perspectiva adotada pela SEMEC negligencia e suprime o papel sociopolítico da educação que é formar pessoas livres, críticas, solidárias e capazes de contribuir com seu processo histórico-cultural e das gerações vindouras. **Além disso, deve assegurar o direito à educação e não apenas o direito à aprendizagem, que é uma das dimensões do direito à educação, que deve ser para além do ensino focado só em Língua Portuguesa e Matemática** com objetivo de atingir notas para servir de marketing, a serviço de interesses privados dos atuais gestores.

As principais características da política educacional em Teresina na gestão da educação municipal atual é a centralização, controle e a padronização do ensino, onde se tem padrão de oferta única, a partir do qual se articulam os seguintes elementos¹:

- 1) Diretrizes curriculares;
- 2) Formação docente;

¹ Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000300002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 20 de agosto de 2020.

- 3) Controle das ações nas escolas;
- 4) Avaliação de resultados;
- 5) Premiação (Gestão Nota 10, Professor Educador, Professor Alfabetizador);
- 6) Punição (remanejamento de diretores/as);
- 7) Atribuição de responsabilidades aos diretores;
- 8) Meritocracia com ranking entre escolas (promovendo aprisionamento e competição entre professor e professor, gestor e professor, aluno e aluno)
- 9) Aferição de conhecimentos- a progressão na carreira dos (as) docentes é atrelada



A Educação para o Bem Viver em Teresina se compromete com a ruptura do atual modelo empresarial e mercantil instalado na gestão municipal da educação pública.

A política de meritocracia com o ranqueamento realizado através das avaliações internas e externas, de larga escala, padronizadas, além de não considerar as diferenças internas do sistema de ensino, como a estrutura de cada escola, o perfil da comunidade escolar e local, a qualidade da escola, a prática docente, a condição socioeconômica das famílias dos(as) estudantes, dentre outras, servem para classificar escolas, professores(as) e estudantes de acordo com certo merecimento que tem relação com a nota obtida no IDEB e Avaliação Interna, desconsiderando às necessidades socioeconômicas e a superação das desigualdades. Trata-se da lógica da meritocracia, que em situações de desigualdades intensas, amplia as exclusões².

Pelos argumentos e justificativas elencados, a Educação para Bem Viver em Teresina é uma alternativa de educação integral, inclusiva e emancipadora!

Esse modelo de educação não tem compromisso com a potência das vidas humanas, da natureza e do trabalho, nem com as energias que constroem Teresina e que podem nos tirar da situação indicada pelo IBGE, em 2018, em que 29,3% de sua população se encontrava abaixo da linha da pobreza (252 mil pessoas) e 5,3% abaixo da linha da extrema pobreza, ou seja, sem condições de viver com o básico que é alimentar-se, morar e mobilizar-se.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2019, em Teresina há 63 escolas públicas de Educação Infantil, sendo 41 na área urbana e 22 na rural; no Ensino fundamental têm-se 210, sendo 49 na área rural e 161 urbanas; a Educação de Jovens e Adultos tem 33 escolas, com 7 na área rural e 26 na área urbana. As escolas que compõem a rede privada totalizam 200 escolas nessa dependência administrativa, sendo caracterizadas como conveniadas com fins lucrativos e sem fins lucrativos (recebem recursos públicos para

² RAVITCH, D. The death and life of the great American school system: how testing and choice are undermining education. Rev. ed. New York: Basic Books, 2011; RAVITCH, D.

Vida e morte do grande sistema escolar Americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

ofertar educação nas modalidades de filantropias e associadas) dos mesmos níveis de ensino do atendimento público municipal; como se pode aferir, as unidades privadas representam 42% do total. Em termos de matrículas, essas instituições detêm 25,6%, ou seja, cerca de 1/4 das existentes no município. Esse fenômeno tem relação com o padrão de oferta pública, que perde importância, dando lugar ao empresariamento da educação.

De acordo com dados do Censo Escolar de 2019, em Teresina, há 306 escolas públicas municipais. Destas, são 63 escolas públicas de Educação Infantil, sendo 41 na área urbana e 22 na rural; 210 de Ensino Fundamental, sendo 49 na área rural e 161 urbanas e 33 de Educação de Jovens e Adultos, sendo 7 na área rural e 26 na área urbana.

As escolas que compõem a rede privada totalizam 200 escolas nessa dependência administrativa, sendo caracterizadas como conveniadas com fins lucrativos e conveniadas sem fins lucrativos (recebem recursos públicos para ofertar educação nas modalidades de filantropias e associações) dos mesmos níveis de ensino do atendimento público municipal.

Como se pode constatar, as unidades privadas representam 39,5% do total. Em termos de matrículas, essas instituições detêm 25,6%, ou seja, cerca de 1/4 das existentes no município. Esse fenômeno tem relação com o padrão de oferta pública, que perde importância, dando lugar ao empresariamento da educação.

O setor privado, ademais, lucra com os incentivos e renúncias fiscais, especialmente as escolas formalmente identificadas como filantrópicas. Se considerarmos somente os preços de mensalidades, podemos afirmar que temos franco avanço do mercado no setor educacional e o encolhimento da participação do estado, com abandono dos (as) empobrecidos (as) e excluídos (as). Além disso, as escolas mais prestigiadas na cidade são seletivas em relação aos estudantes, inclusive dos que podem pagar, pois suas preocupações estão, exclusivamente, focadas na venda de produtos e resultados expressivos que garantam esses negócios.

É também fundamental ressaltar que o modo como as escolas e o sistema público de educação é gestado, também favorece a lógica empresarial, tendo em vista os espaços cada vez mais ocupados pela forte presença de empresas, fundações e “filantropias” que compõem conglomerados educacionais privados, a exemplo do Instituto Airton Sena, o Instituto Alfa e Beto (IAB), a Fundação Leman, entre outros. Esses parceiros empresariais historicamente oferecem a rede municipal de educação a venda de pacotes educacionais, que incluem: adoção de apostilas, livros, programas e treinamentos para os/as professores e diretores de escolas, avaliação de desempenho, fiscalização, controle dos resultados e avaliação padronizada.

Teresina possui a maior rede de escolas do Estado, um total de 306 escolas e mais de 92.223 educandos (as), sendo 82% na zona urbana. O Censo Escolar de 2019 apurou os seguintes dados sobre matrícula na rede³:

Para a cidade de Teresina a Educação para Bem Viver é um processo de construção coletiva que requer a ampla participação popular!

TABELA 1 - MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA DE TERESINA EM 2019

MATRÍCULAS	URBANO	RURAL	TOTAL
CRECHES	8.430	550	8.980
PRÉ-ESCOLAS	14.395	1.461	15.856
ANOS INICIAIS DO EF	33.375	4.431	37.806
ANOS FINAIS DO EF	19.154	3.397	22.551
EJA	3.070	525	3.593
EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.019	418	3.437

Fonte: Censo Escolar/INEP 2019

Dados de 2012 apontaram Teresina como a quinta capital do Nordeste com maior quantidade de analfabetos com mais de 15 anos. **Ao todo eram 54 mil pessoas, representando 10% da população que não lia nem escrevia.** A mesma base de dados também indicou que em apenas 12% das escolas apuradas em 2018 havia matrícula em EJA.

A situação de infraestrutura das escolas também é preocupante: em apenas 6% das unidades urbanas e rurais, no ano de 2019, havia esgoto via rede pública; e em 48% não havia água via rede pública. Apenas 29% das escolas rurais contavam com internet banda larga (12 escolas); na zona urbana era 32% (81 escolas). No mesmo ano, apenas 26% das escolas da zona rural eram acessíveis a pessoas com deficiência.

TABELA 2 - DEPENDÊNCIAS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE TERESINA EM 2019

DEPENDÊNCIAS	URBANAS		RURAIS	
	%	Nº	%	Nº
Biblioteca	21	53	11%	6
Cozinha	97	59	91%	50
Laboratório de informática	19	48	2%	1
Laboratório de ciências	3	8	0%	-
Quadra de esportes	29	72	24%	13
Sala para leitura	32	79	16%	9
Sala para atendimento especial	24	60	16%	9
Sanitário fora do prédio da escola	12	29	7%	4

Fonte: Censo Escolar/INEP 2019

Ante o quadro situacional exposto, O PSOL propõe um conjunto de linhas de ações que visa a dar a importância devida ao processo educativo como construção emancipatória coletivamente construído e vivenciado na perspectiva do *Bem Viver em Teresina*.

LINHAS GERADORAS DA AÇÃO DO PSOL PARA A EDUCAÇÃO DO BEM VIVER EM TERESINA:

- 1. É necessário garantir de forma incondicional a garantia do direito à educação e defesa da escola pública** como caminho de formação para emancipação humana e coletividade, de construção de saberes históricos - culturais com vistas a defesa da necessidade de um aprendizado crítico e libertador no meio social.
- 2. É necessário planejar, avaliar o conjunto das ações educacionais em Teresina** estabelecidas no Plano

Municipal de Educação (PME 2015-2024), enfrentando os desafios que se apresentam hoje para educação pública do Bem Viver em Teresina, com atenção especial a implementação de políticas educacionais de qualidade e na garantia do direito à educação à toda a população.

3. É necessário desprivatizar a gestão da política municipal de Teresina, pois Educação não é mercadoria!

O gestor municipal e o da educação servem basicamente para cancelar determinações de institutos e fundações privadas, a exemplo do Instituto Ayrton Sena e da Fundação Lemann.

4. É necessário libertar a escola e respeitar a autonomia docente: Superar os mecanismos de trabalho programado pelas empresas privadas, que neutraliza a liberdade, criatividade e a construção coletiva. Suprimir das práticas de gestão e de acompanhamento pedagógico, as posturas autoritárias, de coação e violação aos princípios da autonomia escolar (Art. 15 da LDB), apostando no planejamento participativo e solidário.

5. É necessário legitimar o Currículo e a Autonomia Pedagógica dos Professores, superando a prática do engessamento do currículo, da compra de pacotes educacionais de controle dos conteúdos a serem ensinados (adoção do Apostilamento – reduzindo o uso do livro didático base), estimulando o (a) professor (a) à utilização de seus conhecimentos e sua criatividade, considerando as diversidades que marcam a sala de aula.

6. É necessário construir espaços coletivos de participação popular de comunicação para divulgação das informações relativas às ações e decisões sobre a Educação para o Bem Viver em Teresina.

Nossos compromissos para a Construção da Educação para o Bem Viver

Respeito às escolas e à autonomia docente:

- Revisão das Diretrizes Curriculares Municipais, com a assessoria de especialistas locais, vinculados às universidades públicas e Grupos de Pesquisa, assegurando como princípios na organização e tratamento dos conteúdos escolares o direito ao conhecimento amplo, a relação indissociável entre teoria e prática e o tratamento crítico-reflexivo dos conteúdos;

- Fortalecimento da construção coletiva, participativa e democrática dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas;

- Garantia de processos democráticos de eleição de gestores escolares, com consulta à comunidade escolar e representantes de seu entorno, superando ações de coação e de violação aos princípios da autonomia escolar e da liberdade de cátedra;

- Criação de conselhos escolares de crianças, de classe, estudantil e escolar e vitalizar os conselhos de representantes escolares, com realização de assembleias sistemáticas de avaliação e orientações aos processos escolares.

Avaliar para melhorar: a política de avaliação não pode servir apenas para produzir notas de ranqueamento do município, no contexto nacional ou global.

- É necessário articular avaliação do sistema municipal de educação, avaliações escolares e avaliações da aprendizagem, a partir de análises e ações diagnósticas, formativas e somativas, como parte de um processo unitário.

- Os resultados das avaliações devem indicar onde devem ser realizadas as principais medidas de fortalecimento das escolas e do processo de ensino.

Valorização das (os) profissionais: É necessário reconhecer que a escola se move em seu conjunto com seus agentes. Neste sentido, os trabalhadores e trabalhadoras da educação, precisam ser valorizados (as) com:

- Provimento de boas condições de trabalho, de salário real e isonomia aos aposentados e implementação de Planos de Carreira para todos os segmentos de trabalhadores (as) em educação;

- Elaboração de uma política de estágio da rede municipal, articulada à política nacional, assegurando que os estágios sejam oportunidades de aprendizagem, com acompanhamento e de aproximação entre a rede escolar básica e a rede de Instituições de Ensino Superior (IES), com prioridade para as públicas;

- Revisão dos contratos de professores temporários que não visem a substituição de profissionais efetivos afastados pelos motivos previstos na legislação;

- Garantia de que Professores(as) e Estagiárias (os) atuem em consonância com suas funções, acabando com a exploração da mão de obra “barata” do estagiário, que contribui para sua má formação e má qualidade do ensino nas escolas. Deve-se garantir a atuação do(a) estagiário(a) como aprendiz, supervisionado pelo(a) um professor(a), na sala de aula, e não assumir sozinho(a) uma sala de aula como se fosse professor(a) titular.

- Realização de concurso público para ingresso na rede, baseado em uma política permanente de atendimento à demanda da matrícula e respeitando a Formação do(a) Professor(a) , pois os concursos para pedagogos(as) têm-se centrado em conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, descartando a gama de conteúdos que pautam a formação do pedagogo.

- Formação continuada de docentes e técnicos, em parceria com as IES com prioridade para as públicas, garantia de tempo destinado a esta finalidade na rotina de trabalho escolar, assegurando formação continuada específica aos professores (as) do campo, do atendimento educacional especializado e da EJA;

- Garantia do cumprimento do PME (2015-2025), que prevê a Progressão automática na Carreira dos profissionais da educação, garantindo a retroatividade devida durante os trâmites burocráticos;

- Implantação de uma política de valorização dos profissionais do magistério e da educação que garanta o cumprimento do Piso Salarial Profissional;

- Participação dos profissionais da educação da construção coletiva da proposta pedagógica das escolas públicas municipais;

Aprenderes para uma educação humana, inclusiva e emancipadora

- Resgate da concepção de criança a adolescente tendo por referência a observância do Estatuto da Criança e Adolescente;
- Libertação da infância, adolescência e juventude dos *rankings* de escolas promovidos pela competição entre escolas, professores e estudantes, desde a educação infantil em que ocorre um processo precoce de alfabetização centrado unicamente no ensino da língua portuguesa e da matemática, considerando os princípios que pautam a educação infantil e fundamental, garantindo-lhe uma formação integral, suscitando sua criatividade e respeitando seu direito de brincar, seu direito de vivenciar a infância.
- Reestruturação e melhoria da rede pública de Escolas do município de Teresina que assegure itinerários formativos, rotinas e metodologias de ensino e aprendizagem que garantam o direito a Infância e a uma formação humana e integral;
- Assegurar a infraestrutura de qualidade da educação, tomando como referência o CAQ que possa contemplar os padrões mínimos de qualidade e os insumos necessários (laboratórios de informática, de ciências, quadras cobertas e climatizadas ecologicamente, bibliotecas, salas de leitura, espaços para o atendimento educacional especializado, dentre outras ações);
- Formulação de políticas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação, que requeiram medidas de atendimento especializado (PME 2014/2024);
- A qualificação dos docentes e profissionais da educação para o uso de metodologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem;

Padrão Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI/CAQ): Será adotado como referência para a política de financiamento das escolas

- Adoção do CAQ como política de financiamento para escolas, conforme for regulamentado na EC nº 108/2020, como forma de manter o mesmo padrão de qualidade a todas as escolas da rede municipal, contrapondo-se a política de seletividade, segregação, diferenciação e exclusão entre as escolas;
- Priorização do repasse de transferências voluntárias para as unidades de Ensino da rede municipal, respeitando-se, a legislação nacional, visando a maior autonomia da gestão escolar.

Escola Boa para o Bem Viver o PSOL constrói com a comunidade:

- Equipar as bibliotecas escolares, dotando-as de bibliotecários (as), espaços de leitura e de convivência, em parceria com a UESPI;
- Organizar Oficinas de apoio comunitário e acadêmico às escolas, com produção de materiais reciclados para apoio pedagógico e organização do “recreio animado e criativo”;
- Revisar os cardápios da alimentação escolar, incluindo alimentos orgânicos e da agricultura familiar;

- Incluir nas rotinas escolares atividades que possibilitem conhecer Teresina, suas unidades administrativas, suas escolas, suas igrejas, espaços culturais, áreas de uso comum, dentre outros;
- Criar o programa de Agentes Comunitários Escolares para realizar visitas domiciliares e busca ativa junto aos estudantes e seus familiares;
- Combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, a adolescência e a juventude;
- Promover articulação intersetorial entre as políticas de saúde, assistência social, direitos humanos e educação com vistas à orientação das crianças, adolescentes e jovens em relação aos cuidados com o corpo, saúde e integridade física e mental, higiene e prevenção contra a violência/abuso sexual e doméstica, de forma assegurar a atenção integral.
- Promover a educação dos povos do campo (populações tradicionais, itinerantes, e de comunidades indígenas e quilombolas), respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e as formas particulares de organização do tempo.
- Implementar a Pedagogia da Alternância como proposta pedagógica de ensino e educação para os povos do campo, em articulação com as escolas famílias agrícolas e movimentos sociais do campo.
- Promover ações em conjunto com a comunidade por meio da realização das conferências populares de educação para construir um currículo compatível com a realidade e as demandas educacionais das comunidades, valorizando os saberes e as experiências do nosso povo.

Ler o mundo e ler as letras:

- Zerar o analfabetismo em Teresina e reduzir em 50% o analfabetismo funcional.
- Assegurar a Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida, por meio da garantia do atendimento, condições de oferta, permanência e política de assistência ao escolar.

Escola sem Opressões:

- Incluir nas atividades escolares e do Sistema Municipal de Educação a política Escola Livre de Racismo, Machismo e Homofobia

A Escola no Círculo de Cultura de Paz:

- Promover programas, com atividades que permitam a aproximação entre a escola e a comunidade, através de atividades formativas, recreativas e esportivas e culturais, incentivando a cultura de paz como contraponto às violências presentes nos contextos escolares..

QUADRO SÍNTESE DAS GRANDES PROPOSTAS

“Nossas ações de mobilização para a consolidação da **EDUCAÇÃO DO BEM VIVER** se concentrarão nos principais eixos de planejamento e gestão popular”.

EIXOS	AÇÕES CENTRAIS DA EDUCAÇÃO BEM VIVER
DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO	<ul style="list-style-type: none"> Conselhos escolares Eleição de diretores Participação e Representação estudantil – formação de grêmios e colegiados Autonomia financeira da escola Fortalecimento dos conselhos (CME, FUNDEB, CAE)
VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"> Planos de carreira Valorização dos Profissionais da Educação Política salarial – Reajuste e Progressões Concurso Público Fim de contratos precários (estagiários e terceirizados) Condições de trabalho Formação continuada
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA EM TODAS ETAPAS E MODALIDADES	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a oferta e democratizar o acesso, especialmente para as seguintes etapas/modalidades: Educação Integral Educação de Jovens e Adultos Educação Especial e Inclusiva Educação Fundamental e Infantil
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Estruturação e equipamento das escolas Superação da avaliação meritocrática Implementação de uma avaliação educacional formativa Reformulação do Currículo Escolar Desenvolvimento de Programas e Projetos Educacionais
POÍTICA DE FINANCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação da autonomia financeira da escola Avançar no padrão de financiamento rumo ao CAQ e CAQi.
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecimento dos Conselhos do FUNDEB, Escolares, Alimentação Escolar; Ações de Controle Interno e Externo Ampliação das Ações de Transparência Revitalização do Conselho Municipal de Educação Conferências Populares de Educação



CULTURA
para o
BEM VIVER

CULTURA PARA O BEM VIVER

1. MOTIVAÇÕES PARA PENSAR A CULTURA EM TERESINA

O presente texto resulta de um conjunto de discussões protagonizadas pelo Partido Socialismo e Liberdade - Município de Teresina- com dirigentes do Partido, candidatos(as) às eleições de 2020 pelo PSOL/Teresina, militantes, simpatizantes, representantes de movimentos sociais e movimentos populares, agentes culturais, produtores de cultura, diretores, artistas de diferentes modalidades da arte, estudantes e intelectuais.

Esse coletivo reuniu, em distintos momentos, para a discussão de diversos aspectos da cultura teresinense. Esses aspectos constituíram as seguintes motivações para que o PSOL se debruçasse sobre a cultura local: a concepção de cultura praticada pelo poder municipal em Teresina, a situação da classe artística, a questão do financiamento às ações voltadas para a cultura, as oportunidades a artistas e grupos das periferias urbanas e dos territórios rurais, a crise dos profissionais da cultura nesse contexto da pandemia da Covid-19 e as questões relativas à assistência às/aos artistas, ao financiamento público da cultura e a previsão orçamentária referente a investimentos em cultura.

Não obstante o entendimento de que a cultura recobre o conjunto das práticas sociais que designam o modo de ser e fazer a vida de um determinado povo, considera-se no presente plano a cultura em seu sentido estético. Assim, a concepção de cultura expressa aqui refere-se ao conjunto das atividades produzidas no campo das artes, das religiosidades e demais comportamentos da coletividade, em suas distintas manifestações sejam as consideradas pertinentes à cultura erudita sejam as pertinentes à cultura popular.

A cultura pensada e proposta nesse documento considera que a gestão da cultura deve ser transformadora porque será construída a partir da base da sociedade com o único fim de favorecer a liberdade de expressão, a consciência crítica e a emancipação. Não se constitui como uma cultura de eventos ou uma cultura da competição.

Compreende-se, ainda, que na proposta do Partido Socialismo e Liberdade- PSOL, Cultura e Educação serão dois veios pelos quais se ramificará o *Bem Viver em Teresina* assim como deverão ser os dois rios que atravessam a nossa Capital: fontes de vida e sociabilidade.

2. ELEMENTOS DIAGNÓSTICOS DA CULTURA EM TERESINA

Teresina se ressentida da falta de uma política cultural de qualquer natureza. Poucas ações são incentivadas pela Prefeitura Municipal de Teresina, através de editais de baixo valor, divulgados pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Há uma concepção burocrática e tacanha de cultura, totalmente desarticulada das demandas de seu povo.

Ao considerar a cultura artística, seus agentes e possibilidades, constata-se que tanto o montante de

recursos destinados à cultura quanto as “oportunidades” concretas para os seus agentes são designativos de um completo abandono com o fazer da cultura local e a sua projeção. Desse modo, desconhece-se completamente o que os teresinenses possuem em termos de produção cultural.

Além de não dispor de um calendário de atividades culturais em Teresina, não há órgão governamental que realize cadastro dos artistas, que possua propostas de atualização profissional, que disponha de incentivos financeiros à produção cultural, aproximação entre as artes e o que se ensina nas escolas municipais etc. Não fossem as iniciativas individualizadas ou de pequenos grupos, seria possível afirmar a cultura local como “cultura morta”. Não obstante, pode-se constatar o grande número de interessados em arte que buscam os espaços privados de vendas de formação para a cultura ou a superlotação em projetos culturais que a visão tacanha da gestão municipal não dissemina nos territórios urbano rural.

Esse abandono se dá, principalmente, em virtude da falta de organização formal da Prefeitura Municipal de Teresina - que não dispõe em seu organograma de uma Secretaria Municipal de Cultura, com orçamento adequado destinado às atividades culturais - e da falta de articulação entre Prefeitura Municipal de Teresina e movimentos de cultura, grupos e artistas. Estes, por esforços próprios, viabilizam seus projetos para os(as) teresinenses, sem o patrocínio da receita pública.

Vale considerar a subutilização dos poucos espaços destinados às apresentações artísticas. Como lugares sob administração do Poder Público, há: o Teatro 4 de Setembro (gerido pelo Estado), o teatro do Boi, o Teatro João Paulo II e o Teatro de Arena, a Casa de Cultura, O Complexo do Clube dos Diários, o Palácio da Cultura.

Há vários auditórios, inclusive, no âmbito de algumas escolas de Educação Básica como também nas 3 Instituições Públicas de Ensino Superior, em órgãos do Judiciário, e mesmo em algumas repartições públicas e em empresas privadas, especialmente em escolas.

Toda essa estrutura espalhada pela cidade, com larga concentração no centro da cidade está quase sem uso, desde muito antes da Pandemia já referida. Certamente, a Prefeitura sequer possui um cadastro desses espaços.

Se essa é a realidade no espaço urbano, onde reina a nossa cultura urbanocêntrica, o que dizer dos espaços rurais, que compreendem 82% do território municipal de Teresina? Peremptoriamente, nos territórios rurais, as escolas são os únicos espaços com maiores possibilidades para a realização de atividades artísticas

O parque teatral teresinense consiste em quatro teatros: 4 de Setembro, Arena, João Paulo II, e Teatro do Boi. Estes teatros possibilitam a apresentação de peças teatrais, de dança, apresentações musicais, palestras, etc. Hoje, Teresina possui salas de cinemas somente nos shoppings, em pequena quantidade, sem nenhuma política de acesso às populações de menor poder aquisitivo.

A classe artística é composta por escritores de vários estilos literários, poetas, violeiros, repentistas, emboladores, dançarinos, escultores de arte sacra e arte moderna, músicos de vários estilos musicais como

rock, pop, forró, reggae, pintores e desenhistas de vários estilos de desenho, grupos de reisado, grupos de teatro, artistas circenses. Embora existam amplas categorias artísticas, o Poder Público Municipal oferece poucas possibilidades de sustento destes profissionais do entretenimento, ainda que exista a lei A. Tito Filho.

Os artistas populares mambembes têm somente, de modo desorganizado ou sem o interesse do Poder Público Municipal, as praças e as ruas e seus canteiros para aventurar apresentações com fins à sua sobrevivência e de seus familiares

O “calendário” cultural local depende de programas e projetos da Fundação Municipal Cultural Monsenhor Chaves e encontra-se fora do Calendário Nacional, o que minimiza as possibilidades de inserção dos artistas locais. O que se afirma é que isto se deve a inexistência de Teatro ou Centro de Convenções de grande porte. No entanto, depois de várias décadas de fechamento do Centro de Convenções, as gestões municipal e estadual não apresentaram uma solução ou se dispuseram a construí-la. Teresina, em respeito ao seu povo, deverá ter estruturas que acomodem esses eventos.

No meio privado, há eventos com artistas nacionais de grande ou médio porte no “Atlantic City” e boates da zona leste, onde alguns artistas locais podem ter algum espaço.

A cultura em Teresina sobrevive como um bem de mercado, pois somente a consome quem a pode pagar caro devido aos locais inacessíveis aos indivíduos e famílias de pequenos rendimentos. Pode-se afirmar que a cultura artística de Teresina é como um produto caro de prateleira comercial em que nem todos podem ter acesso. É necessário superar essa concepção mercadológica da cultura.

É nesse cenário que muitas expressões artísticas são invisibilizadas, especialmente quando elas fogem aos padrões culturais estabelecidos. Desse modo, a cultura popular que compreende os cantos, as histórias e as expressões corporais afrodescendentes ou negras, dos povos originários e de trabalhadores empobrecidos pelo crescimento econômico desigual fica à margem. Outrossim, a produção das mulheres são ainda mais invisibilizadas pelo machismo e pela misoginia.

Não se pode esquecer nas diferentes formas de artesanato que traduzem um modo particular de expressar a vida. O artesanato deve ser compreendido como uma forma de cultura artística na medida em que traduzem uma estética da vida. São muitas as experiências solitárias ou de pequenos grupos que desenvolvem a artesanaria local sem qualquer preocupação do Poder Público Municipal de Teresina.

Outra dimensão importante concerne aos aspectos do Patrimônio Histórico e Arquitetônico da cidade e do campo. Em geral, torna-se mais visível o da cidade, mas é necessário inventariar o que se tem perdido desses patrimônios no Território rural.

O município tem experimentado a destruição de seu parque arquitetônico por meio da conversão das propriedades do centro da cidade em estacionamentos ou na construção de novos prédios sem a menor preocupação com as condições ambientais próprias do Município, com a legislação pertinente e com as políticas do País com a preservação da história da cultura local.

Seus prédios mais conhecidos na cidade são: Encontro dos Rios, Mercado Velho, Troca-Troca, Casa da Cultura, Clube dos Diários, o Teatro Quatro de Setembro, Teatro do Boi, os Palácios de Karnak e da Prefeitura Municipal, Palácio da Cidade, Prédio da Receita Federal, Estação do Metrô, Museu do Piauí, Biblioteca Cromwell de Carvalho, Liceu Piauiense, Academia Piauiense de Letras, Colégio das Irmãs, casas com estilos arquitetônicos neoclássicos, Batalhão da PM, prédios com estilos arquitetônicos modernos e pós-modernos como o Centro administrativo, prédio da ALEPI, Igrejas e Câmara Municipal, para citar alguns

As pontes Metálica e Estaiada são grandes obras de infraestrutura com grande valor arquitetônico. Enquanto a Ponte Metálica é considerada Patrimônio Cultural Brasileiro reconhecido pelo IPHAN, a ponte Estaiada possui valor arquitetônico devido à tecnologia estaiada usada em sua construção. Além de possuir um mirante no topo de sua torre, possibilitando aos turistas a vista da capital.

A importância do parque arquitetônico se dá porque alguns destes locais são espaços úteis as atividades culturais, como os quatro teatros da capital, praças públicas de médio e de grande portes como as Praças do Mocambinho, Praça da Costa e Silva, praças do Parque Piauí e dos Correios no Dirceu, Parque da Cidadania, Parque das Águas da zona Norte, além da conhecida praças: Saraiva, Pedro II, Rio Branco, da Bandeira, João Luís Ferreira, da Liberdade, do Liceu, Da Costa e Silva e Praça do Marquês.

3. POLÍTICA CULTURAL E ORÇAMENTO

A Política cultural compreende todas as metas, prioridades e diretrizes aplicadas em cultura, motivadas por decisões políticas. Estas diretrizes definirão quais serão as metas e quais programas ou projetos culturais serão executados através de dotações orçamentárias aprovadas em Leis Orçamentárias (LOA's), Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Planos Plurianuais (PPA's).

As LOA's, as LDO's e os PPA's são instrumentos governamentais essenciais à organização e à administração do orçamento público. As LOA's são instrumentos orçamentários que autorizam o cumprimento de despesas e receitas para o exercício financeiro de cada ano. Por sua vez, as LDO's estabelecem as metas e prioridades para cada exercício financeiro anual. Por último, os PPA's estabelecem um plano de médio de quatro anos, a partir do segundo ano de cada mandato executivo. Daí, a importância de se ter consciência da Política Cultural justamente para garantir dotações orçamentárias suficientes ao cumprimento de metas, prioridades e diretrizes voltadas à Cultura e, assim, fomentar as atividades artísticas em benefício dos teresinenses.

É necessário conhecer o cenário orçamentário para Cultura. Para isto, será apresentado os últimos cinco anos de dotações orçamentárias previstas e aplicadas na cultura.

Quadro 01: LOA's no período de 2016 a 2020 para a cultura em Teresina.

LOA	Dotações orçamentárias
2016	18.688.097
2017	14.494.681
2018	14.507.000

2019	15.300.000
2020	18.624.000

Pode-se averiguar facilmente a oscilação das dotações orçamentárias. Isto, talvez, provocou dificuldades no Gestor de FMCMC na execução de Programas e Projetos culturais definidos em LDO's e PPA's 2017-2021.

Nota-se no Quadro 01 a perda de receitas no ano de 2017. Vamos considerar a recuperação de receitas por meio de correção monetária a partir de 2017. Será usado o indexador IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) devido aos custos de eventos. Por exemplo, a manutenção de um teatro envolve vários equipamentos e materiais a preços de mercado.

Quadro 02- Dotações orçamentárias no período de 2016-2020.

LOA	Dotações orçamentárias	Dotações orçamentárias com correção monetária
2016 ^[2]	18.688.097	18.688.097
2017 ^[3]	14.494.681	14.494.681
2018 ^[4]	14.507.000	14.527.056,32
2019 ^[5]	15.331.000	15.625.721.321,45
2020 ^[6]	18.624.000	16.849.688.760,22

Ao se aplicar a correção monetária tem-se a impressão de que as receitas da Política de Cultura foram recuperadas. Por exemplo, ao comparamos a dotação orçamentária de 2018 com o valor corrigido na coluna do lado. Contudo, se aplicarmos a correção monetária a partir de 2016, verifica-se a acentuada perda de receitas. Observe a tabela abaixo:

Quadro 03- Dotações orçamentárias no período de 2016-2020 comparada com as dotações orçamentárias atualizadas segundo o IGP-M na calculadora do cidadão.

LOA	Dotações orçamentárias	Dotações orçamentárias com correção monetária
2016	18.688.097	18.688.097
2017	14.494.681	20.160.107,94
2018	14.507.000	20.205.137,56
2019	15.331.000	21.733.229,89
2020	18.624.000	23.435.600,31

Isto prejudicará a gestão da Cultura no cumprimento de metas definidas em LDO, inclusive as

prioridades estabelecidas no PPA bem como os programas e projetos culturais em andamento. No máximo, os atuais programas e projetos serão mantidos em menor escala comparada aos anos anteriores. Basta observar a tabela 02.

PROPOSTAS PARA A CULTURA DO BEM VIVER EM TERESINA

1. Assegurar a atualização monetária de dotações orçamentárias para Política Cultural nas LOA's;
2. Consolidar o Calendário Cultural Teresinense no PPA;
3. Assegurar créditos suplementares aos programas e projetos culturais com dotações orçamentárias insuficientes;
4. Integrar o Calendário Cultural Teresinense ao Calendário Nacional;
5. Criar novos programas e projetos culturais;
6. Apresentar em 2021 plano de Cultura com as futuras diretrizes, metas e prioridades as LDO's e o PPA de 2022;
7. Promover autonomia no Conselho Municipal de Cultura;
8. Criar a Secretaria Municipal e Cultura com a garantia de 2% do orçamento anual para essa área;
9. Mapear as manifestações culturais, objetivando conhecer, valorizar e promover as diferentes formas de expressão cultural nos diversos territórios que compõe a cidade;
1. Incentivar aos fóruns setoriais organizados pela sociedade civil, nos segmentos da Dança, do teatro, do circo, da música, das artes visuais, do audiovisual, da literatura, do patrimônio material e natural e do patrimônio imaterial, no intuito que os mesmos possam participar efetivamente da elaboração e implementação de políticas públicas para as respectivas áreas;
10. Valorizar e fomentar as manifestações culturais nos espaços rurais da capital, com ênfase na cultura popular e comunidades tradicionais;
11. DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA e DEMOCRATIZAÇÃO da GESTÃO CULTURAL
12. Descentralização da Cultura com a criação de órgãos zonais de cultura (Norte, Sul, Leste, Sudeste, Rural-Norte/Leste e Rural Sul/Sudeste);
13. Publicação de Editais públicos de fomento a cultura para diversas áreas;
14. Realização de Concurso público para contratação de Servidores Públicos de Carreira para atuação na área da cultura;
15. Construção do Orçamento Popular da Cultura com a participação da sociedade civil, da classe artística e do Conselho Municipal de Política Cultural.

ORGANIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA:

16. Ampliação da autonomia do Conselho Municipal de Política Cultural;
17. Criação e manutenção do Fundo Municipal de Cultura;
18. Tornar a Lei A. Tito Filho (lei de incentivo a cultura) fluxo contínuo para submissão de projetos por parte dos artistas e produtores culturais;

19. Inserção da produção artística e cultural teresinense no cenário nacional e promoção de intercâmbio com grupos/coletivos/companhias/artistas de outros estados através de fóruns/festivais/cursos/seminários;
20. Criação da Escola Teresinense de Arte e Cultura valorizando os/as fazedores de cultura, os/as mestres da cultura popular e todas as manifestações artísticas e literárias do campo e da cidade;
21. Criação de pontos de cultura como uma política de valorização de praças e outros territórios para a promoção de atividades, apresentações e oficinas gratuitas às comunidades;
22. Criação do programa “Residência Artística” e do “Bolsa-Artista”, como instrumentos de formação e garantia do custeio de artistas independentes;
23. Criação do Vale-Cultura como garantia de acesso da população mais carente a espetáculos, livros, cinemas e shows;
24. Criação do CineThe, como espaço de promoção e valorização da produção audiovisual;
25. Valorização da Arte-Educação em parceria com as escolas da rede municipal, ONGs, Coletivos, Associações e outras instituições;
26. Resgate e valorização do Carnaval de Teresina, com o apoio a escolas de sambas e blocos carnavalescos;
27. Criação de Conferências Populares de Cultura e
28. Estabelecimento de convênios com bancos oficiais a fim de ampliar o valor destinado à cultura local nos Editais cujo fim seja a produção cultural;
29. Celebração de convênios com escolas públicas municipais para implementação de projetos culturais em comunidades do campo e da cidade;
30. Celebração de convênios com escolas públicas estaduais para implementação de projetos culturais em comunidades do campo e da cidade;
31. Implementação de política pública de auxílio permanente para artistas populares e grupos de artes;
32. Revisão dos critérios colocados nos Editais de Cultura;
33. Construção de bibliotecas e salas de leituras em bairros e localidades rurais de Teresina;
34. Disseminação, através de projetos de leitura, a literatura piauiense e nacional;
35. Organização dos palcos das praças para apresentação de grupos artísticos locais;
36. Criação de Casas Populares de Cultura em bairros e localidades de Teresina;
37. Realização de feiras de Artes nas periferias de Teresina e no Território rural;
38. Resgate da Rádio Cultura para a produção musical local;
39. Criação do Museu de Trabalhadoras e Trabalhadores de Teresina;
40. Criação do Museu dos Povos Originários do Piauí.

Referências

- [1] BCB. Calculadora do cidadão. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigerPorIndice.do?method=corrigerPorIndice>>. Acessado em: 29 ago. 2020
- [2] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2016. Disponível em: <<http://semplan.35.193.186.134.xip.io/wp-content/uploads/sites/39/2016/02/5.-Lei-4.858-LOA-2016.pdf>>. Acessado em: 29 ago. 2020
- [3] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2017. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/lei-orcamentaria-2017/>. Acessado em: 29 ago. 2020
- [4] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2018. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/LOA-2018.pdf>. Acessado em: 30 ago. 2020
- [5] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2019. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2019/07/LOA-2019.pdf>. Acessado em: 02 set. 2020
- [6] Teresina. Lei Orçamentária Anual de 2020. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2020/05/LOA-2020-compactado.pdf>. Acessado em: 03 ago. 2020

HABITAÇÃO E MORADIA

*viver bem
em Teresina*



3. HABITAÇÃO E MORADIA: VIVER BEM EM TERESINA

Habitar é mais que morar. Implica um conjunto de condições que torna possível a vida em determinado território. Ter moradia é uma dessas condições e, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, está reconhecida como um direito humano e a CF-88 o reconheceu como direito fundamental. O direito à moradia está na base dos princípios da dignidade humana e é obrigação comum da União, estados e municípios prover aos seus habitantes, estendendo-o a quem viver no seu território, assegurando boa localização, custo compatível com a renda e com acesso facilitado, segurança de posse e propriedade, condições de saneamento básico e ambiental, energia elétrica, provimento de serviços como escolas, postos de saúde, cultura, esporte e lazer, transportes coletivos, com garantia de territorialidade e outros.

No Brasil o déficit habitacional é quantitativo e qualitativo! Representa em torno de 7 milhões de moradias. Uma das raízes para esse problema é a desigualdade na distribuição fundiária, ou seja, na distribuição do uso da terra, que está no centro dos principais conflitos relacionados à moradia, pois as relações econômicas capitalistas transformaram a terra em mercadoria, acessada apenas por quem pode comprá-la, desde a Lei de Terras de 1850 como preparatório para a abolição da escravidão.

Assim, as cidades crescem a partir da separação entre ricos e pobres, os primeiros protegidos, em áreas bem dotadas, com o suporte dos equipamentos e serviços que viabilizam o direito à cidade, e a outra parte no abandono das periferias, áreas distantes, insalubres e inseguras; ou seja, na não-cidade. Na zona rural a situação é ainda mais complexa, pois é tratada como território segregado, uma espécie de resíduo da cidade que ora serve como espaço de refúgio de quem pode manter chácaras ou áreas de lazer afastadas dos problemas dos centros urbanos, ora como espaço para estocagem de terra, ora, ainda, como lugar abandonado, onde não vale a pena fazer investimentos e as pessoas pobres que ali vivem não são tratadas como pertencentes ao município.

A situação da moradia em Teresina é marcada pelo déficit de moradias qualitativo e quantitativo, sendo que a maior parte desse déficit é formada por famílias que ganham até três salários mínimos por mês. Apesar de o déficit habitacional em Teresina ser inferior ao do Piauí, em termos relativos, é superior ao do Nordeste e ao do Brasil”⁴.

De acordo com diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), há na cidade um déficit de 55.305 domicílios⁵. Essa demanda é também qualitativa, pois, por falta de opção, há casas habitadas por mais de uma família, e muitos casos em que grande parte da renda familiar está comprometida com aluguel; além da situação das áreas de ocupação, onde a vida é marcada por forte insegurança, em todos os aspectos. Apesar disso, para parte considerável da população o que resta é a auto-construção em áreas ocupadas, situação que também vem gerando processos de organização com o debate sobre o Direito

4 Disponível em: <https://www.meionorte.com/blogs/efremribeiro/deficit-habitacional-no-pi-e-de-129-038-moradias-e-de-the-32-243-329661>. Acesso em: 25 agosto 2020.

5 Disponível em: <https://www.meionorte.com/noticias/deficit-habitacional-de-teresina-chega-a-55-mil-moradias-diz-secretaria-165353>. Acesso: agosto/2020.

à Cidade e a Reforma Urbana.

O PLHIS projetou uma intervenção nesta realidade, considerando o crescimento populacional de 1,3% ao ano, com ações previstas para o período de 2013 a 2026, tendo os seguintes referenciais para a construção de moradias: de 2013 a 2015: 15.083 moradias; de 2016 a 2018: 15.083 moradias; 2019 a 2021: 15.083 moradias; 2022 a 2023: 10.056. De acordo com os Relatórios de Gestão da PMT, no período de 2013 a 2019 foram entregues apenas 1.799 unidades habitacionais, representando apenas 3,25% do previsto no Plano.

De acordo com o mesmo documento, em 2016, em Teresina existiam 111 áreas de ocupações, classificadas como aglomerados subnormais, com uma população de 130.518 pessoas, vivendo em 34.796 domicílios; sendo que a maior parte se encontrava nas zonas sul e leste da cidade. Porém esses dados não são precisos, pois em uma das Teses que integrou o diagnóstico para a construção do Plano, estimou-se que existia, à época, 50 mil famílias morando de forma não regularizada, em aproximadamente 200 áreas.

Na Zona Rural, foi estimado que havia cerca de 83 imóveis pertencentes a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e ou a agente particular em situação não regularizada formalmente.

OCUPAÇÕES EM TERESINA (DADOS DE 2016)

Região	nº de ocupações	nº de domicílios
Centro norte	25	7.756
Leste	32	10.906
Sul	33	11.635
Sudeste	21	4.499
TOTAL	111	34.796

(SEMPLAN, 2016)

O que se pode dizer diante desse quadro é que o déficit habitacional exige investimentos públicos condizentes com os propósitos de sua superação. No contexto do governo Lula, Teresina foi atendida com investimentos significativos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na ordem de R\$ 1.038.580.774,66, no período de 2008 e 2012 (LIMA; PASSOS, 2017)⁶. Pelo programa foram construídos 28 empreendimentos habitacionais com 18.269 unidades voltadas para a população que possuía rendimentos de até 3 salários mínimos, como podemos observar, a maior quantidade foi construída fora da faixa onde há maior necessidade.

Vale ressaltar que a PMCMV não correspondeu ao que reivindicavam os movimentos de moradia, ou seja: atacar a combate a especulação, promover a construção em regime de mutirão e auto-construção, promover uma dinâmica de produção de moradias integrada às áreas de serviço e de trabalho, ao transporte, ao lazer, esporte e outras dimensões da vida no município. Além disso, houve importante beneficiamento do setor imobiliário, sem falar no endividamento projetado às famílias de baixa renda pois que permaneceram sem acesso a trabalho, emprego e renda.

De acordo com Silva (2017)⁷, antes do PMCMV, foram feitos outros investimentos de vulto pela

6 LIMA, Antônia Jesuíta de; PASSOS, Talita Kelly de Sousa. O Trabalho Social em Programas Habitacionais: o Programa Minha Casa Minha Vida em Teresina. **Revista FSA**. Teresina. v. 14. n. 3. p. 210-235. maio/jun., 2017.

7 SILVA, Gracielly Portela da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI): uma análise do setor**

Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), à época, representante local da política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH). A partir de 1966 foram construídos os conjuntos habitacionais Tabuleta, São Raimundo, Primavera I, Monte Castelo e Parque Piauí, com 2.950 unidades habitacionais. Na década de 1970 houve a construção do conjunto Dirceu I, com 3.040 unidades. Na década de 1980, na zona sul, os conjuntos Promorar-Angelim I, com 4.696 unidades e Morada Nova I, II e III, com 2.172 unidades. Entre 1970 e 1990 foram construídas 37.953 unidades habitacionais.

Lima (2019)⁸ chama atenção para um fenômeno recente, o dos condomínios ou loteamentos de casas, fechados, como separação da cidade. Até 2014 havia 68 condomínios: Aldebaran Ville, com 500 lotes, Terras Alphaville Teresina, com 1.075 lotes, e Fazenda Real Residence, com 800 lotes, todos na região leste, o Alphaville Teresina, com 757 lotes, na região sudeste, e o Condomínio Bella Codipi, com 176 lotes.

Outra situação, segundo Lima e Viana (2019)⁹, predominado a partir de 2015, é a construção de apartamentos: dos 11 empreendimentos entregues, desde então, apenas o Residencial Edgar Gayoso não é de apartamento. Destacam também que essa forma de habitação aumentou o custo da moradia, pois nos casos analisados o valor do condômino era superior ao valor da prestação; registrando a insatisfação dos(as) moradores(as) do Residencial Bosque Sul, entregue em 2016, em que o valor do condomínio era de R\$ 176,00, enquanto o valor da prestação era de R\$ 83,00.

Apesar dos planejamentos, dos planos e da base legal existente, os problemas são enfrentados em ritmo muito inferior, se comparado à necessidade dos sem-teto, aos objetivos traçados e aos instrumentos disponíveis na base legal. Um desses instrumentos, previsto no Estatuto da Cidade, é o que permite a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Em Teresina, há os casos das vilas Nova Brasília (2007), Parque Brasil (2008), Árvores Verdes (2008), Embrapa (2012), Real Copagre (2012) e Jerusalém (2012). No entanto, para cada nova ocupação ou assentamento de interesse social, há uma nova lei de criação de ZEIS. Ou seja, não há previsão ou reserva de áreas futuras para esse tipo de assentamento, sendo, apenas, reguladas aquelas já existentes no contexto urbano de Teresina, explicitando a falta de uma política de moradia que atenda aos problemas mais graves e permita estancar a especulação imobiliária e falta de moradia para famílias de baixa renda e sem renda, tratada como direito.

Proposta para a ação:

Orientação geral para a política de Habitação e moradia: a) promover a função social da propriedade; b) sobretaxar grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, forçando a urbanização de terrenos ociosos; c) cobrar a dívida ativa por meio da dação de imóveis; d) combater os crimes ambientais; e) envidar esforços para impedir despejos forçados, fazendo valer o direito inalienável à moradia e; f) orientar e planejar o crescimento das cidades em favor das maiorias e da qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs. g) Construir política de habitação que integre moradia, meio ambiente e desenvolvimento integrado.

Objetivos:

1. Promover a distribuição dos recursos de modo equitativo, a partir do princípio da justiça tributária,

habitacional. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, 2017.

8 LIMA, Silvia Maria Santana Andrade. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: entre planos e realidade. In: **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana** vol.11 Curitiba 2019 Epub Sep 12, 2019.

9 LIMA, Vânia Vieira. VIANA, Bartira Araújo da Silva. Dinâmica da política habitacional brasileira em Teresina. In: **Interessado - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA v. 5, n. 17 p. 01-22 maio/ago. 2019.

combatendo a segregação socioespacial, assegurando a qualidade urbana para todas as pessoas e a defesa do espaço público e dos bens comuns.

2. Integrar a inteligência local dos(as) técnicos(as) e especialistas das universidades e Instituições de Ensino Superior e Entidades de Classe aos processos de planejamento municipal, assegurando a ampla participação popular ao longo de todo o processo.
3. Assegurar recursos do tesouro para construção de moradias voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica;
4. Promover políticas que visem o controle dos preços de aluguel e do solo urbano, através da revisão da planta de valores da cidade;
5. Promover política de financiamento à reforma de moradias inadequadas, com a criação do Banco de materiais de construção;
6. Promover apoio à construção de moradias e de regularização fundiária e de segurança da posse, através da criação de centros de assistência técnica e apoio comunitário nas regiões, em parceria com entidades de classe, núcleos de práticas jurídicas e de laboratórios e núcleos de estudos dos cursos de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7. Fortalecer práticas de mutirões, fomentando o cooperativismo, a economia solidária e novas formas de propriedade comunitária;
8. Instituir as Zonas Especiais de Interesse Sociais, em territórios ocupados para fins de moradia, visando a desapropriação por interesse social, utilizando para o pagamento títulos da dívida pública;
9. Instituir o Cadastro de Sem Teto de Teresina.
10. Promover programa de construção de cisternas residenciais para coletar água da chuva, diminuindo os problemas de alagamentos e reservando água para necessidades domésticas;
11. Incentivar práticas de quintais produtivos, sob orientação do princípio do bem viver e da agroecologia, assegurando assistência técnica e participação da PMT no pagamento da conta de água;
12. Promover programa de incentivo a construção de Teto Verde, como melhoria nas condições térmicas, retenção e de produção de hortaliças;
13. Rediscutir, com ampla participação popular e social a ordenação territorial, visando a superação da segregação espacial, diminuição das distancias e condições de acesso à serviços públicos e ambientes de trabalho.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL entende a assistência social como direito e não como caridade, filantropia, benevolência do governante bonzinho. Em território nacional, foram necessários esforços e lutas históricas para que esse direito estivesse garantido na carta magna de 1988.

Revisando nossa história, constatamos que nosso país desde o processo de colonização pelos portugueses, sofreu com o fenômeno da desigualdade social, que nos primórdios era amparada pelas instituições de caridade da Igreja Católica. Ficava a cabo da Igreja à assistência aos marginalizados, aos pobres. O poder público, junto com as instituições religiosas, praticava o famoso clientelismo e assistencialismo. A culpa pela pobreza era transferida ao indivíduo que não queria trabalhar, em vez de ser entendida como um fenômeno proveniente de um sistema que provocava desigualdades. Até o início do século XVIII, prevaleceu-se no Brasil, a assistência pela esmola.

Com a chegada dos governos de Vargas, juntamente com o processo de industrialização do país, o Estado começa a dar suas primeiras intervenções em diversas áreas, com a intenção de propiciar as condições para a entrada do capitalismo em território nacional. Com isso, houve uma maior intervenção e ação do Estado na área social. É nesse período que Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; a CLT – consolidação das Leis do Trabalho; o Conselho Nacional de Serviço Social. Também podemos ver os primeiros rabiscos de uma política de assistência social, muito restrita àqueles indivíduos que não podiam garantir sua sobrevivência, o governo da época criou a LBA – Legião Brasileira de Assistência, uma instituição que pregava o voluntariado e um paradigma de assistência ainda baseado na meritocracia e na caridade.

O que Getúlio Vargas fez foi administrar instituições filantrópicas, propiciar uma regulamentação das instituições privadas voltadas para o tratamento da pobreza, mas sem nenhum compromisso real com esse problema e sem conceber à assistência social como um direito.

Na época da Ditadura Militar (1964 – 1985), os governos daquele tempo, queriam a todo custo acentuar o crescimento econômico e legitimar um regime que era altamente opressor. Para que houvesse a legitimação do proposto, foram criados benefícios assistenciais e programas nacionais no setor social, com a institucionalização da assistência social no âmbito federal. Apesar dos avanços, as ações no regime militar eram pontuais, focalizadas, e centradas na zona urbana das grandes capitais.

Foi graças a pressão popular que nosso país passou por um processo de redemocratização, com a força da união coletiva, dos sindicatos, dos movimentos sociais, que conseguimos pôr fim à uma época tão sombria da nossa história. A Constituição Federal de 1988 é um documento gestado graças a luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. É nela que a assistência social é reconhecida como política pública universalizada, fazendo parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a política de Saúde e Previdência Social, bem como a proteção social passou a ser dever do Estado e direito dos cidadãos.

O que anteriormente era visto como um problema individual, do pobre, agora é visto como um problema coletivo que tem que ser combatido pelo poder público.

Sob a justificativa de regulamentar o direito social à assistência social, outra batalha foi enfrentada para a criação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social (1993), que garante uma gestão e controle da assistência social de forma descentralizada e participativa. Observa-se que é a partir dos anos de 1990 que políticas são implementadas com o intuito de minimizar o fosso da desigualdade social no Brasil. Outra vitória foi em 2003, com a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Apesar dos esforços diários da classe trabalhadora, a política de assistência social nos últimos tempos, vem sofrendo abalos devido às políticas neoliberais que vem sendo implantadas em toda a América Latina. O Brasil pouco vivenciou um período de Bem – Estar Social. Nas últimas eleições, se elevou ao poder representantes da extrema direita, tanto em nível federal, estadual, como municipal que tem em suas agendas políticas o objetivo de enfraquecer a proteção social, realizar profundas reformas que atacam frontalmente os direitos da classe trabalhadora.

Nosso município, Teresina – PI, é administrado há mais de 35 anos pelo mesmo grupo político. O atual prefeito Firmino Filho, que esteve neste posto por 16 anos, tem a Secretaria municipal de assistência social – SEMCASPI como a instituição que executa a política municipal de assistência social. E por meio da SEMCASPI mantém uma política que ataca a população através da guarda municipal, que faz parte da instituição e que o serviço social tem como tarefa ameaçar a população vítima de política eugenista que desterritorializa e mantém a mesma centralidade de poder na elite teresinense com o reforço da velha política de clientelismo e assistencialismo fragmentado. A secretaria serve como local para contratação de terceirizados que trocam os cargos por votos, servindo de cabide de emprego para manutenção do poder onde sempre esteve. A manutenção do poder por mais de 35 anos é feito com a cooptação de lideranças comunitárias de bairros populares em troca de favores, o que precisa ser enfrentado e denunciado.

Além do que já foi indicado, na última gestão da PMT, o prefeito colocou como secretário da SEMCASPI um parente seu, que é delegado de polícia que fez a assistência social assumir as feições de violência, considerando que a guarda municipal é o seu foco! A guarda é armada e atua nos bairros populares no ataque à juventude negra! E a assistência social atua como ameaça a famílias que estão sendo desterritorializadas pelo programa lagoas do norte!

Se formos analisar a política de assistência social do município de forma superficial, podemos correr o risco de afirmar que ela está dentro da legalidade, podemos dizer que o município entrega uma rede de serviços assistenciais à população. Entretanto, se formos adentrar à realidade, teremos uma outra percepção. Licitações duvidosas, uma rede de pessoas ligadas ao prefeito e seus familiares que ocupam cargos que deveriam ser destinados à concurso público, equipamentos e serviços defasados, profissionais que se submetem à péssimas condições de trabalho, ou seja, o SUAS ainda não se efetivou plenamente no nosso município.

O Psol – Partido Socialismo e Liberdade vem a público dizer que a Secretaria Municipal de Assistência Social de Teresina, (SEMCASPI), é um órgão que deve tratar dos interesses coletivos, que deve prezar por uma gestão transparente da política de assistência social, abandonando velhas práticas politiquieiras. O município de Teresina tem que se comprometer com os menos favorecidos não em troca de favores políticos, tem que

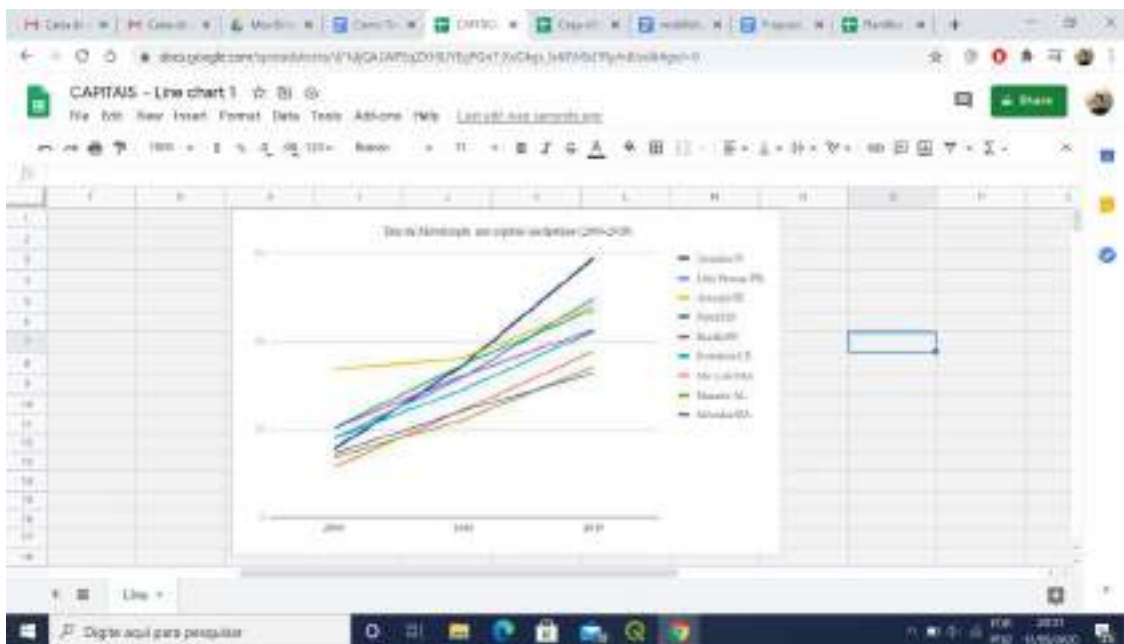
tomar essa responsabilidade para si e não jogar esse encargo para o Terceiro Setor ou para a sociedade que já paga tantos tributos. Também não podemos admitir que dentro da nossa secretaria de assistência social tenha uma guarda civil municipal que oprime a população negra, que distrata as pessoas em situação de rua, que sirva como instrumento para limpar das ruas aquilo e aqueles que não podem ser vistos, percebidos, que são as pessoas empobrecidas pela elite e pelo Estado.

Observando as carências na política de assistência social municipal de Teresina, apresentamos as seguintes propostas:

1. Realizar concurso público para a ocupação de vagas na SEMCASPI (Secretaria Municipal que cuida da Assistência em âmbito municipal), bem como as demais vagas nos CRAS, CREAS e das outras instituições ligadas à citada secretaria, evitando assim a terceirização e o apadrinhamento;
2. Valorizar o servidor público da assistência social, dando-lhe melhores condições de trabalho e um salário digno;
3. Fortalecer e implementar, por meio da Secretaria de Assistência Social do município, um Programa Permanente da Assistência Social, que garanta a integração das duas redes de proteção, a Proteção Básica e a Proteção Especial (Média e Alta Complexidade);
4. Implementar a modalidade volante de CRAS, para atender às populações periféricas que vão surgindo no entorno da capital e que não tem condições de se deslocar;
5. Desenvolver um trabalho articulado e em rede com as outras secretarias, Saúde, Habitação, Trabalho, Transporte, Educação e Cultura;
6. Garantir a prevalência do município na condução da política pública, executando diretamente os serviços, dando total responsabilidade estatal;
7. Investir na capacitação permanente dos funcionários diretos e indiretos;
8. Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social, lhe garantindo autonomia, escolhas de representantes que realmente provenham do povo e não representantes amigos e cabo eleitoral do prefeito;
9. Consolidar os Conselhos Tutelares, garantindo recursos humanos qualificados e estrutura física de qualidade;
10. Revitalizar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados nos CRAS da cidade;
11. Trabalhar em conjunto com o governo federal para a erradicação do trabalho infantil, intensificando ações e campanhas do PETI – Programa de Enfrentamento a Situação de Trabalho Infantil;
12. Revisar a política municipal de assistência à população de rua, adaptando-a às reais necessidades e particularidades da população de rua própria de Teresina;
13. Ampliar os Centro de Acolhida à população de rua, realizando as devidas adaptações respeitando as particularidades de nosso território e da nossa gente;
14. Capacitar as equipes dos CRAS e dos CREAS para realizar um atendimento adequado e humanizado às mulheres, aos idosos, às crianças, aos negros, à população LGBTQIA+, à população quilombola e de terreiro e ao povo cigano;
15. Separar a guarda municipal da assistência social, considerando que a forma de atuação da guarda municipal em Teresina é o oposto que deve ser a assistência social.

5. MOBILIDADE, TRANSPORTE E TRÂNSITO

A cidade que nasceu como primeira capital planejada do Brasil buscou além do planejamento a implantação de um novo modelo de urbanismo. As largas ruas da nova capital do Piauí, desenharam uma cidade que ensaiava um novo modelo de urbanização e já se previa que iria acomodar o maior símbolo da cidade moderna: o carro. De 1852 para os dias atuais comprova-se que os planos deram certo. Hoje Teresina é a capital do Nordeste com o maior índice de motorização, em situação mais agravada que grandes metrópoles como Fortaleza, Recife e Salvador.



Fonte: com dados do DENATRAN e IBGE

Desde 2010, Teresina chegou não só ao topo da lista de capital mais motorizada do Nordeste, mas também ao 1º lugar entre as capitais brasileiras com o maior índice de motocicletas - a moto se tornou uma alternativa de sobrevivência aos teresinenses (de acordo com dados do DENATRAN e IBGE). Em 2019, alcançou-se a marca de 500.000 mil veículos circulando por nossa cidade, significando que temos 1 veículo para cada 1,8 habitantes. A última década foi o período de maior aumento da dependência dos teresinenses pelo transporte individual, resultado de um longo período de sucateamento do transporte público, redução do espaço de pedestres e ciclista e altos investimentos em infraestrutura para o automóvel.

A crise da mobilidade urbana é uma realidade em todo o planeta, considerada um dos grandes desafios do século XXI, e que se agrava em Teresina. Em nossa cidade a desigualdade da mobilidade urbana se tornou um negócio, onde o transporte público serve ao lucro empresarial; os impostos do IPVA gera uma das principais fontes de tributos e a arrecadação em multas do município ter chegado ao montante de 19,4 milhões em 2017, segundo informações da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - STRANS. Em que esse dinheiro tem sido aplicado?

O último levantamento realizado pelo Prefeitura de Teresina em 2006, apesar de bastante desatualizado, mostra que mais de 65% das viagens da população de Teresina são feitas a pé, de bicicleta ou ônibus coletivo. Se essa é uma realidade da maioria da população e se o poder público está ciente disso, por que isso não se reflete em política pública justa?

	Trabalho	Estudo	Compras / Lazer	Assuntos pessoais / negócios	Saúde	Outros	Usar trabalho / estudo	Total
A pé	18,2%	50,7%	36,9%	19,1%	25,8%	48,3%	31,4%	32,3%
Bicicleta	19,9%	7,4%	7,7%	8,1%	6,6%	10,2%	4,5%	11,5%
Coletivo - Ônibus	24,1%	21,9%	13,5%	24,7%	39,4%	4,4%	3,9%	21,4%
Coletivo - Metrô	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Coletivo - Outras	0,8%	1,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,8%
Táxi	0,1%	0,3%	0,6%	0,5%	2,0%	0,7%	0,0%	0,4%
Automóvel	26,7%	15,0%	36,7%	40,7%	24,7%	33,4%	47,1%	27,2%
Motocicleta	9,5%	3,1%	4,2%	6,6%	1,5%	3,1%	13,0%	6,2%
Caminhão	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
Outros	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina, 2006.

A atual gestão continua gastando a maior parte dos recursos públicos em um padrão de mobilidade urbana que continua privilegiando apenas quem possui automóvel. Uma cidade dependente do transporte motorizado e individualizado tem consequências drásticas para nossa sobrevivência como humanidade, gerando graves impactos ambientais e sociais. A acessibilidade é a principal premissa para todo e qualquer projeto de cidade e política de mobilidade urbana, sendo a condição principal para o exercício do Direito à Cidade de forma igualitária.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/2015) garante o direito de termos cidades onde se respeite as diversidades de limitações, sejam as limitações físicas como deficiência motora, de visão ou obesidade; as limitações temporárias de uma pessoa com carrinho de bebê ou criança de colo, mulheres grávidas, pessoas em cadeiras de rodas ou muletas; e a proteção aos mais frágeis, em especial, crianças e pessoas idosas. Em Teresina, aproximadamente 1/4 da população têm algum tipo de deficiência, no entanto esse fato não se reflete em ruas minimamente acessíveis, excluindo essa parcela da população do seu Direito à Cidade.

É necessário e urgente reverter essa lógica de mobilidade urbana que tem se imposto à Teresina e que só produz destruição e desigualdade. Nossa cidade já foi reconhecida como uma cidade em que se podia andar de bicicleta, por exemplo, assim como já fomos uma Cidade Verde, e temos condições de retomar uma cidade mais justa, sustentável e igualitária. Para isso apresentamos as seguintes propostas para mobilidade urbana, transporte e trânsito:

Pedestre

Caminhar é a forma mais democrática de se locomover pela cidade, portanto investir em infraestrutura para pedestre é investir em justiça social. Uma cidade saudável é um lugar em que todas as pessoas podem

sair às ruas com conforto e segurança, tendo a calçada como a principal infraestrutura de mobilidade para a qualidade de vida urbana. O direito constitucional de ir e vir é garantido através de uma cidade caminhável, principalmente, ao se garantir o deslocamento saudável e sem constrangimentos de todas as pessoas, em especial aquelas mais vulneráveis.

Desde 2014, Teresina tem uma Lei das Calçadas (Lei municipal 4522/2014) que só existe no papel, sem nenhuma política pública instituída nestes 6 anos para fazer valer o que está na lei. Os dados do município são desatualizados sobre a realidade da mobilidade urbana em Teresina. De acordo com o último levantamento de viagens 'origem - destino', realizado em 2007 no Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana, a maioria dos deslocamentos realizados em Teresina são feitos a pé: 32,3% do total, sendo o maior percentual. Isso significa que para a maioria da população teresinense, o andar a pé é um cotidiano de acesso ao trabalho, escola, posto de saúde, etc, principalmente, para a população de menor renda.

Uma cidade feita para pedestres é uma verdadeira cidade para pessoas, pois todos nós somos pedestres em algum momento do dia e temos direito de caminhar pelo lugar que escolhemos para viver.

1. Garantir a implementação da Lei das Calçadas de Teresina, garantindo recursos públicos para implementação de projetos e garantir a responsabilização do setor privado;
2. Criação do programa de construção e recuperação de calçadas, com garantia de fundo específico para realização de obras e decisão por meio do Orçamento Participativo;
3. Investimento em adaptação e criação de rotas acessíveis em todos os bairros da cidade, que possibilite o acesso democrático aos principais pontos de serviços;
4. Reformar e adaptar para acessibilidade, prioritariamente, as calçadas de todas as escolas, hospitais e postos de saúde, parques e demais serviços públicos.

Bicicleta

A bicicleta é considerada o veículo do século XXI, considerada a forma de locomoção mais sustentável do planeta. No Piauí, a bicicleta é também um importante instrumento de trabalho e é símbolo da nossa identidade nordestina. Quando no êxodo rural (principalmente na década de 1970) a população que chegava do interior na capital, trocou seu jumento pela bicicleta, principal, aliada para o acesso das excluídas periferias ao centro da cidade.

Hoje Teresina é uma das cidades com pior infraestrutura cicloviária do Brasil. Nos últimos anos essa situação se agravou por conta da implantação do que deveriam ser melhorias no transporte público - os corredores de ônibus - mas que acabaram por gerar prejuízos para ciclistas com a destruição de ciclovias nas principais avenidas da cidade, como exemplo a av. Pres. Kennedy, av. Miguel Rosa e a remoção da histórica ciclovia da av. Duque de Caxias. Ônibus e bicicleta não podem disputar espaço, esses dois modais precisam se complementar para uma maior eficiência no deslocamento da população.

Apesar de termos um Plano Diretor Cicloviário (2015), este não é respeitado pelo próprio poder público. De acordo com os dados do Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana (2007) 11,5% dos deslocamentos realizados em Teresina são feitos de bicicleta. Sabemos quem são as pessoas que utilizam a bicicleta para garantir seu Direito à Cidade: a maioria é de homens negros, que ganham até 1 salário mínimo,

utilizam a bicicleta para chegar ao trabalho e vivem nas periferias da cidade. Essa população precisa ser respeitada e deve ser protegida no trânsito.

1. Atualizar e implementar um novo Plano Diretor Ciclovitário de Teresina e implantar o projeto “Quem Pedala em Teresina”, tornando nossa cidade uma referência em ciclomobilidade;
2. Implantar aproximadamente 300 km de ciclovia, ciclofaixas e ciclorrotas nos próximos 4 anos, incluindo a recuperação das ciclovias das av. Kennedy, Miguel Rosa e Duque de Caxias;
3. Implantar o Plano de Integração Ciclovitária ao Transporte Coletivo, possibilitando desconto para quem utilizar a bicicleta e ônibus em seu trajeto diário;
4. Criar rotas de interligação entre os bairros e o Centro da cidade, em especial, garantindo a mobilidade de quem mora nas periferias por meio da bicicleta;
5. Implantar sistema de empréstimo de bicicleta em Teresina, por meio do qual qualquer pessoa terá acesso a bicicleta para realizar seus deslocamentos diários;
6. Criar o programa “Oficina pra quem Pedala”, capacitando, melhorando e gerando renda para uma rede de trabalhadores de oficinas de bicicleta de Teresina;
7. Criar plano de arborização onde houver ciclovia.

Transporte Público

Nos últimos anos o número de usuários do transporte público diminuiu 30% desde a licitação do transporte coletivo em 2014. Isso é reflexo da precarização desse serviço essencial que foi entregue ao lobby de empresas privadas que se utilizam desse meio com fins exclusivos voltados para o lucro e arrecadam mais de R\$ 12 milhões por mês. Hoje temos umas das tarifas mais caras do país e o ônibus coletivo se tornou a última opção para a população.

O sistema de transporte é um serviço tão essencial que é através dele que é possível se acessar aos demais serviços como educação, saúde e trabalho, tanto que, desde 2015, o ‘transporte’ foi incluído como direito social no artigo 6º da Constituição Federal. Em Teresina, a luta pelo transporte público é histórica e uma das pautas prioritárias para o movimento estudantil e para a classe trabalhadora.

O transporte coletivo de Teresina deixará de ser um mero transportador de mão de obra e deve se tornar um serviço de garantia da dignidade e dos direitos dos teresinenses.

1. Construir o Plano Diretor de Integração Sustentável do Transporte Coletivo, possibilitando a integração do ônibus com outros modais a partir de uma rede de infraestrutura para pedestres e ciclistas;
2. Criar um fundo público de subsídio ao transporte público com o qual a Prefeitura Municipal será responsável pelo pagamento dos motoristas e cobradores do transporte coletivo, garantindo condições de trabalho, dignidade e um plano de carreira a esses trabalhadores;
3. Investir na implantação e recuperação de aproximadamente 100 km de corredores de ônibus nos próximos 4 anos;
4. Reduzir a tarifa do transporte público de Teresina Instituir o Passe Livre Estudantil e ampliar a política de gratuidade para pessoas desempregadas e mães chefe de família;
5. Climatizar todos os ônibus de Teresina.
6. Garantir controle público de estacionamentos para evitar a destruição de prédios históricos com cobrança

de impostos para subsidiar o transporte público.

Transporte, Trânsito

Teresina tem um trânsito violento, sendo os acidentados do trânsito a maioria dos pacientes na internação nos hospitais, principalmente, os jovens e motociclistas. Segundo levantamento do DATASUS, o Hospital de Urgência de Teresina ficou em 1º lugar no ranking nacional como o que mais realiza cirurgias de fratura de face com osteossíntese, reflexo dessa violência nas ruas, que é a principal causa de morte e invalidez de jovens teresinenses.

São os trabalhadores e trabalhadoras as maiores vítimas do tráfego diário nas ruas de Teresina, perdendo sua capacidade de trabalho e afetando sua saúde, muitas vezes de forma definitiva. Esse modelo de cidade tem prejudicado, principalmente, a quem pertence à classe trabalhadora, que negada a um transporte público de qualidade, tem a motocicleta com alternativa para ter Direito à Cidade.

A STRANS - Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito é um dos órgãos da Prefeitura que mais arrecada, principalmente, através de multas de trânsito (foram 19,4 milhões somente em 2017). Atualmente esse órgão tem servido apenas como um arrecadador de impostos, não como um órgão que deveria possibilitar qualidade de vida no trânsito.

1. Reverter a atual lógica de mobilidade urbana que coloca Teresina como a capital mais motorizada do Nordeste, implementando políticas de incentivo à mobilidade ativa sustentável e investindo em políticas de mobilidade voltadas para os 65% da população que se locomove de ônibus, a pé e bicicleta;
2. Incluir a educação no trânsito como disciplina na rede de escolas públicas municipais e privadas de Teresina;
3. Destinar 100% dos impostos coletados com IPVA e com as multas de trânsito para implementação do Programa de Educação no Trânsito e para implantação de projetos de mobilidade urbana sustentável;
4. Criar políticas de segurança viária com a meta de redução de 50% dos acidentes de trânsito nos próximos 4 anos, com especial atenção aos mais vulneráveis - pedestres, ciclistas e motociclistas;
5. Instituir a velocidade máxima de 60 km/h onde não houver velocidade mínima, manter 50 km/h onde já conta com essa velocidade mínima e 30 km/h em frente a escolas, hospitais, outros serviços públicos, noutros lugares onde se fizer necessário e nas regiões onde ocorrem mais acidentes como forma de criar Zonas de Proteção viária, em especial, cruzamentos e rotatórias;
6. Criar as zonas de estacionamento público, onde as taxas cobradas serão destinadas para o fundo de subsídio ao transporte coletivo;
7. Investir pela ampliação do metrô de Teresina para todas as zonas da cidade;
8. Investir em pesquisas e projetos que possibilitem a navegabilidade dos rios Poti e Parnaíba, com objetivo de transformá-lo em uma via sustentável de deslocamento urbano;
9. Criar o Observatório da Mobilidade Urbana de Teresina com parcerias com universidades, com objetivo de incentivar pesquisas científicas que contribuam para a melhoria da mobilidade urbana na cidade;
14. Extinção da STRANS e vincular as políticas de mobilidade urbana, transporte e trânsito à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Nossa cidade possui uma importante e estratégica região metropolitana - a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina - composta por 15 municípios e uma população total de mais de 1 milhão

e 200 mil pessoas. A grande maioria dessa população depende de Teresina para trabalhar, estudar e acessar serviços, direitos e oportunidades, e necessitam se deslocar diariamente para a capital. Atualmente esse deslocamento acontece através de forma bastante precária através do serviço de ônibus intermunicipal, no entanto acreditamos que é preciso criar um projeto de transporte e mobilidade urbana a nível metropolitano.

Para isso propomos:

Atuar pela criação do Serviço Metropolitano de Transporte Coletivo, a partir da articulação entre os municípios integrantes e o Governo do Estado a fim de implementar infraestrutura de transporte público que interligue esses municípios à capital de forma justa, segura e confortável.

6. MEIO AMBIENTE

A questão ambiental no município de Teresina – PI é um problema grave apesar de dispor de muitas condições para ser de forma diferente. A parte urbana da cidade conta com temperaturas muito elevadas, as áreas que deveriam ser de preservação não contam com políticas de proteção, os rios recebem esgotos sem tratamento, a cidade que era verde cada vez mais perde suas árvores, as chuvas quando caem se acumulam no asfalto impedindo qualquer deslocamento, não há política de recolher água da chuva, nem de drenagem, com resíduos sólidos acumulados em lixão nos bairros populares, sem separação e sem destinação à reciclagem. O que há para recebimento de resíduos para reciclar são poucos postos, sem divulgação, predominante nos bairros elitizados.

A política mais visível de proteção ambiental municipal é voltada para criação de unidades de conservação num total de 12 unidades em forma de parques municipais: parque da cidade; jardim botânico; encontros dos rios; Poti I; vila do porto; São Pedro; Nova Brasília; São Francisco; Cocais; Cidadania; Lagoas do Norte e Acarape, também com poucos cuidados ambientais. A política de criar unidades de conservação cria a falsa ideia de que é necessário apenas cuidar das referidas unidades, não cabendo desenvolver cultura de proteção ambiental em todos os espaços.

Pierot e Lima (2016)¹⁰, em estudo sobre a questão ambiental em Teresina, concluem que a institucionalidade ambiental municipal é enfraquecida pela demora na descentralização, a criação, extinção e recriação de órgãos ambientais, distanciamento geográfico entre o órgão executor da política municipal de meio ambiente e gerências de meio ambiente, que têm atuação mais significativa na realização de ações dos programas ambientais na cidade, ausência de gestão empoderada para fortalecer o compromisso com a proteção ambiental e o conselho municipal com visível fragilidade na sua representatividade e atuação na gestão ambiental, resultando num processo incapaz de proteção ambiental sem exigência de cumprimento da função social da propriedade animando a especulação imobiliária que amplia desigualdades sociais, o que piora a qualidade ambiental.

O município de Teresina com proteção ambiental deve ter sua gestão orientada pelo bem viver com atuação em formação que crie outra forma de ver as outras vidas, em que a vida humana busque enfrentar

10 PIEROT, Roselane Moita. LIMA, Antônia Jesuíta de. Gestão pública da questão ambiental em Teresina: uma análise a partir dos instrumentos legais e das diretrizes orçamentárias. In: **Revista Espacios. Vol. 37 (Nº 25) Año 2016, p. 14. ISSN 0798 1015.**

a hierarquia que coloca o ser humano no topo e as outras vidas submissas, com ações que cuidem dos rios, de suas áreas de preservação permanente, que cuide dos esgotos antes de ser colocado nos rios, que anime as pessoas para viver mais intensamente com a natureza realizando produção agroecológica, colhendo água da chuva, ampliando o verde da cidade, com horário diferenciado para a realização de aulas e trabalho, com estímulo para andar a pé, de bicicleta ou em transporte coletivo, com convivência permanente de humanos com rios e árvores nativas como: *Cenostigma macrophyllum* (caneleiro); *eCaesalpinia ferrea* var. *ferrea* (jucá), *Anadenanthera macrocarpa* (angicopreto); *Licania tomentosa* (oiti); *Enterolobium contorsiliquum* (tamboril); *Parkia platycephala* (faveira); *Astronium fraxinifolium* (gonçalo-alves) e *Hymenea courbaril* (jatobá); *Copernicia prunifera* (carnaúba); *Magonia glabrata* (tingui) (MACHADO; MEUNIER; SILVA; CASTRO, 2006)¹¹.

Para isso propomos:

1. criação de programa de educação ambiental orientado para o bem viver que atue nos meios de comunicação, nas escolas, nas universidades, nos transportes públicos, na coleta de resíduos sólidos, associação de moradores e moradoras e outras organizações sociais;
2. criação de programa de separação de resíduos sólidos de modo a aproveitar os materiais recicláveis e com a indicação de o lixo orgânico ser utilizado em hortas caseiras orgânicas na perspectiva agroecológica;
3. política de estímulo à criação de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos;
4. executar a política nacional dos resíduos sólidos criando aterros sanitários não como punição aos bairros populares;
5. política de destinação adequada de medicamentos vencidos e materiais recicláveis;
6. criar imposto diferenciado para verticalização e fachada de vidro na cidade e Teresina;
7. aplicar o IPTU progressivo, conforme art. 156 § 1º - CF-88, para quem mantiver terrenos em especulação imobiliária com prazo para desapropriação caso não cumpra a função social;
8. criar programa de fomento para teto verde e cisterna em casa visando impedir o uso de água potável nas descargas e para lavar calçadas;
9. criar programa de recuperação das áreas de preservação permanente dos dois rios Poti e Parnaíba e lagoas com árvores nativas;
10. dotar o órgão do SISNAMA de poder para executar a política ambiental;
11. ampliar a representatividade do conselho municipal de meio ambiente;
12. garantir área verde em todos os bairros;
13. punição para quem colocar esgoto in natura direto nos rios e lagoas;
14. controlar a retirada de argila do leito do rio e as dragas;
15. retornar o espelho d'água nas praças e ampliar para reduzir a temperatura na cidade;
16. criar hortas comunitárias e plantas frutíferas nas escolas públicas e privadas.
17. Propor lei municipal para compra de máquinas, papa tubos para projetos de meta reciclagem, visando estimular e incentivar projetos sociais em comunidades periféricas para fazer o reaproveitamento de lixo eletrônico como CPU, monitor; mouse, teclado, pilhas, baterias, celular e outros eletrônicos pequenos com distribuição de kits a entidades cadastradas com selo ambiental;
18. realizar parceria com universidades e instituto federal para a reforma de equipamentos em forma de estágio dos cursos de informática para metareciclagem do lixo eletrônico e realização de triagem para

11 MACHADO; MEUNIER; SILVA; CASTRO. Árvores nativas para a arborização de Teresina, Piauí. In: **REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA**, Volume 1, Número 1, 2006, p. 10-18.

separação de peças reutilizáveis;

19. criar política de apoio aos carroceiros, garantindo sua mobilidade;

20. realizar programa de arborização da cidade com árvores locais com predomínio de árvores nativas como caneleiro; jucá; angico preto; oiti; tamboril; faveira; gonçalo-alves; jatobá; carnaúba, tingui e outras, com a garantia de efetivar a lei municipal que determina área verde em todos os bairros de modo a propiciar espaços para caminhadas;

21. realizar convênios com as instituições públicas de pesquisas e ensino superior universidades públicas para realizar pesquisa e extensão voltada para proteção ambiental;

22. adotar política permanente de fiscalização ambiental no enfretamento as queimadas e a outros crimes ambientais;

21. criar programa que obrigue as lojas de carros plantarem árvores nativas de Teresina. Para cada carro vendido, plantar 10 árvores que sejam nativas de Teresina, de preferência: caneleiro; jucá; angico preto; oiti; tamboril; faveira; gonçalo-alves; jatobá; carnaúba e tingui;

22. Fortalecer o comitê de bacias do rio Parnaíba

23. Promover ações de preservação dos rios integrando vazanteiros e barqueiros.

IPTU VERDE

A ideia inicial era fazer com que as pessoas possam adotassem a sustentabilidade em ações como a utilização de técnicas para o melhor aproveitamento de recursos naturais e dos resíduos na construção de habitações. Dessa forma, conseguiriam a certificação IPTU Verde e, conseqüentemente como forma de incentivo, a redução do valor do imposto.

Esse benefício engloba qualquer proprietário de imóvel, desde que a edificação tenha soluções sustentáveis implantadas. Não importa se o empreendimento tem as instalações desde a sua construção ou se passou por uma reforma ou ampliação. Na prática, ao reformar a sua casa e aplicar algumas dessas medidas, o proprietário conseguiria o certificado do IPTU Verde e aproveitar o desconto no imposto.

Medidas cabíveis para as construções são:

- Instalar um sistema de captação e utilização das águas da chuva;
- Separar lixo reciclável do não-reciclável;
- Plantar mudas de árvores de espécies nativas;
- Construir calçadas permeáveis ou destinar áreas que permita a drenagem da água pelo solo;
- Instalar telhados verdes e jardins verticais;
- Utilizar lâmpadas de LED;
- Fazer uso de equipamentos para o aproveitamento de energia solar.

QUAL A IMPORTÂNCIA DO IPTU VERDE PARA AS CIDADES?

O equilíbrio do meio ambiente e também do meio urbano é algo primordial não só para a preservação dos recursos naturais, mas também da qualidade de vida das pessoas afinal de contas, esses dois espaços estão diretamente relacionados.

Por essa razão, é fundamental que o setor de construção civil assuma parte da responsabilidade para

atingir essa meta. O primeiro passo a ser dado nessa tarefa é gerenciar a atuação desse mercado com a ajuda do IPTU verde.

Portanto, com toda certeza, o investimento em ações sustentáveis é um grande diferencial tanto para o setor privado como para o setor público. O IPTU verde é um aliado importantíssimo quando o assunto é preservação ambiental. As propostas desse tipo de IPTU são fundamentais para a manutenção do ambiente natural, estendendo seus benefícios a quem mora ou frequenta a cidade.

7. PATRIMÔNIO CULTURAL

Vivemos dando sentido a tudo que nos rodeia e o que vemos de mais longe! O que nos faz dar sentido a tudo é a forma de defender nossas vidas e o que é importante para vivermos! Consideramos o que é valioso para nossas vidas como algo bom, guardamos na nossa memória e ensinamos nossas filhas, nossos filhos, nossas netas, nossos netos e todas as pessoas dos nossos afetos! Fazemos o mesmo com algo que nos faz mal! Ensinamos o que protege as nossas vidas e ensinamos o que coloca nossa vida em perigo! Desta maneira se forma uma memória que se torna coletiva! A sociedade em que vivemos passou a chamar o que valorizamos como patrimônio cultural!

Inicialmente parecia que patrimônio cultural era o que tinha materialidade! Então tratava-se de dar sentido bom a uma materialidade! Uma casa, um teatro, uma rua, uma árvore, uma pintura antiga, um desenho antigo que revelava como vivia aquela comunidade e com isso aprendemos outras formas de viver ou pelo menos as conhecemos!

Em meados do século vinte, nasceu a ideia de que o que valoramos não é só material, por isso os sentidos não se encontram apenas assentado em algo material, o que fez nascer a ideia de patrimônio cultural material e imaterial, sendo o material um sentido colado numa materialidade física e o imaterial associado a formas de fazer, criar, viver e de se expressar como falar, as músicas e outras formas de expressão, as formas de produzir alimentos, formas de se divertir com as danças, as músicas, formas de adorar o sagrado nas religiões, o que se encontra protegido nos art. 215 e 216 da CF-88, que inclusive criou o sistema nacional de cultura.

A questão é: o que considerar patrimônio cultural? A política estatal sempre considerou os sentidos dominantes, aqueles que se originaram no processo de colonização e que virou a marca da elite que comanda o país, os estados e os municípios! Embora a CF-88 reconheça como patrimônio cultural a cultura afro-brasileira e a dos povos originários, os museus permanecem reconhecendo apenas a cultura dos brancos e da elite dominante!

O que o Programa de Governo propõe para a Prefeitura Municipal de Teresina – PMT do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, orientado pelo princípio do bem viver, enfrenta as hierarquias entre a vida humana e a natureza e a hierarquia entre as vidas humanas, reconhecendo o que é de valor cultural para cada comunidade e adotando política de proteção ao patrimônio cultural.

Para isso propomos:

1. levantamento junto às comunidades o que as mesmas consideram como valioso culturalmente por meio de reuniões com a garantia de ampla participação da comunidade num diálogo permanente;
2. política de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e da cultura dos povos originários a que chamaram de indígenas nos modos de fazer, criar, viver e se expressar com a garantia de criação de museus comunitários;
3. política de reconhecimento e valorização de saberes ambientais dos povos tradicionais de Teresina nos bairros Poti Velho; Mafrense e São Joaquim e outros que tenham a característica de tradicionais;
4. levantamento de nomeação de ruas, prédios públicos para modificar e garantir equidade na forma de nomeação;
5. produzir diálogo com a comunidade sobre as homenagens a pessoas que cometeram genocídio contra o povo negro e indígena com o intuito de retirar as homenagens.
6. criar museu municipal no centro da cidade que reconheça todos os valores culturais que formaram a cidade;
7. garantir que a discussão sobre patrimônio cultural seja ensinada nas escolas nas suas dimensões material e imaterial, bem como divulgação nos meios de comunicação para que as pessoas identifiquem, reconheçam e valorizem o patrimônio cultural do município de Teresina.
8. realizar tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos e do povo negro, conforme o art. 216 da CF-88;
9. organizar o sistema municipal de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, com processo de gestão democrático.